

Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Programa de Pós-graduação em Comunicação

O JORNALISMO NOS LIMITES DA LIBERDADE:
UM ESTUDO DA COBERTURA DA IMPRENSA SOBRE OS CASOS DOS RELIGIOSOS
ACUSADOS DE PRATICAR ATIVIDADES SUBVERSIVAS DURANTE O REGIME
MILITAR

Eliane Muniz Lacerda

Brasília
2007

ELIANE MUNIZ LACERDA

O JORNALISMO NOS LIMITES DA LIBERDADE:
UM ESTUDO DA COBERTURA DA IMPRENSA SOBRE OS CASOS DOS RELIGIOSOS
ACUSADOS DE PRATICAR ATIVIDADES SUBVERSIVAS DURANTE O REGIME
MILITAR

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Jornalismo e Sociedade

Orientadora: Prof^ª. Dra. Nélia R. Del Bianco

Brasília

2007

Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Comunicação

Dissertação intitulada *O jornalismo nos limites da liberdade: Um estudo da cobertura da imprensa sobre os casos dos religiosos acusados de praticar atividades subversivas durante o regime militar*, de autoria da mestrande Eliane Muniz Lacerda, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof^a. Dra Nélia R. Del Bianco - FAC/UnB - Orientadora

Prof. Dr. Luiz Martins da Silva. - FAC/UnB

Prof. Dr. Sergio Euclides Braga Leal de Souza - UniCEUB

Prof^a. Dr^a. Christina Segal - FAC/UnB (Suplente)

Prof. Dr. Luiz Martins da Silva
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Comunicação: Jornalismo e Sociedade
FAC/UnB

Brasília, julho de 2007

A todos aqueles que lutaram pelos direitos humanos no Brasil e por uma sociedade mais justa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

À orientadora Dra. Nélia Del Bianco, pela paciência e compreensão, pelos questionamentos e por sua rica contribuição ao desenvolvimento deste estudo;

Ao professor Luiz Martins, pelo apoio, co-orientação e, sobretudo, pela sugestão do título desta pesquisa.

Aos membros da banca examinadora, por aceitarem participar da avaliação desta dissertação;

Aos funcionários da Pós-Graduação pelo pronto atendimento e atenção;

À CNBB pelo material emprestado que constituiu o corpus para esta análise e pelo tempo negociado, para que eu pudesse cursar as disciplinas exigidas no mestrado;

Ao meu amigo José Antônio, pelas sugestões e correções;

À minha família, em especial a meus pais, por todo o apoio recebido;

Aos amigos que souberam entender todas as renúncias e que, de alguma maneira, incentivaram-me a seguir em frente.

“Em um tempo de imposição e silêncio, informar-se apenas pelas notícias permitidas é, no mínimo, apreender uma imagem bastante equivocada do tempo vivido”.

Beatriz Kushnir

RESUMO

Esta pesquisa analisa a cobertura da imprensa durante a ditadura militar no Brasil, com base em cinco casos de religiosos acusados pelo regime de praticar atividades subversivas. A análise corresponde ao período histórico de 1968 a 1977. Os cinco casos em estudo foram selecionados entre dezoito noticiados pela imprensa neste mesmo período. A divulgação feita pelos jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* totalizou 53 notícias. A cobertura da imprensa é analisada a partir da perspectiva de abordagem da Hipótese da *Agenda-setting* e do enquadramento dado às notícias. No caso do agendamento da imprensa, tem-se como referência a atuação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) como promotora de notícia na defesa dos religiosos e dos direitos humanos. Observa-se também o enquadramento dado pela imprensa aos casos de religiosos acusados de praticar atividades subversivas e se houve uma correlação entre o que a CNBB agendou e o que foi noticiado pelos jornais.

Palavras-Chave: Agendamento. Enquadramento. Imprensa. Espaço público. Regime militar. Igreja. CNBB.

ABSTRACT

This research analyzes the covering done by the press during the military dictatorship in Brazil, based on five cases of religious people accused by the military dictatorship for subversive practices. This analysis reports to the historical period dated from 1968 to 1977. The four cases studied were selected among eighteen announced by the press that time. Fifty-three news were published in the following newspapers: *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* and *O Globo*. The covering by the press is analyzed from the perspective of hypothesis approach by the *Agenda-setting* and from the classification given to the news. In the case of press arrangement, the reference is the actuation of the National Conference of Bishops of Brazil (*Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB*) as promoter of news and defender of religious people and human rights. It can also be observed the classification given by the press to the cases of religious people accused of subversive practices as well as if there was a link between what the CNBB planned and what was released by the newspapers then.

Key-Words: Arrangement. Classification. Press. Public space. Military regime. Church. CNBB.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Notícia aborda encontro de dom Rossi com presidente da República, sobre religiosos franceses	87
Figura 2: Notícia sobre encontro de dom Rossi e presidente Médici, na ocasião da prisão de religiosos dominicanos	88
Figura 3: Homilia do arcebispo de Belo Horizonte, dom Rezende, publicada na íntegra pelo jornal	89
Figura 4: Principais fontes citadas nas 53 notícias	97
Figura 5: Depoimento do Padre Hervé Divulgado pelo Exército à Imprensa	99
Figura 6: Delegado Fleury em Destaque na Notícia	101
Figura 7: Ministério da Justiça em destaque na Notícia	102
Figura 8: General Siseno Sarmiento defende ação do Exército	103
Figura 9: O Silêncio da CNBB sobre os Religiosos Dominicanos	104
Figura 10: O silêncio da CNBB sobre o padre Jentel	104
Figura 11: Encontro de Dom Rossi com Presidente Médici	106
Figura 12: Ação de dom Aloísio é título de notícia	107
Figura 13: Expressões Metafóricas/Fonte	110
Figura 14: Expressões Metafóricas/Jornal	110
Figura 15: Expressão Pejorativa ganha Destaque na chamada da Notícia	111
Figura 16: Expressão Pejorativa ganha destaque no Título da Notícia	112
Figura 17: Jornal não dá destaque a Expressão Metafórica usada na Notícia	113
Figura 18: Apelo de Dom Agnelo sobre os Direitos Humanos	114
Figura 19: Nos Primeiros Anos do Regime, CNBB defende-se de Acusações	115
Figura 20: No final dos anos 70, CNBB parte para a denúncia e crítica	116
Figura 21: Nos anos 60, Militares acusam Religiosos	117
Figura 22: Militares defendem-se das Denúncias dos Bispos	118
Figura 23: Notícia aborda Tratamento recebido pelos Religiosos Dominicanos na Prisão	120
Figura 24: Trecho da Notícia afirma que Franceses estão Incomunicáveis, mas em Conforto	120

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Casos Analisados dos Religiosos Acusados de Praticar Atividades Subversivas/Matéria	59
Tabela 2: Religiosos Franceses	59
Tabela 3: Religiosos Dominicanos	60
Tabela 4: Pe. Jentel.....	60
Tabela 5: Pe. Romain Zufferey	60
Tabela 6: Dom Pedro Casaldáliga	61
Tabela 7: N° de Notas Divulgadas pela CNBB por Caso Analisado	81
Tabela 8: Número de Matérias com Notas	81
Tabela 9: Número de Matérias que Citaram a CNBB como Fonte	105
Tabela 10: Expressões Metafóricas	109

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1 INTRODUÇÃO	12
2 A IMPRENSA DURANTE O REGIME MILITAR	17
2.1 O controle da imprensa: censura e autocensura.....	18
2.2 A resistência à censura	27
3 O JORNALISMO COMO ESPAÇO PÚBLICO DE MEDIAÇÃO	33
3.1 A independência profissional	37
3.2 A imparcialidade jornalística.....	38
3.3 A objetividade jornalística.....	42
3.4 Os casos dos religiosos na imprensa	45
3.5 A hipótese da <i>Agenda-setting</i> – perspectiva de abordagem da pesquisa.....	46
3.5.1 O processo de construção das notícias	50
3.5.2 O enquadramento.....	52
3.6 A CNBB como promotora de notícia e fonte de informação	53
3.7 Procedimentos metodológicos e construção da amostra	55
4 ENTRE A OBEDIÊNCIA E A LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS	63
4.1 A esquerda católica.....	65
4.2 A atuação da CNBB durante a ditadura militar.....	67
4.3 A Igreja perseguida.....	73
5 O AGENDAMENTO DA IMPRENSA PELA CNBB.....	76
5.1 Entrevistas coletivas e individuais.....	77
5.2 As notas: um ritual estratégico	79
5.3 Meios alternativos de agendamento da imprensa.....	86
6 COBERTURA DA IMPRENSA SOBRE OS CASOS DOS RELIGIOSOS.90	
6.1 Os casos dos religiosos como valor-notícia.....	92
6.2 A acessibilidade e o silêncio das fontes de informação.....	95
6.3 Subversão e Direitos humanos	108
7 CONCLUSÃO.....	122
REFERÊNCIAS	128
ANEXO A - Cronologia das Presidências da CNBB durante o regime militar	135
ANEXO B - Organização do arquivo jornalístico da CNBB.....	137

APRESENTAÇÃO

Este estudo é fruto de três anos de pesquisa e de oito anos de experiência na assessoria de imprensa da CNBB. Aliás, foi por meio desta experiência que tive a oportunidade de tomar conhecimento da existência de um arquivo jornalístico que contém matérias da época da ditadura e que resultaram no objeto desta pesquisa.

No arquivo encontrei diversos assuntos como política, cultura, campo, educação, saúde, enfim, questões sobre as quais a Igreja Católica, por meio da CNBB, manifestou-se publicamente a respeito. Entretanto, procurei tratar de uma questão distante da minha experiência profissional e também de vida. Abordei como objeto cinco casos de religiosos que foram acusados de praticar atividades subversivas durante o regime militar.

Apesar da distância do objeto de pesquisa, a experiência na assessoria de imprensa da Conferência contribuiu em alguns aspectos. Na verdade, foi por causa desta experiência cotidiana que despertei para um estudo sobre o agendamento da imprensa pela CNBB. Isto porque, ao longo desses oito anos, percebi o quanto a Igreja Católica ainda exerce influência nos mais diversos segmentos da sociedade. Diariamente, jornalistas procuram a CNBB para saber o posicionamento da Igreja sobre vários assuntos. A instituição religiosa é uma fonte credível para os jornalistas, por representar os católicos do Brasil e pelo respeito que adquiriu com a tradição.

Obviamente que para estudar o agendamento da imprensa seria mais fácil e prático abordar questões atuais e polêmicas. Porém, o fato de estabelecer distância diante do objeto de estudo fez com que o risco de uma pesquisa tendenciosa fosse menor. Devido fazer parte do quadro profissional da instituição, optei por um assunto sobre o qual pouco sabia, por um período no qual não vivi.

A ditadura militar foi um período da história do Brasil que me chama a atenção. Canções e poesias criadas na época; gestos de coragem de estudantes, religiosos, artistas; filmes que contextualizam esse momento da história; depoimentos de quem viveu a ditadura. Tudo isso me motivou a observar um período que parece ser constituído de ‘heróis’ e ‘vilões’. A própria atuação da imprensa, por exemplo, retrata bem esse paradoxo. Há quem veja sua postura como heróica e quem acredita ter ela consentido com a ditadura.

Ao deparar-me com o arquivo jornalístico da CNBB, eu não pude deixar passar a oportunidade de ler cada notícia e entender, afinal, qual o papel desempenhado pela Igreja Católica, mas, sobretudo, pela imprensa brasileira na época da ditadura.

1 INTRODUÇÃO

Durante o regime militar no Brasil, a Igreja Católica se viu em uma situação constrangedora. Por muitas vezes, foi acusada pelos ditadores de não ter controle sobre sua base. Religiosos foram acusados pelo regime de praticar atividades subversivas. Somente de 1968 a 1978, 122 religiosos e 273 leigos foram presos e nove padres foram expulsos do país. Registraram-se, ao todo, 13 processos e 8 Inquéritos Policial-Militares (IPMs) contra sacerdotes e bispos. Um bispo foi seqüestrado e quatro padres morreram devido às conseqüências da ditadura (SOARES, 1988, p.270).

Religiosos e leigos foram tachados de subversivos e perseguidos pelo fato de o regime militar considerá-los uma ameaça comunista para a sociedade brasileira. Esta seria uma ameaça com ação no plano psicológico, no plano das idéias. Para os militares, “a ação psicológica é a principal arma do comunismo internacional” (COMBLIN, 1980, p.49). Na percepção do regime, o comunismo estava infiltrado na Igreja Católica, especificamente, na ala progressista. O envolvimento de padres com índios, camponeses, operários, estudantes era motivo suficiente para provocar prisão, tortura, expulsão do país e até assassinato. Se o religioso fosse estrangeiro, a situação agravava-se ainda mais, pois a Segurança Nacional não fazia distinção entre política interna e política externa. “O inimigo, o mesmo inimigo, está ao mesmo tempo dentro e fora do país; o problema, portanto, é o mesmo” (COMBLIN, 1980, p.56).

Alguns casos de religiosos acusados de praticar atividades subversivas foram silenciados pelo regime. Outros ganharam visibilidade na imprensa, conforme sua gravidade e o período em que eles ocorreram. De 1968 a 1977, a imprensa brasileira registrou 18 casos de religiosos acusados de praticar atividades subversivas.

Esses casos tornaram-se públicos, sobretudo porque continham em si valores-notícias capazes de fazer com que um acontecimento ganhasse as páginas jornalísticas. Não é comum, por exemplo, em uma nação tradicionalmente católica, ter padres presos ou expulsos do país. Este é um acontecimento inesperado, que, por sua própria natureza, chama a atenção da sociedade. Outro fator que contribuiu para que essas ocorrências ganhassem visibilidade foi a atuação da cúpula da Igreja, geralmente representada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A instituição religiosa teve importante papel como promotora de notícia, tanto na defesa dos religiosos como na luta pelo respeito aos direitos humanos. Tornou-se,

além disso, importante fonte de informação em um momento em que as fontes, inclusive as oficiais, eram mais silêncio do que voz.

Dentre esses dezoito casos divulgados pelos jornais, cinco foram selecionados para esta pesquisa, visando ao estudo da cobertura da imprensa durante o regime militar. Os casos escolhidos referem-se à prisão de religiosos franceses, em 1968; à prisão e tortura de religiosos dominicanos, em 1969; à expulsão do padre francês François Jentel, em 1975; às ameaças de expulsão do país do padre suíço Romain Zufferrey e do bispo de São Félix do Araguaia, dom Pedro Casaldáliga. A escolha desses cinco casos foi motivada pela repercussão que obtiveram na imprensa, ou seja, por terem sido os casos mais noticiados.

A idéia de se observar o papel da imprensa e, especificamente, do jornalismo, durante a ditadura militar no Brasil surgiu com a descoberta e a análise de um arquivo jornalístico, até então inexplorado, com milhares de matérias referentes à atuação da Igreja Católica durante o regime. O arquivo, pertencente à CNBB, encontra-se em sua sede, em Brasília. A existência de mais de três mil matérias sobre o assunto despertou uma curiosidade: como a Igreja Católica, em um regime ditatorial, no qual a imprensa estava sob censura, pôde ter tanto espaço nos jornais? O mais interessante é que a maioria das matérias é de jornais da grande imprensa, embora constem no arquivo alguns jornais alternativos. Este fato chama a atenção porque os jornais da grande imprensa são, geralmente, vistos como aqueles que consentiram e legitimaram a ditadura, enquanto os jornais alternativos são vistos como quase um quarto poder.

O período de análise vai de 1968 a 1977, ou seja, compreende os principais momentos da história da ditadura no Brasil, pois abrange desde a decretação do Ato Institucional n° 5 (AI-5) até a abertura política.

Dos 21 jornais registrados no arquivo, foram selecionadas as notícias publicadas apenas em: *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. Estes quatro jornais de grande circulação resistiram ao período ditatorial e continuam, praticamente, com o mesmo *status* que ocupavam naquele período. As matérias neles publicadas, referentes aos cinco casos, totalizam 53 notícias.

A partir do estudo da cobertura da imprensa sobre esses cinco casos, faz-se uma análise sobre o papel da CNBB como promotora de notícia e como fonte de informação na defesa dos religiosos e na luta pelos direitos humanos no Brasil. A análise parte da perspectiva de abordagem da Hipótese da Agenda-Setting, que diz que a sociedade inclui ou

exclui dos seus conhecimentos o que a mídia inclui ou exclui do conteúdo jornalístico. O objetivo é verificar como ocorreu o processo de agendamento da imprensa pela CNBB, dentro de um contexto de crise nas relações entre Igreja e Estado, que culminou com a perseguição e a prisão de religiosos. Pelo fato de os jornais dizerem ao público não somente ‘o que’ pensar, mas também ‘como’ pensar os acontecimentos, é feita a análise do enquadramento das notícias, considerando-se o processo de agendamento da imprensa pela CNBB. No enquadramento, são observados se houve ou não correlação entre o que a instituição religiosa agendou e o que foi divulgado pela imprensa; quais as formas de silêncio presentes nas notícias; as metáforas usadas; os destaques dados pelos jornais, como títulos e fotografias; sob qual perspectiva as notícias foram apresentadas, pois havia as fontes oficiais que afirmavam que os religiosos eram subversivos e a Igreja Católica que colocava-se na defesa dos direitos humanos.

É necessário que se considere também o contexto histórico no qual ocorreram os fatos. Além da crise na relação Igreja e Estado, a imprensa viveu sob limites de liberdade. Jornalistas tiveram de conviver com as regras da censura e da autocensura. A desobediência podia acarretar prisão, tortura, assassinato, exílio ou mesmo desaparecimento. Jornais foram induzidos à falência, não resistiram à pressão da ditadura.

O estudo do contexto histórico tem sua relevância, justamente por se tratar de um período de exceção, em que a liberdade, quando existia, era demasiadamente restrita. Qualquer pré-julgamento sobre a atuação da imprensa neste período pode ser superficial ou até mesmo injusto. É preciso ter conhecimento sobre textos e contextos para evitar qualquer equívoco. No entanto, este é um risco que se deve correr, por ainda ser a história da imprensa no Brasil, durante a ditadura, um assunto pouco explorado.

Esta pesquisa, portanto, procura, nas entrelinhas da história da imprensa no regime militar no Brasil, momentos em que o jornalismo foi um espaço público de disputa pela visibilidade entre o poder hegemônico e contra-hegemônico. Esta perspectiva mostra que nem sempre a imprensa esteve à mercê dos militares e que abriu espaço para segmentos sociais contrários ao regime de exceção. A imprensa atua conforme os interesses que a rodeiam - cede, resiste, abre e fecha espaços. O seu papel depende das forças sociais que disputam visibilidade e dos assuntos em questão.

Com a exploração do arquivo e a análise das matérias foi possível voltar no tempo e perceber algumas semelhanças entre o comportamento da Igreja Católica e o da imprensa naquele período.

Ambas apoiaram o golpe de 64, com o objetivo principal de combater o comunismo no Brasil. Pouco tempo depois, essas duas forças sociais se viram perseguidas pelo regime militar. O comportamento das duas instituições oscilou muito durante este período. Em alguns momentos procuraram manter as boas relações com o Estado e, em outros, resistiram de forma a não perder seu posicionamento dentro da sociedade e com a preocupação de não abandonar seus valores e princípios. Assemelham-se também na forma de resistência. Diferentemente da atuação de outras forças sociais, imprensa e Igreja não travaram uma luta armada contra o Estado. Buscaram o diálogo, embora nem sempre com sucesso. Quando não o obtiveram, o meio encontrado foi a denúncia, a crítica.

Ao comparar a atuação dessas duas forças sociais durante o regime militar no Brasil com a evidenciada em outros países da América Latina, nota-se que, por menor que ela tenha sido, foi de extrema importância, não só para a redemocratização do país, mas principalmente para evitar consequências mais graves. Em países como a Argentina, por exemplo, a Igreja chegou a ceder espaço para que o governo pudesse praticar tortura. No Brasil, a Igreja Católica foi uma das poucas instituições que resistiram, lutando contra a violação dos direitos humanos. O espaço público do jornalismo deu-lhe visibilidade.

O presente estudo é apresentado em cinco capítulos. O primeiro aborda o contexto da atuação da imprensa durante a ditadura, sobretudo no que se refere aos métodos usados pelo Estado para controlar a imprensa brasileira e as formas de resistência à censura usada pelos jornalistas.

O segundo capítulo discute conceitos relacionados ao jornalismo e que são intrínsecos a esta análise, como: o papel do jornalismo como espaço público; os princípios que regem a profissão como a independência profissional, a imparcialidade e a objetividade jornalística; os conceitos da hipótese da agenda-*setting* e do enquadramento da mídia. São todas definições necessárias para se entender como as notícias são construídas e, conseqüentemente, como a realidade é construída a partir das notícias. Além desses conceitos, constam no segundo capítulo os procedimentos metodológicos adotados para a definição do tema e para a construção da amostra.

O terceiro capítulo apresenta as relações entre a Igreja e o Estado brasileiro, desde a criação da esquerda católica até a atuação da CNBB durante o regime militar, quando a Igreja passou a ser perseguida. Este capítulo visa ao entendimento da força social que tinha a Igreja dentro do contexto da ditadura e do porquê ter sido ela, muitas vezes, fonte de informação para os jornalistas.

No quarto capítulo são abordados o papel da CNBB como promotora da notícia e as estratégias de agendamento da imprensa adotadas pela instituição para conquistar o espaço jornalístico.

O último capítulo traz o enquadramento dado pelos jornais às matérias sobre os cinco casos analisados, isto é, apresenta a forma como as notícias foram construídas e a realidade construída por elas. Consideram-se aqui questões fundamentais no processo de construção da notícia, como a acessibilidade das fontes; as estratégias de agendamento pela Igreja; o espaço que tais acontecimentos ocuparam na imprensa; a ótica pela qual pode ser compreendida a matéria: a da subversão ou a dos direitos humanos.

2 A IMPRENSA DURANTE O REGIME MILITAR

A relação ‘imprensa e Estado’ é constituída por oscilações. Em determinados momentos da história brasileira, a imprensa esteve estritamente ligada ao Estado, seja por interesses financeiros, políticos ou culturais. O ano de 1964, quando ocorreu o golpe militar, e os anos seguintes, até meados de 68, com a decretação do Ato Institucional nº 5, podem ser considerados um desses momentos em que imprensa e Estado caminharam juntos. De acordo com Gentili (2000, p.7), neste período, a democracia não mais existia, “mas a ditadura ainda não tinha mostrado todas as suas garras”. Esta situação, porém, durou pouco tempo, como afirma o autor: “Finalmente vencedora em sua proposta golpista, em pouquíssimo tempo a grande maioria dos supostos ganhadores se verá derrotada (GENTILLI, 2000, p. 4). O pesquisador refere-se ao fato de muitos jornais não terem resistido às formas repressivas usadas pelos militares. A imprensa, que outrora apoiara o golpe de 64, passou a ser perseguida por aqueles que ela tinha ajudado a chegar ao poder. Isto ocorreu por vários motivos, entre eles: o regime não aceitava críticas, os cidadãos tinham obrigações a cumprir e não direitos a exigir e era preciso legitimar seu poder, especialmente por meio da imagem de ‘bom moço’. Percebe-se logo o malabarismo que os militares tiveram de fazer para conciliar seus objetivos sem perder a aparência de ‘bom moço’. Era preciso controlar a imprensa, sem que os brasileiros soubessem e sem acabar com ela, que se constituía em um dos meios mais promissores para a legitimação do poder dos militares junto à sociedade. Para isso, inconstitucionalmente, eles usaram a censura. Entre as proibições mais comuns estava a censura às matérias que se referiam à própria censura. Muitos jornais também tiveram que fazer malabarismos para mostrar ao leitor que estavam sendo censurados, sem que o governo percebesse essa atitude.

A censura não foi, porém, o único meio usado pelos militares para controlar a imprensa brasileira. As ameaças de cortar a publicidade dos jornais eram constantes, pois naquele período parte da imprensa dependia desses recursos. Segundo Smith (2000, p.57), os jornais tinham baixa tiragem e “a receita da grande imprensa provinha mais da publicidade do que das vendas aos leitores”. Smith (2000, p.58) acrescenta que o “peso da publicidade oficial na geração de receita dos jornais” foi estimado em “15 a 30% da receita de muitos jornais importantes”. Os jornais também contavam com a publicidade privada, o que, no entanto, não significava estabilidade, pois muitas empresas privadas também “dependiam do Estado para seus negócios, serviços ou favores”. Apesar de a imprensa, como negócio, apresentar índices

de lucro de 15%, a citada autora reconhece que esse fator a deixava vulnerável ante o Estado, uma vez que dependia mais da publicidade do que das vendas dos jornais.

A relação entre imprensa e Estado foi marcada por algumas concessões ou ‘troca de favores’, como “empréstimos financeiros, alíquotas reduzidas para importação de maquinaria, cessão de terrenos para construção de sedes, ou concessões de canais de radiodifusão” (ABREU, 2000, p.39).

Abreu (2000, p.39) cita algumas companhias que “ocupavam lugar de destaque no elenco dos principais anunciantes de jornais ou no rol de instituições que concediam ‘facilidades’ a empresas jornalísticas”: Petrobrás, Eletrobrás, Companhia Siderúrgica Nacional, Vale do Rio Doce, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Lloyd Brasileiro, Docas.

Essa relação financeira deixou a imprensa bastante vulnerável, porque, em parte, sua sobrevivência dependia dela. As ameaças de cortar a publicidade eram tão significativas para alguns jornais quanto a censura imposta. Ambas limitavam a liberdade de atuação, o que é comum num regime ditatorial.

2.1 O CONTROLE DA IMPRENSA: CENSURA E AUTOCENSURA

O controle à imprensa aconteceu de diversas maneiras: pelas ameaças de corte da publicidade oficial e mesmo das empresas privadas; por meio de ações como demissão e transferências de jornalistas; por ações mais repressivas ainda como prisões e torturas. A forma de controle mais comum, no dia-a-dia, foi sem dúvida a censura, por meio das censura prévia e autocensura¹.

A censura prévia caracterizou-se tanto pela presença de um censor na redação como pelo envio da matéria jornalística ao Departamento da Polícia Federal da cidade ou, às vezes, a Brasília. Caso fosse preciso enviar à capital do país, todas as despesas eram arcadas pelos jornais. A autocensura “decorria de ordens anônimas não assinadas” (SMITH, 2000, p.95) para que não se noticiassem determinados fatos indicados pela Polícia Federal. Essas ordens eram repassadas tanto por ‘bilhetinhos’ entregues pessoalmente aos meios de comunicação,

¹ O termo autocensura, embora tenha sido bastante usado durante o regime militar, é um termo equivocado. Pela expressão, se poderia entender que os jornais censuravam a si próprios. Porém, assim como a censura prévia, a autocensura foi imposta pelo regime militar, devendo ser obedecida pela imprensa.

como por telefone e telefax.

Ambas as formas de censura tinham em comum o fato de serem “ilegais e ocultas do público tanto quanto possível. Ambas eram executadas de acordo com uma série de procedimentos padronizados e repetidos no país inteiro” (SMITH, 2000, p.95).

A censura prévia e a autocensura intensificaram-se no período da decretação do AI-5, em 68, até meados de 78, quando já se falava em anistia. Isso não significa, porém, que elas não tenham existido antes e depois desse período. Paolo Marconi (1980, p.37) diz que “seria um exagero afirmar que a imprensa brasileira vinha gozando de inteira liberdade para noticiar fatos após o golpe militar de 1964”. O autor lembra que “o recém-criado SNI já ensaiara as suas primeiras pressões junto aos proprietários de órgãos de comunicação para que os jornalistas considerados contestadores da revolução fossem sumariamente demitidos” (MARCONI, 1980, p.37).

Segundo Marconi (1980, p.62) uma das explicações para a imposição da censura política aos meios de comunicação

é dizer que ela vicejou em função da escalada subversiva no País. É verdade que todos os teóricos da guerra revolucionária – especialmente os militares franceses derrotados na Indochina e na Argélia – são unânimes em reconhecer que, sem o acesso aos modernos meios de comunicação, a subversão se torna impotente, por não conseguir repercutir suas ações junto à opinião pública. Acontece que, no caso brasileiro, fica claro ao dar uma olhada mesmo superficial nas proibições que essa censura às informações serviu mais para encobrir as mazelas do regime e garantir sua sobrevivência do que para defender a “segurança nacional”. Afinal, a censura não permaneceu, e até inchou, após o desmantelamento das ações armadas dos dissidentes políticos?

O regime queria legitimar seu poder, para tanto tinha de inibir de alguma forma as críticas ao governo. A censura foi o meio encontrado para silenciar os jornalistas e, conseqüentemente, enganar o leitor do jornal. Com isto impedia o cidadão de exercer seus direitos, inclusive e principalmente, o direito à informação, que é um direito meio, através do qual o cidadão pode obter informações sobre os demais direitos. Conforme Rezende (2005, p.2):

Se ao longo da nossa história a censura sempre buscou o controle da informação e, com isso, impediu o pleno exercício da cidadania, durante os 20 anos em que os militares estiveram à frente de mais um regime autoritário por que o Brasil passou, esta questão foi posta em primeiro plano e ganhou um contorno estratégico, já que o regime buscava se tornar hegemônico e se legitimar [...]

O engano ao leitor do jornal ocorria pela omissão de informações proibidas de serem divulgadas pelos jornais e pela versão quase sempre oficial das notícias. Embora, naquela época, os leitores de jornais fossem pessoas das classes média e alta, que tinham determinado grau de estudo e recursos financeiros para comprar jornal, elas não tinham condições suficientes para distinguir o que era ou não verdade, a não ser a partir da própria experiência de vida.

Nem toda a imprensa, no entanto, foi conivente com as ações do governo. Houve também preocupação com o leitor. Por várias vezes, os jornais censurados tentaram, de alguma forma, mostrar ao público que estavam sob censura. Para Smith (2000, p.117) esses esforços tiveram um alcance limitado, “sendo frustrados pela persistência tanto do desconhecimento dos leitores quanto da intervenção do Estado”. Muitas das tentativas de mostrar que o jornal estava sendo censurado ou de tentar passar alguma informação proibida não tiveram sucesso. Muitas edições dos jornais sequer chegaram às bancas. Foram recolhidas pelos órgãos de censura. Jornalistas foram presos por causa dessa atitude. Tem-se conhecimento que, entre os jornais da grande imprensa, o *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo* tiveram problemas com a censura. O *Jornal Folha de S. Paulo*, por exemplo, teve de mandar para Paris como correspondente internacional o jornalista Cláudio Abramo, seu diretor. Ele foi transferido por pressão política, pois o governo ameaçara fechar o jornal caso o jornalista continuasse ali trabalhando (DINES, FERNANDES JR e SALOMÃO, 2001, p.375).

A resistência maior dos jornalistas foi, sobretudo, contra a censura prévia. *O Estado de S. Paulo* teve de conviver com um censor dentro da sua redação por quase três anos. Outros jornais, a maioria da imprensa alternativa, passaram pela mesma experiência que *O Estado de S. Paulo*, por exemplo: *O Movimento*, *O Pasquim*, *O São Paulo* e *Opinião*. Além desses, a *Tribuna da Imprensa* e a Revista *Veja* experimentaram a censura prévia. De acordo com Smith (2000, p.96),

Estar sujeito à censura prévia não implicava qualquer ação oficial pública. Não havia notificação por parte de um juiz, tampouco normas públicas sobre os procedimentos e limites da censura. Os jornais simplesmente eram avisados pela Polícia Federal de que tinham de apresentar todas as matérias. As publicações não podiam avisar que estavam sendo censuradas e, de fato, a censura em si era um dos temas mais censurados.

Entre os temas mais censurados, segundo consta no arquivo de *O Estado de S. Paulo*,

além da própria censura, estavam: “as brigas entre o regime e a Igreja Católica, as condições de vida e o tratamento dado pelo governo às populações indígenas, bem como protestos de estudantes” (SMITH, 2000, p.102). Também não se podia falar sobre “condições de prisões, corrupção no governo, greves de trabalhadores, problemas de transporte e críticas ao regime no exterior” (SMITH, 2000, p.102). A autora recorda que muitas vezes a censura recaía sobre nomes, ou seja, sobre determinadas pessoas, como foi o caso do arcebispo de Olinda e Recife, dom Helder Câmara. Os militares chegaram ao ponto de censurar qualquer referência ao arcebispo, fosse ela positiva ou negativa. Era proibido citar o nome de dom Helder, como mostra a transcrição de uma das proibições: “Por ordem superior continua em vigor a proibição de publicação de qualquer notícia sobre Dom Helder Câmara, pela imprensa, rádio e televisão. 15/09/71” (MARCONI, 1980, p.235).

Os meios de comunicação que foram submetidos à censura prévia foram justamente aqueles que se rebelaram contra as proibições escritas e telefônicas, conhecidas também como autocensura. Foram poucos os veículos que sofreram censura prévia, se comparados aos que sofreram a autocensura.

Assim como a censura prévia, a autocensura foi imposta pelo regime militar, devendo ser obedecida pela imprensa. A maior diferença entre elas é que, na autocensura, ‘aparentemente’ a responsabilidade da informação recaía sobre a imprensa e, na censura prévia, os censores praticamente assumiam esta responsabilidade.

Smith (2000, p.136) define a autocensura como uma “subcategoria da censura” em que “existe algo a dizer, você sabe disso, mas não diz”. A autora afirma que a autocensura consistia em “uma burocracia organizada e pessoal encarregada de preparar e distribuir os bilhetinhos, um sistema de distribuição com normas estritas e um padrão de circulação dentro de cada jornal” (SMITH, 2000, p.138).

Esses bilhetinhos, como eram conhecidos no meio jornalístico, eram notas que continham as proibições. De acordo com Marconi (1980, p.49),

no início de sua escalada as proibições chegavam às redações identificando muitas vezes a autoridade de quem partia a ordem para censurar determinada notícia. Por elas, nota-se que não só o Presidente da República tinha esse *hobby*, mas também o Ministro da Justiça, o Ministro do Exército, o general diretor-geral do Departamento de Polícia Federal e comandantes de regiões Militares.

Com o tempo, as assinaturas foram substituídas pelas expressões ‘Por ordem superior’,

‘Por determinação superior’ ou simplesmente ‘Fica proibido’.

Os bilhetinhos eram entregues nas redações dos jornais por um agente da Polícia Federal. A pessoa que recebesse um desses bilhetinhos devia copiá-lo à mão e devolver o original ao agente. Era proibido fotocopiar o original, que devia ser assinado, para comprovar o recebimento. Era uma forma de dizer que o jornal estava ciente sobre a proibição. Para Marconi (1980, p.46), a assinatura

passava a funcionar como ameaça tácita, de soturnas conseqüências. A pressão psicológica sobre os que tinham a infelicidade de receber pessoalmente uma ordem policial era de tamanha ordem que um secretário do jornal baiano A Tarde, depois de assinar o recibo da proibição de não se divulgar “incidente havido com um avião no Aeroporto do Galeão” (1.7.70), deixou um patético mas compreensível apelo ao diretor redator-chefe do jornal: “Dr. Jorge, passei recibo. Se sair a nota, serei preso”.

De acordo com Smith, aqueles que recebiam o bilhetinho, ao copiar e assinar, viam as assinaturas dos que já haviam recebido a ordem. Era possível ver também quais veículos de comunicação iriam receber a proibição. Smith (2000, p.143) explica que

um bilhetinho era um dos lugares onde você se via a si mesmo numa lista com seus colegas. Era uma das descrições de você mesmo, ‘a qual você reagia assinando ou rejeitando. E quem seriam seus aliados, se outros assinavam? Seria descabido resistir, quando todos os outros estavam cumprindo as ordens?

Marconi (1980, p.48) ainda recorda que

além da ameaça tácita contida no recibo que o jornalista devia assinar, as próprias proibições acenavam com represálias, caso as ordens não fossem acatadas integralmente. Assim, se um órgão de comunicação fizesse qualquer referência ‘desairosa’ ao governo ou Serviço Nacional de Informações já sabia de antemão qual a pena prevista no próprio texto da proibição: “A qualquer violação da presente ordem, deverá ser apreendido o jornal e retiradas do ar as estações de rádio e televisão”.

Segundo o referido autor, as ameaças de apreensão do material e de retirada do ar estações de rádio e televisão eram constantes.

Os bilhetinhos deram ao Estado total poder de controle da informação. Foram mais eficientes para os militares do que a presença de um censor na redação, pois os jornais

recorriam a diversas estratégias para despistar o censor. Os que foram submetidos à censura prévia procuravam burlá-lo ou vencê-lo pelo cansaço. A responsabilidade pela publicação de uma notícia, pela lógica, cabia ao censor. Marconi relembra um fato que reflete bem essa situação: em dezembro de 1972, o jornalista Carlos Chagas, que trabalhava para o jornal *O Estado de S. Paulo*, na sucursal em Brasília, noticiou a prisão e tortura de um médico por parte dos órgãos de segurança na capital do país. Chagas foi indiciado em Inquérito Policial Militar, com base no artigo 16 da Lei de Segurança Nacional, “por indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas”. A pena seria de seis meses a dois anos de reclusão. O jornalista, entre os seus argumentos, disse que a responsabilidade da publicação não cabia a ele, dado que sua função era “apenas a de coordenar o material jornalístico e enviá-lo à sede em São Paulo” (MARCONI, 1980, p.94). O inquérito voltou-se então para o diretor do jornal, Julio Mesquita Neto, o qual, ao ser interrogado por um coronel e dois majores na 2ª Região Militar, “sobre o fluxo das informações dentro do jornal e a responsabilidade pela sua publicação”, respondeu que

em ‘situações normais’ o responsável seria ele, mas como o jornal estava sob a censura prévia, com censores recebendo ordens diretas do Departamento de Polícia Federal que se ‘acha subordinada ao Ministério da Justiça, a responsabilidade pela divulgação da discutida notícia, aprovada por esses mesmos censores, cabe, dentro da lógica e da lei, ao prof. Alfredo Buzaid (MARCONI, 1980, p. 94).

No caso dos bilhetinhos, o ‘responsável’ era o próprio jornalista ou chefe de redação. Se divulgassem alguma informação proibida, a edição poderia ser apreendida e o jornal suspenso por diversos dias ou meses (o que significaria falência), o jornalista poderia ser indiciado, preso, torturado, até mesmo dado como desaparecido.

Por meio da autocensura, os militares garantiram o controle da informação, sem que ficasse registrada, na História, a existência dos originais dos mencionados bilhetinhos. No entanto, como eles foram copiados à mão, muitos meios de comunicação guardaram os textos proibitivos, criando os chamados livros negros e puderam, dessa forma, provar a existência da autocensura. Diferentes meios de comunicação registraram o conteúdo dessas proibições. De acordo com Smith (2000, p. 150), o *Jornal do Brasil* registrou 256 bilhetinhos, a *Folha de S. Paulo*, 286. Marconi, em um levantamento estatístico apresentado no Departamento de Ciência Política da Universidade de Paris I – Sorbonne, em 1975, analisou 308 proibições, registradas nos arquivos dos meios de comunicação de Salvador.

A existência dos bilhetinhos teve início em 1969 e foi até 1978. Verifica-se, nos anos de 72, 73 e 74, a maior quantidade deles, somente nos dois últimos anos referidos há registro de mais de uma centena dessas proibições.

Marconi recorda dois aspectos importantes no que se refere à evolução dos bilhetinhos: nos primeiros anos, os bilhetinhos eram entregues pessoalmente por um censor, “depois, um simples telefonema avisando que este ou aquele assunto estavam proibidos era o bastante para manter amordaçada a quase totalidade da imprensa brasileira” (MARCONI, 1980, p.49); com o decorrer dos anos, “as proibições passaram a adotar outra fórmula, onde a autoridade que determinava o veto não assumia a sua ordem”, ou seja, as expressões ‘Por ordem superior’, ‘Por determinação superior’ e ‘Fica proibido’ foram gradativamente substituindo as assinaturas. “A porcentagem das proibições que não explicitavam a autoridade censória é a seguinte: 1970, 47,05%; 1971, 63,46%; 1972, 80,77%; 1973, 98,10% e 1974, 100%” (MARCONI, 1980, p.49).

Com relação aos conteúdos dos bilhetinhos, Marconi diz que, no começo da censura, a preocupação maior centrava-se nos atos terroristas subversivos, nos conflitos internos das Forças Armadas e na administração do governo.

Entretanto, com sua prática continuada, o raio de ação foi se ampliando a tal ponto que passou a esconder da opinião pública vergonhosos casos de corrupção, bárbaros assassinatos políticos, torturas praticadas contra opositores políticos, violências policiais, epidemias e até pitorescos fatos como o de um militar que ficou louco a bordo de um avião de carreira [...] (MARCONI, 1980, p.50).

As proibições podiam se apresentar de forma geral:

Os diários, semanários, revistas, rádio e televisão ficam proibidos de cobrir notícias sobre a morte, prisão, detenção ou quaisquer atividades de elementos subversivos em quaisquer circunstâncias, exceto quando houver autorização específica e direta pelo diretor-geral da Polícia Federal, para evitar quebra de sigilo ou exploração da propaganda a respeito de fatos dessa natureza (*JORNAL DO BRASIL*, 10 abr. 1973 *apud* SMITH, 2000, p.155).

Ou de forma específica, por exemplo: “A respeito do tiroteio no viaduto de Parada de Lucas, no qual policiais foram feridos, a única coisa permitida é a declaração oficial do I Exército” (*JORNAL DO BRASIL*, 11 nov. 1972 *apud* SMITH, 2000, p.155).

Além dos assuntos mencionados, os jornais foram, com frequência, proibidos de fazer

qualquer referência à sucessão presidencial, tema comum à censura prévia.

“Fica reiterada a proibição de publicação de qualquer notícia referente à sucessão ao Presidente Médici: inclusive nesta restrição a transcrição de discursos ou pronunciamentos feitos em Câmaras e Assembléias. 24/08/72” (MARCONI, 1980, p.243).

“De ordem superior reiteramos manter proibição de notícia referente à sucessão presidencial, principalmente evitar divulgação de prováveis candidatos. 16/05/73” (MARCONI, 1980, p.255).

Situação semelhante ocorreu em relação à Igreja Católica, sobretudo com referência à atuação da CNBB e de seus membros. “Às vezes a Igreja era o único tema durante várias semanas. Os bilhetinhos sobre esse tema surpreendiam pela freqüência e repetição, pela virulência da linguagem e pela paranóia e sensação de traição que expressavam” (SMITH, 2000, p.157), por exemplo:

O bispo Dom Ivo Lorscheider, após conferência com o Ministro da Justiça, ontem concedeu entrevista na qual, em trecho, afirma ter o Senhor Ministro “prometido instaurar inquérito a fim de apurar irregularidades que Dom Ivo havia denunciado”. Esse trecho, por ser inverídico, fica proibida a sua publicação, digo divulgação, e não deve constar no texto da entrevista. 20/01/72 (MARCONI, 1980, p.238).

Bispos e clero de Goiás fizeram distribuir à imprensa longa e violenta declaração. Ministro da Justiça não deseja proibir tal publicação, entretanto solicita que órgãos de imprensa local não enfatizem a declaração e suprimam trechos violentos e os que incitam a luta de classe e insatisfação no meio rural. Recomendando o máximo empenho em obter tal colaboração dos órgãos de imprensa. 07/07/72 (MARCONI, 1980, p. 242).

De ordem superior fica proibida a divulgação na imprensa escrita, falada e televisada, diário, semanário e revistas, notícias, documentos e declarações de bispos da CNBB que, reunidos em São Paulo e Mato Grosso, bem como em peregrinação à Amazônia, prosseguem campanha a fim de atingir o Governo e órgãos de segurança sob o objetivo aparente da defesa dos direitos humanos. 05/06/73 (MARCONI, 1980, p.256).

A polícia Federal reitera a proibição de divulgação de qualquer notícia ou comentários em torno de supostas torturas de presos políticos denunciadas por sacerdotes ou pela CNBB. Igualmente está proibida a divulgação de notícia ou comentário em torno do cerco pela PM do Mato Grosso à Prelazia de São Félix do Araguaia e às residências de religiosos. 10/07/73 (MARCONI, 1980, p.259).

Estiveram também presentes, nas proibições dos bilhetinhos, a questão da divulgação

da censura e os comentários sobre a abertura política, a redemocratização do país e a anistia.

De ordem superior fica proibida a publicação de qualquer noticiário ou comentários sobre medidas restritivas impostas a jornais, inclusive apreensão a edições, se houver. Recomendo atenção a despachos provenientes de agências noticiosas estrangeiras. 25/08/72 (MARCONI, 1980, p. 243).

De ordem superior, reitero proibição de notícias, comentários, transcrição e outras matérias, através dos meios de comunicação social escritos, falados e televisados, sobre apreensão, suspensão, censura prévia e outras medidas legais preventivas e repressivas adotadas contra editoras, livros, revistas e jornais, nacionais ou estrangeiros. 14/11/74 (MARCONI, 1980, p. 292).

“As emissoras de TV e rádio estão proibidas de noticiar lançamento da Frente Nacional de Redemocratização. 30/06/77” (MARCONI, 1980, p.300).

Os militares proibiam os mais diversos assuntos, de acordo com seus interesses. Até questões ligadas à saúde pública foram proibidas, como um surto de meningite em São Paulo e a importação de carne estragada do Uruguai. Muitas vezes, os jornalistas eram pautados pelos bilhetinhos, ou seja, tinham conhecimento sobre o assunto por meio da censura.

A diversidade de assuntos proibidos causou sérios problemas para os jornais, tanto pela falta de fontes de informação, cada vez mais escassas, como por ter essa atitude do Governo dado margem a que pessoas usassem de má fé. Membros do aparelho de segurança, políticos e figuras públicas “tentaram evidentemente ganhar acesso a esse processo de censura” (SMITH, 2000, p.139). Segundo o jornalista Carlos Chagas, “o acesso à censura às vezes dava margens a abusos, já que ela estava ao alcance de membros do regime ou de pessoas com amigos em posições elevadas” (SMITH, 2000, p.140). Além disso, pessoas se faziam passar por autoridades e por meio de telefonemas censuravam assuntos de acordo com seus interesses.

Num ambiente no qual o Estado não assumia a responsabilidade pública por todas as suas ações e de fato não era responsável por tudo o que se fazia em seu nome, era possível tornar-se alvo não apenas de atos inconstitucionais de autoridades ‘constituídas’, mas também de falsificadores anônimos (SMITH, 2000, p.140).

A censura prévia e a autocensura constituíram um marco na história da imprensa brasileira. Ao mesmo tempo que a censura levou à falência vários jornais, estimulou a criação

de muitos outros. Os jornais alternativos, criados especialmente para serem um obstáculo para os militares, tornaram-se instrumentos de resistência à ditadura e por isto foram os que mais conviveram com a censura prévia. Os jornais da grande imprensa existiam muito antes do golpe de 64. Eram jornais tradicionais e até centenários, como *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*. Eles acompanharam as sucessões presidenciais no país, e se vincularam e se desvincularam dos governos de acordo com os interesses em jogo. Eles tinham uma longa história (o que não significa que a dos jornais alternativos não seja igualmente importante) que lhes trazia a experiência de saber até que ponto podiam avançar e em que momento deviam ficar calados, evidentemente, sempre dentro de um jogo de interesses. Um jornal, entretanto, não é apenas um negócio, uma empresa que visa ao lucro. Há o compromisso com a sociedade, com os jornalistas e, sobretudo, com a informação. Por isto, muitos apoiaram o golpe de 64, mas, quando perceberam que as propostas dos militares haviam mudado, transformaram-se em ameaça aos que estavam no poder.

2.2 A RESISTÊNCIA À CENSURA

A história da imprensa durante a ditadura registra um número significativo de jornalistas que sofreram represálias do regime. Exemplos suficientes para amordaçar e fazer com que os demais jornalistas consentissem com o *status quo*. Como recorda Marconi (1980, p.90), tanto jornais como jornalistas foram vítimas de “atentados a bomba, invasões de redações, prisões arbitrárias, espancamento e tortuosos inquéritos e processos, todos destinados a ameaçar e calar a voz dos mais altivos”.

Os registros de violência física e psicológica, por meio de entrevistas, documentários, autobiografias, revelam justamente que houve reações dos jornalistas, que o silêncio não foi total, embora os militares tivessem todas as condições para exigí-lo, como ocorreu, por exemplo, na ditadura espanhola, com Franco e, na portuguesa, com Salazar, quando os jornais apresentavam, junto ao logotipo, a declaração que as matérias tinham sido “examinadas e aprovadas pelas autoridades” (SMITH, 2000, p.96).

Vários foram os motivos que levaram jornalistas a sofrerem as atrocidades do regime, desde a suspeita de infiltração de jornalistas comunistas até a divulgação de alguma informação que viesse a desagradar ao regime, mesmo que ela não tivesse sido proibida.

Marconi cita, como exemplo, dois de jornalistas da *Folha de S. Paulo*, um dos jornais

mais criticados pela passividade diante da situação. O primeiro refere-se ao repórter Milton Soares, que foi preso e colocado numa cela junto com assaltantes e assassinos perigosos. O motivo: denunciar as arbitrariedades cometidas pela polícia de Guarulhos (SP). Quando o advogado do jornal conseguiu a ordem judicial para soltá-lo, o jornalista estava com hematomas e ferimentos por todo o corpo e encontrava-se internado no Pronto Socorro. No caso, a agressão foi efetivada pelos presos, um recurso usado pela polícia para evitar qualquer tipo de acusação sobre ela mesma. O jornalista Edson Costa Flosi teve seu filho, de mesmo nome, com 14 anos na época, espancado a socos e pontapés por duas pessoas, que disseram ao menino que ele estava apanhando por causa das reportagens do pai. Dias antes, o jornalista havia escrito “reportagens falando de condecorações concedidas a alguns torturadores da polícia paulista e de irregularidades no Instituto Médico Legal de São Paulo” (MARCONI, 1980, p.92).

Outro tipo de violação ocorrida na *Folha de S. Paulo* atingiu o jornalista Cláudio Abramo, seu diretor. De acordo com o dono do jornal, Octavio Frias de Oliveira, o chefe da Casa Militar do presidente Costa e Silva, general Jayme Portella, ligou para ele e disse: “Olha, se você continuar assim eu vou fechar o seu jornal. Vou suspender o seu jornal por dois meses” (DINES, FERNANDES JR. e SALOMÃO, 2000, p.380). Segundo Oliveiras (2000, p.380), Portella se referia a “alguns jornalistas aqui que faziam oposição ferrenha e aberta ao governo. Isso irritava o poder”. Ele afirma ainda que os militares acreditavam que a *Folha de S. Paulo* estava entregue a comunistas. Por pressão política e sob a ameaça de fechamento do jornal, caso ele continuasse lá, Abramo deixou o cargo de diretor e foi enviado para Paris como correspondente.

O jornalista Evandro Carlos de Andrade relembra um ato de violência cometido contra o repórter político *Jornal do Brasil*, D’Alembert Jacourt. O motivo: acompanhar Eunice Paiva, que estava em busca de informações sobre o seu marido, Rubens Paiva, que havia desaparecido.

D’Alambert foi seqüestrado em casa, preso, levado para o Batalhão da Guarda Presidencial, mantido numa cela durante 48 horas. De madrugada, pegavam ele, encapuzavam, levavam para o cerrado, com cães ladrando no calcanhar dele, sem estabelecer nenhuma relação com o que ele vinha fazendo, com a ajuda que ele vinha dando a Eunice Paiva (DINES, FERNANDES JR. e SALOMÃO, 2000, p.256).

Esses exemplos são citados para que se tenha noção das conseqüências sofridas pelos

que, de alguma forma, se opunham ao regime. A prisão e a tortura desses jornalistas mostram o quanto a imprensa foi um incômodo para o regime e quão importante foi mantê-la silenciada. Qualquer motivo podia levar à prisão, inclusive acompanhar uma senhora em busca do marido desaparecido. Não podia haver vacilos, porque a imprensa permanecia constantemente vigiada. Qualquer equívoco tornava-se um pretexto, como ocorreu com D'Alembert. Esses mesmos exemplos mostram igualmente a luta dos jornalistas pela liberdade de imprensa, pela redemocratização do país.

Ações como a dos jornalistas da *Folha de S. Paulo*, Milton Soares e Edson Costa Frosi, não eram tão incomuns no dia-a-dia. As tentativas de denúncias e a publicação de notícias proibidas fizeram parte da luta dos jornalistas, especialmente dos que trabalharam para os jornais e revistas que conviveram com a censura prévia.

Uma das táticas usadas pelo *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, foi a de colocar poesias no lugar da matéria censurada. O jornal usou obras de Gonçalves Dias, Machado de Assis e Manuel Bandeira. A reação a essa tática não foi, no entanto, a esperada. Outra tentativa foi a de colocar, na primeira página, “algumas paródias ridículas de cartas para a redação sobre, por exemplo, a jardinagem em São Paulo” (SMITH, 2000, p.117). Os leitores que se manifestaram, estavam na verdade interessados sobre o assunto. “Da mesma forma, receitas de pratos intragáveis provocaram respostas de cozinheiros insatisfeitos” (SMITH, 2000, p.117). O jornal passou então a publicar trechos do poema de Luiz Vaz de Camões, *Os Lusíadas*. Cada vez que ocorria a censura, o jornal publicava um trecho do poema. Smith afirma que outros jornais tentaram fazer o mesmo que *O Estado de S. Paulo*, porém o regime proibiu. O fato é que *O Estado de S. Paulo* deu bastante trabalho aos censores. “O diretor Oliveiros Ferreira afirmou que se o regime tivesse proibido *O Estado de S. Paulo* de usar Camões, o jornal teria achado outra coisa e continuado a tentar” (SMITH, 2000, p.118-119).

A censura foi o tema mais comum dessas tentativas. Os jornalistas queriam mostrar ao público que estavam sendo censurados. Ultrapassar o sistema da censura não era, porém, tão simples, de modo que os jornalistas focavam os censores e esqueciam-se dos leitores, pois o objetivo era alcançar o censor. A meta era bajular, burlar ou vencer o censor pelo cansaço. Por isso, muitas tentativas, como as de *O Estado de S. Paulo*, não tiveram o resultado esperado. A informação que havia censura podia passar pelo censor, mas o leitor não a compreendia. Ainda assim, a posição assumida pelo jornal *O Estado de S. Paulo* foi significativa na luta contra a censura. “*O Estado de S. Paulo* deu ampla cobertura à censura de imprensa em geral, mas em particular à sua própria” (SMITH, 2000, p.105). O jornal chegou a receber prêmios

pela cobertura.

O tipo mais comum de artigo era declarações de alguma figura pública cumprimentando *O Estado de S. Paulo* por seu firme compromisso com a liberdade de imprensa e condenando as restrições arbitrárias impostas ao seu trabalho. A quase absurda cobertura poderia ser em parte arrogância e em parte autopromoção, mas também em parte estratégia contra a censura, pois menções frequentes tinham maior probabilidade de passar pela censura (SMITH, 2000, p.106).

Outro exemplo de luta contra a censura à imprensa vem do jornal *O Globo*, considerado “o jornal mais famoso por seu apoio ao governo militar” (SMITH, 2000, p.54), caracterizado por uma cobertura completamente oficial. Mas houve exceções, como mostra Marconi (1980, p.42):

Nem mesmo o colunista social Ibrahim Sued, de *O Globo*, escapou da sanha censória. De nada valeram-lhe as relações de amizade com todos os condestáveis do poder militar da época. Mais afeito a coquetéis e etiquetas sociais, é difícil imaginar o mais lido colunista social do País indignado com a censura política. No entanto em 1969, ano que o Ministro da Justiça afirmava “categoricamente” não haver censura à imprensa, ele não resistiu e denunciou “a censura que tolheu a minha liberdade”: “Estou deprimido e revoltado, pois não foi para isso que agi em 1964 enfrentando Brizola, quando muita gente estava em cima do muro. Eu não posso concordar com a censura e lamento que gerais amigos meus tenham participado desse esquema. Aliás, vou ter que reformular meu livro sobre a Rússia, porque disse num dos capítulos que os jornalistas brasileiros diferem dos soviéticos porque têm liberdade de informar”.

Praticamente todos os jornais da grande imprensa, uns mais e outros menos, sofreram algum tipo de violação. Os jornais alternativos foram, entretanto, o alvo principal, porque, além de quererem transmitir informações sem censura, surgiram justamente como oposição ao regime militar.

Há, porém, muitas divergências entre os jornalistas sobre a questão da luta contra a censura. Alguns acreditam que somente os jornais alternativos sofreram realmente as ações repressivas do regime e que os jornais da grande imprensa estavam constantemente fazendo acordos com o governo, porém tanto os jornais da grande imprensa como os alternativos estiveram sujeitos à censura prévia e à autocensura. Jornalistas de ambos os meios sofreram as repressões do regime. Evidente, que “existiram jornalistas que colaboraram com o regime e outros que resistiram a ele e/ou combateram-no” (KUSHNIR, 2004, p.37), entretanto os que “aceitaram a censura o fizeram por outras razões, não por causa do seu apoio ao regime” (SMITH, 2000, p.201). Entre essas razões destaca-se o medo, pois a desobediência poderia

acarretar tanto a demissão da empresa, como a prisão, a tortura, o desaparecimento. Acrescenta-se a esse consentimento o fato de muitos jornalistas não terem conhecimento sobre as proibições: “a maioria dos jornalistas nunca ficava sabendo das proibições de notícias ou, quando sabia, nunca estava certa de que elas provinham de um diretor ou resultava de proibição ordenada pelo regime” (SMITH, 2000, p.201).

As divergências entre os jornalistas que atuaram na época sobre quem sofreu ou não censura refletem a divisão interna que existia na imprensa brasileira. Tal divisão não lhe era específica, outros setores da sociedade viviam situação similar, por exemplo, a Igreja Católica, dividida em progressista e conservadora, e os próprios militares, que experimentaram constantes conflitos entre o grupo de Sorbonne, a linha dura e a linha nacional autoritária. De acordo com Smith (2000, p. 170), “havia uma considerável falta de solidariedade na imprensa brasileira. Em vez de aliar-se para enfrentar o regime, membros da imprensa com frequência se ocupavam em atacar-se e criticar-se mutuamente”. Graças a essa divisão, a esses conflitos, o consentimento da imprensa não foi total. Embora apenas uma minoria tenha reagido às ações repressivas dos militares, ela foi significativa para a história da imprensa naquele período. Simultaneamente, a imprensa foi um espaço encontrado pelos militares para legitimar seu poder e tornou-se o caminho mais expressivo para que instituições, ainda não totalmente silenciadas pelo regime, como a Igreja, fizessem chegar sua voz à sociedade.

O regime militar pôs fim a muitos movimentos, como o dos estudantes e os de guerrilha, mas não conseguiu impedir totalmente a atuação daqueles que outrora o apoiaram no golpe de 64, como a imprensa e a Igreja no Brasil. Talvez os conflitos internos dos próprios militares tenham contribuído para o fim do regime, mas não se pode negar o significado da pressão feita tanto pela imprensa como pela Igreja.

Observa-se, ironicamente, que esses fatos de violência contra jornalistas e o controle excessivo sobre a informação revelam que a imprensa brasileira, mesmo em um regime ditatorial, não foi totalmente manipulada, nem completamente censurada. As ações dos jornalistas provocaram a reação dos militares. Como para toda reação existe, primeiro, uma ação, isto significa que os jornalistas também agiam. Essa atuação pode ser comprovada pela análise da cobertura da imprensa sobre os casos de religiosos acusados de praticar atividades subversivas, durante o regime militar. Mesmo a imprensa sendo, muitas vezes, proibida de falar sobre a Igreja, a instituição católica esteve presente em mais de três mil matérias, no período que vai de 68 a 77. É um número pequeno nesses nove anos, mas é significativo, pelo

fato de as notícias terem sido construídas dentro de um contexto de censura. Esse número comprova que a censura existiu, mas também revela que a liberdade se fez presente em determinados assuntos ou momentos, conforme a atuação das forças sociais que disputaram e conquistaram visibilidade no espaço público de mediação do jornalismo.

3 O JORNALISMO COMO ESPAÇO PÚBLICO DE MEDIAÇÃO

A idéia de espaço público remonta a *polis* grega e está associada à vida pública. Equivale à *ágora*, espaço em que as pessoas se reuniam para discutir questões de interesse público e privado (*oikos*)

Naquele contexto, os homens compareciam ao espaço público para a realização de negócios privados (relativos, portanto, à *oikos*), mas, acabavam aproveitando a ocasião para se reunir em assembléia, discutir e decidir (pelo voto) sobre assuntos que afetavam a todos, a exemplo da guerra (MARTINS, 2003, p.34).

Com a evolução da sociedade, esse espaço foi redimensionado, resultando em diversos outros espaços públicos. De acordo com Adriano Duarte (1997, p.39),

é nas sociedades, nos clubes privados e, mais tarde, nos cafés que as correntes de opinião se formam a partir, nomeadamente, da discussão de opiniões controversas. Destas discussões emanam textos que a imprensa depressa divulga e que se apresentam como críticas da arte, de literatura, de teatro, das idéias.

Segundo Martins (2003, p.34), a imprensa reina como o “epicentro do espaço público”, funcionando como um espaço de mediação, “tanto no sentido do provimento dos meios (ou a discussão sobre as demandas existentes) quanto no sentido da própria produção de sentido”. Simultaneamente, trata-se de “um instrumento dos enfrentamentos políticos na disputa pela visibilidade e pela conquista do poder” (MOTTA, 2005, p.11), por meio do qual forças hegemônicas e contra-hegemônicas atuam. De acordo com Gramsci, o termo hegemonia é definido “como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer” (GRUPPI, 1978, p.3). A hegemonia é a

capacidade de direção intelectual e moral, em virtude da qual a classe dominante, ou aspirante ao domínio, consegue ser aceita como guia legítimo, constitui-se em classe dirigente e obtém o consenso e a passividade da maioria da população diante das metas impostas à vida social e política de um país (BOBBIO e MATTEUCCI, 1993, p.580).

Para Coutinho², professor de Teoria Política da Universidade Federal do Rio de

² Entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo* e reproduzida pelo site Gramsci e o Brasil: <<http://www.acesa.com/gramsci>>.

Janeiro e tradutor dos Cadernos do Cárcere de Gramsci, a hegemonia é a “obtenção de consenso para um universo de valores, de normas morais, de regras de conduta” e a imprensa é “um espaço de luta pela hegemonia”, apesar de haver desequilíbrio nesta disputa, por pertencerem os meios a pequenos grupos da classe dominante. Coutinho admite o peso que a mídia, especialmente a televisão, exerce na formação da opinião pública, porém reconhece que ela está imersa na sociedade civil da qual sofre influência. Como exemplo, o professor recorda:

Na campanha pelas Diretas-já, em 84, a Globo começou simplesmente ignorando o movimento. Mas, a partir de um certo momento, à medida que a campanha se tornava de massa, não só foi pressionada a "repercutir" a campanha, mas até mesmo assumiu um tom simpático a ela (*FOLHA DE S. PAULO*, 21/11/99).

Apesar de, na maioria das vezes, os interesses hegemônicos prevalecerem, o espaço público do jornalismo é destinado, conforme com Traquina³, à “exposição de diferentes posições sobre diferentes matérias”. Trata-se de um “espaço de mediação social, um lugar de encontros, desencontros públicos, de alianças e de enfrentamentos” (MOTTA, 2005, p.14).

Mesmo em regimes ditatoriais, é possível perceber no espaço de mediação do jornalismo esse lugar em que posicionamentos diferentes são apresentados, embora ele sirva mais como um espaço legitimador do poder dominante, por ser, em termos de público, o meio mais abrangente para o controle das idéias. Ressalta-se, entretanto, que o jornalismo tem igual importância para as forças contra-hegemônicas, ou seja, é o meio de informação capaz de atingir o país de Norte a Sul. Ele é um espaço permeável às pressões sociais, sobretudo quando a ditadura se depara com forças da própria sociedade que a desafiam, ou quando a estrutura do regime não é tão organizada como se imagina, ou ainda quando a censura à imprensa não chega a ser total. Tudo isso faz com que a imprensa seja um espaço passível de conquistas, embora, devido às restrições que encontra, não garanta um jornalismo equilibrado e de qualidade.

No Brasil dos anos 60 e 70, a imprensa desempenhou papel importante. Serviu tanto para apoiar o golpe de 64 como, em sentido oposto, contribuiu para a derrubada do regime militar, no final dos anos 70, por meio das críticas à ditadura e como o espaço mediador encontrado pelas forças contra-hegemônicas para denunciar os abusos cometidos pelos militares. Nesse intervalo, devido à imposição da censura e da autocensura, a imprensa

³ Entrevista concedida ao *site* Observatório da Imprensa: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos>

oscilou entre o consentimento e a resistência. Três fatores contribuíram para que o silêncio imposto à imprensa não fosse total:

- 1) Os militares não queriam que a sociedade soubesse que a imprensa estava sob censura, pois, em seus discursos, usavam o argumento que iriam ‘salvar’ a democracia, chegando mesmo a quererem passar a imagem de uma sociedade democrática;
- 2) A censura variou de acordo com as fases do regime. Desde o início do golpe, com o governo do presidente Castello Branco, a imprensa passou a ser controlada. A censura, porém, tornou-se mais rigorosa a partir da decretação do AI-5 e durante todo o governo da linha dura, representado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, de 1969 a 1974. Nos períodos que antecederam e sucederam o governo Médici, a imprensa encontrou mais flexibilidade, embora o controle ainda existisse;
- 3) A imprensa não foi a única instituição perseguida pela ditadura, ou seja, ela não estava só perante as ameaças do regime. Entre as grandes ameaças à ditadura, esteve a Igreja Católica que também apoiara o golpe de 64, mas logo após tornou-se mais uma vítima dos abusos cometidos pelos militares, embora fosse ela uma instituição pela qual eles sentiam algum respeito, primeiro por se tratar de uma instituição tradicional, da qual muitos deles faziam parte; segundo, pelo fato da instituição religiosa ter apoiado o regime na luta contra o comunismo e o próprio golpe de 64.

Durante a ditadura no Brasil, embora tenha servido como espaço de legitimação, a imprensa foi, em termos de público, o meio mais amplo que as forças contra-hegemônicas encontraram para fazer alcançar suas idéias, seus posicionamentos, para denunciar a violação dos direitos humanos. Para a Igreja, por exemplo, nenhum outro meio era tão eficaz quanto a imprensa. As homilias lidas simultaneamente em diversas igrejas, as vigílias realizadas como forma de protesto, os panfletos e informativos clandestinos, as denúncias feitas por bispos no exterior não conseguiam abranger tão grande público quanto o alcançado pela imprensa. Mesmo sob as acusações do regime, a Igreja encontrou na imprensa o espaço mais propício para sua autodefesa e para a defesa daqueles que foram oprimidos pela repressão.

Apesar de, durante a ditadura, a imprensa não ter sido um espaço totalmente aberto às forças contra-hegemônicas, o jornalismo não deixa de ser um espaço de “contradições cujos conteúdos tendem a favorecer os interesses dominantes, mas podem ceder a pressões temporárias ou duradouras, dependendo de cada conjuntura” (MOTTA, 2005, p.11). O

jornalismo é o espaço do contraditório, constata-se que o jornalista exerce mediação ativa, ao selecionar e enquadrar um acontecimento como notícia, especialmente quando diz ao leitor o que como ele deve ou não pensar.

A mediação jornalística se faz a partir de valores e saberes adquiridos pelos jornalistas no decorrer de sua formação profissional. Esses valores e saberes constituem a identidade jornalística, o *ethos* profissional. No espaço público, o jornalista exerce papel ativo no processo de construção da notícia. Para Gentilli (2005, p.143), a mediação “supõe papéis, funções, fazeres, ética”. Segundo este mesmo pesquisador, além do papel de mediador, o jornalista também exerce a função de representante do leitor, à medida que “busca informação em nome de um outro que tem interesse nesta informação” (GENTILLI, 2005, p.144). Isso ocorre porque nem todas as pessoas ou grupos sociais têm acesso direto aos meios de comunicação para se expressarem.

Como mediador, o jornalista “exerce um papel decisivo à medida que é o resultado de seu trabalho que irá oferecer ‘visibilidade’ ao poder e ao mundo” (GENTILLI, 2005, p.144). Ao longo dos anos, esses profissionais foram construindo princípios para reger a atividade. Esses princípios são apresentados por Carina Benedeti (2006, p.20) como sentidos da mediação jornalística. São eles:

- 1) mediar no sentido de distar, ou seja, de assumir posição independente do que aborda; 2) mediar no sentido de repartir em partes iguais, ou seja, não favorecer uma das partes; 3) mediar no sentido de transcorrer por dois momentos, ou seja, de passar do acontecimento para o conhecimento do público.

O primeiro sentido está relacionado à independência profissional; o segundo, à questão da imparcialidade; o terceiro, à objetividade. São valores que servem tanto para facilitar o trabalho do profissional como para oferecer ao público notícias com qualidade. Eles são, no entanto, valores polêmicos, situados sobre uma linha tênue entre a objetividade e a subjetividade, entre o consciente e o inconsciente, entre a utopia e a realidade. A independência profissional, a objetividade e imparcialidade jornalísticas são assuntos bastante discutidos no meio acadêmico. Eles são abordados nesta pesquisa como uma linha guia, para que se possa compreender o processo de construção da notícia em um regime ditatorial, em que os jornalistas trabalham sob condições restritas de liberdade e no qual a objetividade e a imparcialidade podem fazer a diferença por ser este um momento em que a sociedade não pode exercer o direito à informação nem à expressão.

3.1 A INDEPENDÊNCIA PROFISSIONAL

Num regime ditatorial, a independência jornalística é limitada pela censura, pela ausência de liberdade e também pelos conflitos internos enfrentados pelos jornais, que adquirem proporções maiores do que no regime democrático. Esses conflitos estão ligados, sobretudo, à organização dos meios jornalísticos.

Essa estrutura organizacional é caracterizada pela verticalização, com hierarquia definida, constituída pelo dono do jornal, pela equipe editorial (diretor, redator-chefe, gerente ou superintendente) e, na base, pelos repórteres. Essa organização coloca em xeque a independência do jornalista. Se num regime democrático é possível questionar se o jornalista é ou não independente no processo de construção da notícia, na ditadura o mesmo não ocorre.

No Brasil dos anos 60 e 70, os jornalistas que constituíram a base dos jornais foram as principais vítimas da ditadura, embora não os únicos. Os próprios diretores e redatores chefes não escaparam aos conflitos:

desejavam conseguir notícias, informar e promover o debate público e queriam conservar-se livres para desempenhar essas tarefas. Por outro lado, eram empregados dos donos, a quem deviam agradar para não arriscar-se a perder o emprego. Também precisavam evitar a animosidade do Estado, o que prejudicaria tanto as imensas receitas de publicidade advindas das diversas fontes oficiais quanto os benefícios de ter o Estado como importante fonte de notícias (SMITH, 2000, p.56).

O diferencial entre a base e os superiores também se evidenciava pelo salário recebido. Os repórteres “eram mal pagos, a maioria tinha mais de um emprego” (SMITH, 2000, p.56). Werneck Sodré diz que os jornalistas enfrentaram dificuldades com relação aos salários, pois em 1944, “o salário de um redator era cinco vezes o salário mínimo; em 1957, era 2,6 vezes esse mínimo” (SODRÉ, 1966, p.480). Isso provocou o declínio do nível intelectual do pessoal de redação e transformou esta atividade em ‘bico’. Os jornalistas estavam, portanto, submetidos ao cerceamento da liberdade de expressão e à má remuneração.

A instabilidade no emprego era uma realidade para os jornalistas. Poucos ficavam bastante tempo em um jornal. De acordo com Smith (2000, p.57), “os jornalistas mais provavelmente se consideravam ‘empregados’, contra a ‘gerência’ e os donos, do que participantes de uma identidade jornalística compartilhada”.

Os fatos apresentados não caracterizam, evidentemente, um problema específico do

regime militar. Nos dias atuais, ainda perduram a instabilidade profissional do jornalista, a hierarquia verticalizada, a concorrência comercial. O contexto, no entanto, é bem diferente, porque, durante a ditadura, o jornalista que não andasse de acordo com as regras impostas pelo regime corria o risco de sofrer ações repressivas.

Ao longo dos vinte anos de ditadura, essa situação tornou-se uma rotina. Os jornalistas tiveram, portanto, que lutar não somente contra a impotência gerada pelo medo, mas também contra essa rotina, que traziam como consequência o consentimento. Ao referir-se sobre as rotinas automáticas da censura, Smith (2000, p. 208) afirma que “era considerado inútil rejeitá-las e resistir a elas. Em suas narrativas daquela época, todos os membros da imprensa, desde os redatores-chefe até os repórteres principiantes, mencionam a sensação de impotência e inutilidade”.

À sensação de impotência perante as rotinas, acrescenta-se a frustração pela não abordagem imparcial dos fatos, valor intrínseco à profissão, violado muitas vezes pelos interesses em questão, pela imposição da censura, pela não acessibilidade às fontes.

3.2 A IMPARCIALIDADE JORNALÍSTICA

Com base no conceito de mediação apresentado por Benedeti (2006, p. 20), a imparcialidade pode ser entendida no sentido de “repartir em partes iguais ou não favorecer uma das partes”. Isto significa não tomar partido sobre determinado assunto ou grupo social. Segundo a citada pesquisadora (2006, p. 23), “à medida que os jornais deixam de ser veículos de expressão de opiniões individuais ou de pequenos grupos e constituem uma instituição social, eles passam a compartilhar valores profissionais, princípios éticos e responsabilidades sócias”. A imparcialidade é um dos parâmetros que regem o jornalista, que deve ser o mais neutro possível ao selecionar e dar visibilidade a um acontecimento, contribuindo assim para o equilíbrio da informação jornalística. Essa ação por si só implica um gesto subjetivo, pois, como mediador, o jornalista exerce papel ativo no processo de construção da notícia.

A imparcialidade não nega a subjetividade, mas exige o equilíbrio da informação jornalística. Robert Hackett (1984) *apud* Traquina (1999, p.103) ressalta dois aspectos que ferem o princípio da imparcialidade: o desequilíbrio entre pontos de vista diferentes e a distorção tendenciosa e partidária da realidade.

A imparcialidade, entretanto, não está restrita à superação destes dois aspectos. Há, muitas vezes, uma série de fatores que tornam o jornalismo parcial. A organização interna das empresas, estruturada de forma hierárquica; a aparente importância de determinados acontecimentos que são transformados em notícia; os interesses do poder dominante, tudo isso pode resultar em um jornalismo de tal forma tendencioso e partidário, que acreditar na imparcialidade jornalística torna-se uma utopia.

Do ponto de vista dos valores profissionais do jornalismo, não se deve simplesmente aceitar ou ficar conformado com um jornalismo parcial, tendencioso, que distorce as notícias. É necessário que haja jornalismo de qualidade e a imparcialidade é um dos quesitos para alcançar esse objetivo. Isto, muito mais do que uma regra, constitui um valor. É uma questão ética, que deve ser respeitada a cada notícia publicada. Isso requer, porém, que o público seja muito mais que um consumidor de informação, é preciso que ele exerça o seu papel de cidadão e exija que o profissional ou a empresa de comunicação o informe com qualidade.

Isso só é possível, entretanto, em um regime democrático, pois em uma ditadura, os cidadãos perdem o direito à informação e mesmo à expressão. No Brasil, por exemplo, se houve momentos, durante o regime militar, em que a imprensa chegou a ser um espaço de mediação equilibrado, isso ocorreu por ações dos próprios jornalistas ou de instituições que tinham força para desafiar o regime, não por causa dos cidadãos, que sem dúvida, foram as maiores vítimas do militarismo.

Durante uma ditadura, é praticamente impossível falar em imparcialidade jornalística. Se em um regime democrático existem interesses em torno das notícias, em um regime ditatorial, esses interesses se multiplicam e são reforçados pela repressão política e policial.

Mesmo em relação aos jornais alternativos, surgidos dentro do contexto ditatorial, é um risco falar em imparcialidade jornalística. Esses jornais apresentaram um jornalismo irreverente, de denúncias e críticas ao governo e surgiram com o propósito de ser oposição ao poder hegemônico.

Algumas publicações atacavam abertamente o regime, seus detentores do poder e suas decisões, enquanto outras eram contra o *status quo* geral, desde o modelo econômico básico e organização social até as tendências comportamentais e gostos literários (SMITH, 2000, p.64).

Muitos dos jornalistas que trabalharam na imprensa alternativa vinham da chamada

grande imprensa. Outros continuaram a trabalhar em ambas. Escrever um artigo ou uma matéria para jornais alternativos era mais do que um emprego, era para eles uma missão. Na imprensa alternativa, encontravam liberdade de atuação, por, diferentemente do que ocorria na grande imprensa, não estarem submetidos aos editores-chefes e donos de jornais.

Na ditadura, a imprensa esteve assim dividida: de um lado, os jornais alternativos, que atuaram como um contra-poder; de outro, a grande imprensa, fortemente ligada aos interesses de mercado. Não se pode, entretanto, ignorar que a grande imprensa contou com importantes nomes do jornalismo brasileiro. Ela não era constituída só pelos donos de jornais. É impossível ignorar os esforços feitos por jornalistas da grande imprensa para tentar ultrapassar os limites impostos pela censura. Os jornais de circulação nacional cederam em determinados momentos, a fim de garantir sua sobrevivência durante a crise. Os jornais que não agiram dessa forma não resistiram aos tempos de chumbo. Muitos foram induzidos à falência, sobretudo quando sua circulação foi impedida por vários dias.

O golpe de 64 impõe limites àquela velha imprensa cuja finalidade maior era a ação política. E – ao lado das mudanças políticas – também traz mudanças econômicas que vão exigir dos jornais uma adequação. [...] No Rio: Última Hora, Correio da Manhã, Diário de Notícias (Diário Carioca), O Jornal, a lista de jornais diários que vão fechando as portas é enorme. O que se dá é apenas a consolidação dos sobreviventes. São muito mais do que sobreviventes. São instituições que percebem mudanças que estão ocorrendo no país e vão se moldando para operar neste novo mercado e nestas novas circunstâncias (GENTILLI, 2000, p.4).

A visão do jornalismo como quarto poder e do jornalismo voltado para os interesses de mercado era a forma como, no Brasil deste período, se entendia sua função. Estas duas concepções ainda hoje permanecem, tanto no âmbito profissional e acadêmico, como no imaginário popular. Elas contribuíram para a construção da identidade jornalística, fazem parte do processo histórico da imprensa.

Atualmente, ao se olhar para trás, observa-se que, mesmo naquele período de exceção, o jornalismo foi mais do que um quarto poder e do que um negócio. A imprensa alternativa e a grande imprensa constituíram, em diferentes proporções, um espaço de mediação jornalística.

O jornalismo como espaço de mediação é paradoxal. Age como legitimador do poder dominante, mas também como contra-poder. Tem a função de caráter público, mas, geralmente, de iniciativa privada. Ele institui-se, “simultaneamente, como um serviço público

e um negócio privado” (MOTTA, 2002 *apud* BENEDETI, 2006, p.22). Em consequência, as notícias são, simultaneamente, produtos e serviços, e o público, consumidores e cidadãos.

Olhar o jornalismo como um serviço público não significa ignorar nem os interesses de mercado, nem seu potencial para fiscalizar o poder. Significa vê-lo em uma dimensão mais ampla, enxergá-lo como “um dos lugares onde se constrói publicamente o mundo, um lugar de enfrentamentos, de conflitos de representações e interesses” (MOTTA, 2005, p.14).

Considerando-se aqui a atuação tanto dos jornais da grande imprensa como dos jornais alternativos, conclui-se que é bastante complicado questionar a imparcialidade jornalística durante um regime militar, não somente pelas características que lhes são próprias, mas, sobretudo, pelos interesses em jogo. A má remuneração dos profissionais e as ameaças de demissão, tortura, desaparecimento e morte também influenciaram a questão da parcialidade jornalística. Como exigir imparcialidade, quando se corre o risco de perder o emprego em um momento de crise política; os profissionais são mal remunerados e emprego escasso; se depende da estrutura interna da empresa; dizer a verdade pode significar tortura ou mesmo morte?

A parcialidade não decorreu só do medo dos jornalistas. O desequilíbrio das informações muitas vezes adveio da falta de acessibilidade às fontes, as quais também tinham medo de se expor ou, no caso das fontes oficiais, que acreditavam que os jornalistas distorciam as declarações. Foi, portanto, uma situação que não dependia somente da vontade da imprensa.

Apesar de o jornalismo, durante a ditadura, ser mais parcial do que imparcial, isso não impediu que alguns assuntos fossem tratados com objetividade ou, melhor dizendo, de forma mais intersubjetiva. Deve-se levar em consideração a atuação das forças sociais contra-hegemônicas, a mediação ativa do jornalista no processo de construção da notícia e as rotinas estratégicas adotadas para noticiar determinados assuntos. Os jornalistas usaram estratégias para noticiar acontecimentos, com as quais poderiam evitar o risco de agravar ainda mais as relações com o Estado. Entre essas estratégias encontra-se a objetividade, valor profissional usado, geralmente, para facilitar a atividade e oferecer informação jornalística com qualidade. No entanto, a objetividade serviu mais como uma forma de defesa, não necessariamente frente à reação do público, mas sim à dos militares.

3.3 A OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA

A objetividade jornalística é um assunto que tem sido bastante discutido nas últimas décadas. Segundo Traquina (2004, p.135), “a discussão sobre a objetividade é reduzida a uma simples dicotomia entre objetividade e subjetividade”.

O termo ‘objetividade’ surgiu nas primeiras décadas do século XX, nos Estados Unidos, devido a dois acontecimentos: a experiência da propaganda na Primeira Guerra Mundial e o surgimento da profissão de relações públicas (SCHUDSON, 1978 *apud* TRAQUINA, 2004, p.136). Durante a Primeira Guerra Mundial, os jornalistas norte-americanos estiveram envolvidos com a propaganda política, produzindo comunicados e distribuindo discursos do presidente Woodrow Wilson a favor da guerra. Foi também nesse período que surgiu a atividade de relações públicas, quase como uma ameaça aos jornalistas, por colocar em xeque noções básicas do jornalismo, inclusive o conceito de notícia.

Com as relações públicas, as notícias pareciam tornar-se menos a reportagem dos acontecimentos e mais a reprodução de um universo de fatos que correspondiam aos interesses especiais dessas pessoas ou organizações que tinham os recursos financeiros para empregar estes consultores (TRAQUINA, 2004, p.137).

O envolvimento dos jornalistas com a propaganda política e a ameaça das relações públicas fizeram com que o jornalismo assumisse uma nova posição diante da transmissão dos acontecimentos. Baseados na Ciência Positivista, os jornalistas criaram métodos ou procedimentos para interpretar o mundo.

Como afirma Schudson (1978) *apud* Traquina (2004, p.135), “a objetividade não é uma negação da subjetividade, mas o reconhecimento da sua inevitabilidade”, ou seja, a objetividade não ignora a subjetividade, ao contrário, reconhece a sua existência. É a partir do reconhecimento da subjetividade que surge a objetividade.

Foram criados procedimentos de interpretação do mundo, para delimitar a interferência da subjetividade humana, “para assegurar certa credibilidade aos jornalistas como parte não interessada e também para protegê-los contra eventuais críticas ao seu trabalho” (TRAQUINA, 2004, p.139). Tuchman a isto denomina ritual estratégico: ritual, como procedimento de rotina; estratégico, como “tática ofensiva destinada a prevenir o ataque ou defletir, do ponto de vista defensivo, as críticas” (TRAQUINA, 1999, p.74).

Durante a ditadura, os rituais estratégicos tiveram extrema importância, pois mais do que assegurar credibilidade, tiveram o objetivo de garantir proteção. Foram usados como meio de defesa, não exatamente contra as críticas do público, mas contra as ações repressivas do regime.

Entre as táticas estratégicas apresentadas por Tuchman (1983), usadas ritualmente pelos jornalistas estão:

- 1) Apresentação de possibilidades conflituais, ou seja, quando apresentam os ‘dois lados da mesma questão’, através da multiplicidade das fontes ouvidas;
- 2) Apresentação de provas auxiliares que, para Tuchman (1972) *apud* Traquina (1999, p.81) seriam “fatos (títulos) que serviriam de suporte à afirmação inicial”;
- 3) O uso das aspas, que mostram ao leitor que a opinião não é do jornalista, mas da fonte consultada. Diz Tuchman, que “ao inserir a opinião de alguém, eles (os jornalistas) acham que deixam de participar da notícia e deixam os ‘fatos’ falarem”;
- 4) A estrutura da informação numa seqüência apropriada, que está especificamente relacionada à estrutura da pirâmide invertida, através da qual as informações mais importantes e necessárias se encontram no *lead* da notícia.

Para Tuchman (1972) *apud* Traquina (1999, p.83),

este é o aspecto formal mais problemático da objetividade para o jornalista. Relativamente aos outros três atributos formais, o jornalista pode afirmar que apresentou pontos de vista contrários; que existiam provas suplementares e que ele se limitou a recolhê-las; que as citações e informações entre aspas representam as opiniões dos outros, não as suas. Todavia, mesmo que um repórter possa, inconscientemente imiscuir-se, nas idéias dos seus editores ao escolher um lead, submetendo-se assim à política da empresa, ele é que é a pessoa responsável pelo lead da notícia. Não pode dizer que a escolha pertence à outra pessoa qualquer.

A responsabilidade do jornalista não se limita, contudo, a este último aspecto: o de escolher e dizer ao leitor o que é importante para ele, nas primeiras linhas da notícia. Ela é validada durante todo o processo de construção da notícia, desde a escolha das fontes e das provas a serem publicadas, até o enquadramento dado à declaração da fonte, mesmo quando citada entre aspas. As declarações das fontes nem sempre são publicadas na íntegra, pois é necessário que o jornalista faça uma seleção da fala e a enquadre conforme a abordagem da matéria.

Para Sílvia Moretzsohn (2002) *apud* Motta (2005, p.3), “a subjetividade presente no

processo de apreensão dos fatos indica que o jornalismo ‘não é o discurso da realidade (como diz ser), mas um discurso sobre a realidade’. Para Genro Filho (1997), “todo o relato jornalístico, toda notícia ou reportagem, reproduz os fatos através de uma complexa operação subjetiva”. De acordo com este mesmo autor, “um fato jornalístico não é uma objetividade tomada isoladamente, fora de suas relações históricas e sociais, mas, ao contrário, é a interiorização dessas relações na reconstituição subjetiva do fenômeno descrito”. Segundo Lage (1979) *apud* Genro Filho (1997, p.91-136),

O conceito de objetividade posto em voga consiste basicamente em descrever os fatos tal como aparecem; é, na realidade, um abandono consciente das interpretações, ou do diálogo com a realidade, para extrair desta apenas o que se evidencia. A competência profissional passa a medir-se pelo primor da observação exata e minuciosa dos acontecimentos do dia-a-dia. No entanto, ao privilegiar as aparências e reordená-las num texto, incluindo algumas e suprimindo outras, colocando estas primeiro, aquela depois, o jornalista deixa inevitavelmente interferir fatores subjetivos. A interferência da subjetividade, nas escolhas e na ordenação, será tanto maior quanto mais objetivo, ou preso às aparências, o texto pretenda ser.

Para Lage (1979) *apud* Genro Filho (1997, p.91-136), “há uma complexa mediação, tanto objetiva como subjetiva” no processo de produção das notícias. É o que Meditsh (2001) *apud* Motta (2005, p.3) chama de intersubjetividade, “onde a distinção entre a objetividade e a subjetividade perde os seus contornos dicotômicos e assume a forma *continuum*”. É uma forma de não negar a existência da subjetividade e, ao mesmo tempo, limitar a relatividade do conhecimento em função dela. Para Motta (2005, p.4), “na comunicação jornalística, está necessariamente presente a contradição entre objetividade e subjetividade”. No caso, é preciso estar atento à “intenção de objetividade” e aos “elementos estéticos e subjetivos” da linguagem jornalística “que revelam estímulos ao imaginário do leitor”.

Os procedimentos observados por Tuchman (1983) são fundamentais na prática diária para alcançar o equilíbrio entre a objetividade e a subjetividade, sobretudo, por ser o jornalismo espaço de mediação social, de disputa pela visibilidade. A mediação jornalística é uma mediação ativa. Hughes (1963) *apud* Traquina (2004, p.117) afirma que os jornalistas “professam saber melhor que os outros a natureza de certos assuntos, e saber melhor que os seus clientes o que os preocupa”. Logo, eles professam saber:

1) o *que* mediar (os acontecimentos e questões atuais de interesse público, além do próprio debate público); 2) *como* mediar (com informações verdadeiras produzidas com transparência, independência, equilíbrio e pluralidade); 3) e *para quem* mediar (para o interesse público) (BENEDETI, 2006, p.31).

As definições de Benedeti (2006) vão ao encontro da hipótese da *agenda-setting*, que é a perspectiva de abordagem teórico-metodológica desta pesquisa. Os estudos do agendamento mostram que a mídia tem o poder não só de dizer ao seu público ‘sobre o que’ pensar, mas ‘como’ pensar. Para o presente estudo, se faz necessário compreender duas dessas ‘profecias’: o que mediar e como mediar. O primeiro termo refere-se à capacidade de o jornalista identificar, perceber um acontecimento que possa vir a ser de interesse público e dar-lhe visibilidade, ou seja, selecionar uma entre várias matérias-primas e transformá-la em produto, no caso, em notícia. O segundo termo, ‘como’ mediar, está relacionado ao enquadramento dado ao acontecimento que é transformado em notícia, considerando-se os princípios de objetividade e de imparcialidade. Os dois conceitos - processo de construção das notícias e enquadramento - são fundamentais para que se compreenda a cobertura da imprensa sobre os casos dos religiosos acusados de subversivos pelo regime militar.

3.4 OS CASOS DOS RELIGIOSOS NA IMPRENSA

Os casos dos religiosos acusados de praticar atividades subversivas ganharam visibilidade na imprensa, sobretudo, porque não era comum se ver religiosos presos.

Essa repercussão exigiu da cúpula da Igreja Católica um posicionamento diante dos fatos. A Igreja não podia mais silenciar, não apenas por estar em evidência sua própria imagem, mas pelo fato de terem sido violados direitos fundamentais à dignidade humana.

Ao todo foram encontradas, no arquivo jornalístico da CNBB, referências a dezoito casos de religiosos acusados de subversão, no período de 1968 a 1977. Alguns tiveram repercussão maior, conforme a gravidade dos fatos ou os resultados das acusações, por exemplo, a expulsão de religiosos do país.

Desses dezoito casos foram selecionados os cinco que mais tiveram repercussão na imprensa, como amostra representativa, com o objetivo de analisar a cobertura da imprensa sobre os episódios, a partir da observação das estratégias de agendamento da CNBB e do enquadramento da imprensa dado ao assunto. São estes os casos analisados:

- 1) As prisões dos padres Michel Le-Ven, Xavier Berthon, Hervé Crouguennac e do seminarista José Geraldo da Cruz, todos da Congregação dos Agostinianos da Assunção, no Brasil, localizada em Belo Horizonte. As prisões ocorreram no final

de novembro de 1968;

- 2) A prisão e tortura, em dezembro de 1969, de onze frades dominicanos, envolvidos com Carlos Marighella;
- 3) A expulsão, em 16 de dezembro de 1975, do padre francês François Jacques Jentel, da prelazia de São Félix do Araguaia;
- 4) As ameaças de expulsão do país do bispo de São Félix do Araguaia, dom Pedro Casaldáliga, a partir de maio de 1977;
- 5) O caso do padre suíço Romain Zufferrey, ameaçado de expulsão, em julho de 1977, por trabalhar, na arquidiocese de Olinda e Recife, com a Ação Católica Operária.

Esses cinco casos inserem-se no período de 1968 a 1977, que abrange desde um dos momentos mais rígidos e repressivos da ditadura (o governo do presidente Médici) até o momento em que se inicia a abertura política, no final da década de 70.

Ao apresentar como objeto de pesquisa os casos dos religiosos acusados de praticar atividades subversivas durante a ditadura, a partir da análise da cobertura da imprensa, sob a perspectiva do agendamento institucional e do enquadramento dos jornais, pretende-se analisar algumas questões relevantes para que se entenda o papel do jornalismo como espaço público de mediação, mesmo em um regime de exceção, como a ditadura. Para tanto, foram analisadas as estratégias de agendamento da CNBB, em um contexto no qual a imprensa estava sob censura; o papel da instituição religiosa como promotora de notícia e como fonte de informação, nos casos em questão; o enquadramento que os jornais deram aos acontecimentos, tendo como referência a ótica oficial, que definia os atos como subversão e a ótica da Igreja, fundamentada na defesa dos direitos humanos. Ainda com referência ao enquadramento, observa-se se houve ou não correlação entre o que a instituição religiosa agendou e o que foi divulgado pela imprensa.

3.5 A HIPÓTESE DA *AGENDA-SETTING* – PERSPECTIVA DE ABORDAGEM DA PESQUISA

Em 1922, o jornalista norte-americano Walter Lippmann (1922) *apud* Traquina (2000,

p.17) afirmou que “os *media*⁴ eram a principal ligação entre os acontecimentos no mundo e as imagens desses acontecimentos na nossa mente”. Lippman antecipou, de certa forma, o que mais tarde se chamaria de hipótese da *agenda-setting*. Mais de quarenta anos depois, em 1963, Bernard Cohen avançou no conceito desta hipótese. Para ele, a imprensa até pode não dizer às pessoas ‘como’ pensar, mas pode dizer sobre ‘o que’ pensar. Segundo Cohen *apud* Traquina (2000, p.17), “o mundo parece diferente a pessoas diferentes, dependendo do mapa que lhes é desenhado pelos redatores, editores e diretores do jornal que lêem”. As afirmações de Lippman e Cohen também se referem ao que hoje se entende como processo de construção da notícia e ao enquadramento que a mídia dá aos acontecimentos que se tornam notícias. Ambos conceitos intrínsecos à hipótese da *agenda-setting*.

Foi, entretanto, somente com os estudos de Maxwell E., McCombs e Donald L. Shaw, que a hipótese, também conhecida como teoria do agendamento⁵, passou a ser designada com mais precisão. A pesquisa de McCombs e Shaw (1972) *apud* Traquina (2000, p.17), realizada em 1972, durante as eleições americanas, teve como objetivo investigar se os eleitores partilhavam “a definição composta dos *media* acerca do que é importante”. Assim, com a pesquisa de 1972, McCombs e Shaw, abriram “novas linhas de investigação” (TRAQUINA, 2000, p.18), fornecendo dados empíricos para apoiar o pensamento de Cohen.

Seguindo a linha de pesquisa norte-americana, a hipótese da *agenda-setting* tem como objetivo analisar “a capacidade dos *media* em influenciar a projeção dos acontecimentos na opinião pública” (MCCOMBS e SHAW, 1977 *apud* TRAQUINA, 2000, p.14). Trata-se de uma hipótese que estuda os efeitos da mídia a médio e longo prazos, rompendo com o paradigma dos anos 60, pelo qual os efeitos da mídia eram limitados e de curto prazo.

A mídia pode ser investigada a partir de três componentes, que constituem o processo de agendamento (ROGERS, DEARING e BREGMAN, 1993 *apud* TRAQUINA, 2000, p.18): a agenda jornalística, que se refere aos estudos do conteúdo da mídia; a agenda pública,

⁴ Nas citações, entenda-se o termo *media* como jornalismo, pois como afirma Traquina (2000, p.19), “os estudos do agendamento operacionalizam o conceito de agenda mediática com a utilização de dados baseados em análises dos conteúdos dos *output* do campo jornalístico, as notícias dos jornais e dos noticiários televisivos, ou seja, a produção jornalística e não no conteúdo de toda a programação mediática”.

⁵ Segundo Mauro Wolf (2003, p.144), a hipótese da *agenda-setting* é mais “um núcleo de ocasiões e conhecimentos parciais, suscetível de ser ulteriormente articulado e integrado numa teoria geral sobre a mediação simbólica e sobre os efeitos de realidade, praticados pela mídia, do que um paradigma de pesquisa definido e estável”. Antonio Hohfeldt (2001, p.189) concorda com Wolf ao afirmar que teoria “é um paradigma fechado, um modo acabado [...] infenso a complementações ou conjugações, pela qual traduzimos uma determinada realidade, segundo um certo modelo”. A hipótese, segundo Hohfeldt, “é um sistema aberto, sempre inacabado, adverso ao conceito de erro característico de uma teoria [...]. É sempre uma experiência, um caminho a ser comprovado e que, se eventualmente não der certo naquela situação específica, não invalida necessariamente a perspectiva teórica”.

definida como “os estudos que conceitualizam a relativa importância dos diversos acontecimentos e assuntos por parte de membros do público”; a agenda da política governamental, que se refere ao estudo das agendas das entidades governamentais.

Segundo Traquina (2004, p.18), “a maior parte dos estudos que constituem a literatura do agendamento examina a relação entre a agenda mediática e a agenda pública”. Muitos desses estudos foram, porém, realizados a partir da agenda governamental, seguindo a direção:

agenda governamental → agenda jornalística → agenda pública

Estudos recentes têm feito, entretanto, o caminho contrário, ou seja, investigam até que ponto a agenda pública consegue pautar a agenda jornalística e a agenda governamental e, mesmo a própria agenda pública, seguindo a direção de contra-agendamento:

agenda-pública → agenda-jornalística → agenda-governamental

É o que fazem, por exemplo, as ONGs, os movimentos sociais, ou seja, segmentos da sociedade que advogam uma causa, muitas vezes de interesse público, e que buscam no meio jornalístico espaço para pautar não somente o governo, como a própria sociedade. Foi o que fizeram representantes da Igreja Católica durante o regime militar, ao agirem no sentido inverso do agendamento da mídia, ou seja, seguiram a direção do contra-agendamento e procuraram mostrar ao público o seu posicionamento, a sua versão sobre os conflitos Igreja e Estado. A imprensa, embora não tenha sido o único meio, foi o de maior alcance para a defesa dos direitos humanos, para a denúncia contra as atrocidades dos militares.

Nesse sentido, a hipótese da *agenda-setting* é muito importante para todos os segmentos da sociedade, especialmente para aqueles que seguem o processo de contra-agendamento, dado que a sociedade tende a incluir ou excluir dos seus conhecimentos aquilo que a imprensa inclui ou exclui do conteúdo jornalístico. Conforme Guazina (2001, p.18), “o agendamento indica que a mídia atua na escolha dos temas (notícias) que farão parte da agenda dos indivíduos e, portanto, na construção da imagem da realidade que eles estruturam”. Os jornalistas também podem ser influenciados tanto pela agenda governamental como pela agenda pública. O jornalismo é, por isso, aqui entendido como espaço público de mediação social, de disputa pelas forças sociais, espaço do contraditório.

Como espaço que oferece visibilidade, o jornalismo exige das forças sociais estratégias de agendamento, que vão desde entrevistas coletivas até eventos espetaculares feitos com o objetivo de chamar a atenção da sociedade. No caso do contexto da ditadura,

essas estratégias tiveram grande relevância para a Igreja, porque por meio delas a sociedade tinha chance de ouvir o outro lado da questão, pois, devido à censura, muitos assuntos eram silenciados ou manipulados pelo regime. “Ao restringir a divulgação de informações, impedir a livre circulação de idéias, bloquear manifestações e negar espaço às críticas e discussões, a censura coloca o cidadão, no escuro, impedindo-o de conhecer a realidade do país, seus problemas e de discuti-lo, buscando uma mudança de situação” (REZENDE, 2005, p.14). Por isso, para alguns poderes contra-hegemônicos, como a Igreja, estar presente na imprensa tornava-se uma necessidade.

O poder que o jornalismo tem de dizer ao público sobre ‘o que’ pensar e ‘como’ pensar depende muito da necessidade de orientação do indivíduo. De acordo com Traquina (2000, p.34), o efeito do agendamento ocorre em pessoas que têm grande necessidade de obter informação sobre determinado assunto. Isto significa: quanto maior a necessidade de orientação, maior a exposição da pessoa aos *media* noticiosos ou, nas palavras de Iyengar e Kinder (1987) *apud* Traquina (2000, p.34): “Quanto mais o espectador está afastado do mundo dos acontecimentos públicos, mais forte é o poder de agendamento dos noticiários televisivos”. A necessidade de orientação é definida, portanto, pelos altos níveis de interesse e incerteza do indivíduo.

Para McLeod, Becker e Byrnes (1974) *apud* Traquina (2000, p.33), “a agenda jornalística tem maior efeito nas pessoas que participam em conversas sobre questões levantadas pelos meios de comunicação social do que nas pessoas que não participam nesse tipo de conversas”.

Zucker (1978) *apud* Traquina (2000, p.34) classifica essas questões como “envolventes”, quando as pessoas podem mobilizar sua experiência direta, e “não-envolventes”, quando o público não dispõe de experiência direta. Para Leff, Protes e Brooks (1986) *apud* Traquina (2000, p.35), “o efeito do agendamento ocorre mais nas questões não envolventes [...] questões distantes dos conhecimentos das pessoas”.

Além das questões ‘não-envolventes’, outros fatores interferem nos efeitos do agendamento (TRAQUINA, 2000, p.35), como a especificidade de cada meio de comunicação - o efeito pode ser diferente, conforme o veículo de comunicação; “a proximidade geográfica da questão relativa aos membros da audiência”; “o papel da discussão interpessoal das questões”; o “destaque dado à questão ou à ocorrência pelo campo jornalístico”.

Os efeitos da *agenda-setting* dependem, portanto, de uma série de fatores, percebidos pelos jornalistas durante o processo de construção da notícia. Tais fatores também interferem na forma como as notícias serão enquadradas.

3.5.1 O Processo de Construção das Notícias

De acordo com Wolf (2003, p.152), a “hipótese da *agenda-setting* sustenta que a mídia é eficaz na construção da imagem da realidade que o indivíduo começa a estruturar”. Para construir essa imagem da realidade é necessário um processo, durante o qual o jornalista percebe (identifica), entre diversos acontecimentos, apenas os que podem se tornar notícias; os seleciona e os transforma em notícia. Essa imagem é construída, justamente porque, como afirma Gentilli (2005, p.143), “a informação não chega ao receptor em estado bruto”. Diz o autor, que a informação jornalística “é manipulada⁶ pelo jornalista”, quando este “faz as suas pré-escolhas, as suas pré-opções, a sua pré-filtragem, o seu prejudgamento”.

Esse processo de construção da notícia não acontece de forma aleatória. As notícias possuem valores, conhecidos como valores-notícia (*news values*), que são um dos componentes da noticiabilidade, que é definida como “o conjunto de elementos por meio do qual o aparato informativo controla e administra a quantidade e o tipo de acontecimentos que servirão de base para a seleção das notícias” (WOLF, 2003, p.202). Os valores-notícia são “critérios de relevância difundidos ao longo de todo o processo de produção” (WOLF, 2003, p.202). Eles funcionam como linhas guias, como regras práticas que indicam o que deve ser enfatizado ou omitido.

A construção das notícias também compreende outros critérios de noticiabilidade. Para facilitar sua atividade diária, os jornalistas adotam procedimentos ante a pressão do tempo e de outros possíveis constrangimentos profissionais. Os critérios implicam três saberes (ERICSON, BARANEK e CHAN (1987) *apud* TRAQUINA, 2000, p.27): o saber do reconhecimento, que significa reconhecer “quais os acontecimentos que possuem valor notícia”; o saber de

⁶ O termo manipular, segundo o dicionário Aurélio, pode significar: 1) preparar com a mão; 2) preparar (medicamentos) com corpos simples; 3) fazer funcionar; 4) dominar, controlar. Geralmente, na linguagem jornalística, o termo manipular é associado ao quarto conceito do dicionário, ou seja, ao domínio e ao controle. É abordado de forma negativa. É associado à distorção da notícia, em função de algum interesse particular. No contexto de mediação, ao qual foi associado neste texto, o termo pode também se referir ao primeiro conceito: preparar com a mão. No caso do jornalismo, significa a ação do profissional de coletar, selecionar e dar visibilidade ao acontecimento, o que não significa distorcê-los.

procedimento, que está relacionado aos “conhecimentos precisos que orientam os passos a seguir na recolha de dados para elaborar a notícia”, como as fontes que serão consultadas, as perguntas que serão feitas, as citações que serão apresentadas; o saber da narração, que é a compilação de todas as informações por meio da linguagem jornalística, chamada por Traquina de jornalês. Em síntese, os critérios de noticiabilidade requerem “uma noção do que é notícia, uma suposição do que o público espera ver noticiado e um reconhecimento das condições organizacionais de atender a essa demanda” (BENEDETI, 2006, p.52). Os critérios de noticiabilidade são usados para a interpretação do real. Eles têm a capacidade de construir a realidade e reduzem a complexidade, simplificando a imagem do mundo.

Há ainda um terceiro fator que é de relevância para a construção das notícias: a atuação dos promotores de notícia (*news promoters*), dos jornalistas (*news assemblers*) e dos consumidores (*news consumers*), conforme apresentado por Molotch e Lester (1974) *apud* Traquina (1999, p.34). Os promotores de notícia são aqueles capazes de fazer com que um acontecimento, geralmente, de interesse público, venha a ter visibilidade. São aqueles que disputam o espaço público. Essa categoria é, geralmente, relacionada aos assessores de imprensa, às ONGs e aos movimentos sociais, que usam estratégias de agendamento para pautar a mídia, o governo e a sociedade. Os jornalistas são aqueles que desempenham a função de mediador e de representante. Os consumidores são os cidadãos, o público, que também podem interferir no processo de mediação jornalística.

As notícias resultam do processo de percepção, seleção e transformação de um acontecimento. A identificação do acontecimento e sua transformação em notícia resultam de uma série de procedimentos adotados pelos jornalistas para facilitar a atividade no dia-a-dia, visto que esses profissionais vivem sob uma rotina, na qual estão submetidos à pressão do tempo, à hierarquização no ambiente de trabalho e à exigência do público por melhor qualidade de informação. A maior responsabilidade que estes profissionais carregam consigo, ao construir uma notícia, é que eles estão, conseqüentemente, construindo uma realidade. Como afirma Tuchman (1983), a notícia define e dá forma a um acontecimento, constitui e reconstitui significados sociais; não só diz sobre ‘o que’ pensar, mas ‘como’ pensar.

3.5.2 O Enquadramento

O enquadramento (*framing*) é um aspecto tão importante quanto o processo de percepção e seleção da notícia, pois, através dele, o público é orientado sobre ‘como’ pensar o acontecimento. O enquadramento é definido por Gitlin (1980) *apud* Traquina (2000, p.28) como “padrões persistentes de cognição, interpretação, apresentação, seleção, ênfase e exclusão, através dos quais aqueles que trabalham os símbolos (*symbol-handlers*) organizam rotineiramente o discurso, quer verbal, quer visual”. Ele está relacionado tanto à forma como é construída a imagem da realidade, como ao processo de inclusão e exclusão de assuntos da agenda jornalística e, conseqüentemente, da agenda do público. Isso implica grande responsabilidade do jornalista, pois, a princípio, é ele quem diz o que é importante para a agenda pública, à medida que inclui ou exclui notícias da agenda jornalística. Além disso, tem a responsabilidade de dizer às pessoas ‘como’ elas devem pensar.

Schudson (1982) *apud* Traquina (1999, p.253) afirma que “o poder dos *media* não está só (nem principalmente) no seu poder de declarar as coisas como sendo verdadeiras, mas no seu poder de fornecer as formas nas quais as declarações aparecem”. Mais do que apresentar a veracidade dos fatos, o jornalismo tem o poder de enquadrá-los. Esse enquadramento pode se tornar tendencioso, ao beneficiar um dos interesses que disputam visibilidade no espaço público, mas pode também ser neutro, ao oferecer as mesmas possibilidades a interesses divergentes. Esta é uma característica estritamente ligada ao papel do jornalista, que lida com a intersubjetividade no processo de construção da imagem da realidade. Nesse sentido, fazem-se relevantes as rotinas e procedimentos adotados para a construção da notícia, que podem propiciar ao jornalista mais imparcialidade na apresentação dos fatos.

De acordo com Guazina (2001), os enquadramentos podem ocorrer de forma involuntária e voluntária. O primeiro caso está justamente relacionado às rotinas produtivas do jornalista. “Está no âmbito de uma subcultura jornalística existente que incorpora determinados pontos-de-vista como naturais, e que são seguidos pelos profissionais na realização das matérias”. Para Gitlin (1980) *apud* Guazina (2001, p.23), “os enquadramentos possibilitam que os jornalistas processem grandes quantidades de informação rapidamente e de maneira rotineira, ‘empacotando-os’ de forma eficiente para que sejam recebidas pela audiência”. O enquadramento de forma voluntária é uma ação consciente que diz como a matéria deve ser abordada e apresentada; que diz quais os conteúdos a serem incluídos ou

excluídos da pauta jornalística.

Conforme Gittlin (1980) *apud* Guazina (2001, p.23),

Episodicamente, em momentos de crises políticas ou de mudanças em larga escala do quadro geral da ideologia hegemônica, os proprietários e editores intervêm diretamente para que as rotinas prevaleçam, numa forma também de manter os enquadramentos dominantes.

Como a análise desta pesquisa insere-se em um contexto de crise política, o conceito de enquadramento e seus desdobramentos são fundamentais, especialmente para se entender como ocorreu o processo de agendamento da imprensa pela CNBB, a partir de casos de religiosos acusados de praticar atividades subversivas, durante o regime militar.

3.6 A CNBB COMO PROMOTORA DE NOTÍCIA E FONTE DE INFORMAÇÃO

O agendamento da imprensa pela CNBB e o enquadramento dado às matérias que se referem a ela assumem importância nesta pesquisa, devido à credibilidade da instituição religiosa junto ao público. Sua palavra é respeitada, mesmo que suas posturas sejam, muitas vezes, consideradas conservadoras e fechadas. Sempre que acontece um fato marcante ou de grande interesse, todos querem saber a opinião da Igreja.

Como expressão oficial da Igreja Católica no Brasil, a CNBB exerce grande influência na sociedade. Sua palavra e suas posturas têm influenciado muito os rumos do país. De um modo ou de outro, a instituição sempre ocupa espaço na mídia nacional, assim como também está sempre atenta ao que se passa na mídia, buscando, inclusive, interferir e acompanhar seu trabalho.

A CNBB foi criada em 1952. Possui vários organismos e pastorais com grande incidência na vida e na organização da sociedade. Desde a sua criação, tem desempenhado papel importante na luta pelos direitos humanos, pelo respeito à dignidade humana e na promoção de uma cultura de paz. Entre seus objetivos, estão:

Representar o Episcopado brasileiro junto a outras instâncias, inclusive a civil; promover, atenta aos sinais dos tempos, a permanente formação e atualização dos seus membros, para melhor cumprirem o *múnus* pastoral; favorecer a comunhão e participação na vida e nas atividades da igreja, das diversas parcelas do povo de Deus: ministros ordenados, membros de institutos de vida consagrada e leigos, discernindo e valorizando seus carismas e ministérios (ESTATUTO CANÔNICO DA CNBB, 2002, p.13).

Os bispos formam a hierarquia da Igreja Católica. São os responsáveis pelas bases - povo, sacerdotes, comunidades, religiosas (as) - espalhadas por todo o Brasil. A CNBB encontra-se dividida em 17 (dezesete) regionais, que abrangem todos os Estados brasileiros. Os regionais compreendem várias arquidioceses e dioceses. Cada arquidiocese forma, com outras dioceses, uma província eclesiástica. As dioceses são constituídas por várias paróquias e comunidades. Ao todo, há 267 circunscrições eclesiásticas e 429 bispos e arcebispos. A CNBB é a primeira e a maior conferência episcopal do mundo. Sua sede nacional localiza-se atualmente em Brasília, mas, do período de sua criação até metade dos anos 70, situava-se no Rio de Janeiro (RJ), um dos palcos brasileiros onde os conflitos entre militares e opositores foram mais evidentes.

Durante a ditadura, a CNBB teve atuação bastante expressiva na luta pelos direitos humanos, pela anistia e pela redemocratização do Brasil. Muitos de seus gestos foram acompanhados pela imprensa. Ela tornou-se uma voz dos direitos humanos. Mesmo tendo alguns de seus membros silenciados, ela foi, durante quase todo o período do regime militar, uma voz ouvida pela imprensa. Como afirma o Pe. Virgílio Leite Uchoa⁷, atualmente secretário executivo do Movimento de Educação de Base e sacerdote-membro fundador da Comissão Justiça e Paz: “por mais forte que fosse a censura, a presença da Igreja sempre foi notícia por muitos meios alternativos”, referindo-se aos panfletos, jornais alternativos, homilias, informativos, jornais e revistas estrangeiros. A CNBB foi notícia não só nos meios alternativos, mas também na grande imprensa.

Por tudo o que a CNBB é e representa, avalia-se sua importância com relação à imprensa. Seus documentos, estudos, pronunciamentos; postura em relação à sociedade e à própria Igreja; questionamentos e propostas, tudo isso oferece aos meios de comunicação em geral valioso conteúdo que merece ser considerado e avaliado.

Incluem-se neste valioso conteúdo os casos dos religiosos que foram acusados pelo regime militar de praticar atividades subversivas. As repressões às quais foram eles submetidos estabeleceram um marco nas relações Igreja e Estado e exigiram dos bispos posicionamento e atitudes até então adormecidas por ter a Igreja apoiado o golpe de 64. A partir dessas acusações, a Igreja passou a agir como contra-poder, na defesa dos direitos humanos. Foi preciso que sua base fosse atingida, para que ela se desse conta que os direitos humanos estavam sendo severamente violados.

⁷ Informação obtida em entrevista realizada em 2006.

3.7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CONSTRUÇÃO DA AMOSTRA

O *corpus* desta pesquisa compreende 53 matérias, entre notícias e reportagens, referentes a cinco casos de religiosos acusados pelo regime militar de praticar atividades subversivas. Essas matérias foram selecionadas por serem os que tiveram maior repercussão na imprensa, no período de 1968 a 1977.

A seleção do *corpus* desta análise e a delimitação do tema só foram possíveis depois de um processo de exploração do arquivo jornalístico da CNBB, criado pela instituição em 1997, e atualmente localizado em Brasília, no Centro de Documentação e Informação (CDI).

Anteriormente, os arquivos eram feitos pelos setores da Conferência ou acumulados no subsolo de sua sede. O CDI surgiu com os objetivos de: reunir documentos de caráter bibliográfico, arquivístico (textuais e audiovisuais) e museológico, de interesse para a história da Igreja Católica no Brasil; oferecer subsídios e estudos e pesquisa sobre seu desenvolvimento e implicações em âmbitos nacional e internacional. De acordo com a arquivista da CNBB, Maria do Rosário Galeno dos Anjos, há atualmente, no Centro de Documentação, 1.832 caixas, ou seja, 260 metros lineares de documentos tratados, sendo que, 1 metro linear corresponde a, aproximadamente, 7.000 folhas. Estima-se um total de 1.820.000 documentos, considerando cada folha um documento. Com base nos mesmos cálculos, considera-se que há, no arquivo jornalístico, cerca de 42 metros lineares de documentos tratados, ou seja, 294.000 folhas.

O arquivo jornalístico da CNBB compreende atualmente cerca de trezentas caixas, sendo que cada caixa comporta entre trezentas e quinhentas matérias, sobre os mais diversos gêneros jornalísticos e assuntos.

Para a construção da amostra foram selecionadas oito caixas, das vinte que arquivam matérias sobre política, sobretudo, no que diz respeito à relação Igreja e Estado. O conteúdo das oito caixas analisadas refere-se ao período do regime militar no Brasil, de 1966 a 1979.

Dessas oito caixas, foi registrado o total de 3.620 matérias, entre editoriais, artigos, cartas de leitores, notas, notícias, reportagens e entrevistas, prevalecendo grande número de notas, notícias e uma quantidade considerável de reportagens, editoriais e artigos. As cartas de leitores são raras. Foram registrados 21 jornais: *A Notícia*, *A Tribuna*, *Correio Braziliense*, *Correio da Manhã*, *Correio do Povo*, *Diário de Notícias*, *Diário de Pernambuco*, *Folha de S. Paulo*, *Gazeta Mercantil*, *Jornal da Tarde*, *Jornal de Brasília*, *Jornal do Brasil*, *O Dia*, *O*

Diário, O Estado de Minas, O Estado de S. Paulo, O Globo, O Jornal, Tribuna da Imprensa, Última Hora, Zero Hora. Foram registradas também duas revistas: *Istoé* e *Veja*. Alguns jornais, devido ao fato de raramente aparecerem no arquivo, foram classificados como ‘outros’: *A Crítica – Manaus; Correio do Estado, Diário de Minas, Diário do Paraná, Diário Popular, Folha da Tarde, Folha de Goiás, Gazeta de Alagoas, Jornal de Minas, Notícias Populares, O Popular.* Acrescentam-se a esta classificação a revista *Manchete*, jornais estrangeiros como *Le Monde, O Paiz, Le Figaro* e jornais alternativos, como *Movimento, Opinião* e *O São Paulo*.

Os anos de 1966 e 1967 registram apenas uma matéria cada. Os anos de 1977 e 1978 apresentam o maior número de matérias registradas, respectivamente, 843 e 933. Não há explicação definida para esta diferença da quantidade de matérias, apenas hipóteses. É possível que, até 1967, o trabalho de arquivar não tenha sido um objetivo da instituição. Outra hipótese é que a CNBB, que no início apoiara o golpe de 64, não tenha tido, neste período, um papel tão importante para os jornalistas, como nos anos posteriores, quando se posicionou contra o regime. Somente a partir do AI-5, em dezembro de 1968, a CNBB tornou-se uma das principais instituições opositoras ao regime. O fato de os anos 1977 e 1978 apresentarem um número bem maior de matérias pode ser justificado pela decaída do regime no país e pela abertura à democracia, ressaltando-se o fim da censura à imprensa.

Foi constatada, nos anos intermediários, a seguinte quantidade de matérias: 1968 (205), 1969 (183), 1970 (117), 1971 (145), 1972 (229), 1973 (67), 1974 (89), 1975 (123), 1976 (394). O último ano analisado, 1979, apresenta 290 matérias. Ao observar esses números nos anos após o AI-5, comparados ao período de abertura à democracia, percebe-se o quanto o trabalho da imprensa foi limitado, justamente no período em que ocorreram as mais duras violações aos direitos humanos.

Com relação à publicação das notícias, é notória a presença, em todo o período do regime militar, de três jornais de grande circulação: *Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. Ainda nos primeiros anos, até meados de 74, percebe-se a presença considerável de jornais como: *Correio da Manhã, Correio do Povo, Diário de Notícias, Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*. O *Jornal Folha de S. Paulo* só aparece a partir de 1972, ainda assim, com pouquíssimas matérias: em 1972, há registro de uma matéria; em 1973, de três matérias; em 1974, de quatro. Observa-se também que os jornais *Correio Braziliense* e *Jornal de Brasília* só aparecem a partir de 1977. Em momento algum, nos anos anteriores, foram arquivadas matérias desses dois jornais.

Como já referido, alguns jornais prevaleceram em determinados períodos, outros só

estão registrados no arquivo, após o governo Médici. É o caso de *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal de Brasília*. Há três hipóteses para isto. A primeira: o arquivo não está completo, ou seja, não abrange tudo o que foi divulgado na época. Nos primeiros anos da ditadura, a CNBB estava localizada no Rio de Janeiro. Isso pode ter limitado o acesso aos jornais da capital do país. A segunda hipótese: a importância atribuída ao jornal na época, seja por sua credibilidade seja pelo fato de ele não ter divulgado assuntos de interesse da Conferência. A última hipótese relaciona-se à censura do regime militar.

De todas as matérias analisadas foram registrados: título, data, fonte, autor e gênero jornalístico. Muitas delas não possuem autor, sobretudo, as publicadas durante o período mais rígido do regime militar, de 1968 até 1976. A grande maioria das matérias são notas, notícias e reportagens. Essa foi a primeira fase da exploração do arquivo.

No segundo momento, foram conferidas as matérias e eliminadas as repetidas. Foi possível então fazer algumas constatações a respeito do arquivo. Observou-se que houve dois anos em que a quantidade de matérias registradas foi bem inferior aos dos outros anos: 1973, com apenas 67 matérias fazendo referência à Igreja e 1974, com 89. Inicialmente, se pensou em uma provável falha do arquivo jornalístico. A partir da leitura de livros sobre a relação entre a imprensa e a ditadura militar, percebeu-se, entretanto, que esse foi um dos períodos de censura mais rigorosa. Foi a época do presidente Médici. O ano de 74, quando o presidente Ernesto Geisel assumiu o governo, caracterizou-se como um momento de transição. O assunto da sucessão governamental estava definitivamente proibido. A Igreja, que normalmente costumava se pronunciar sobre isso, também se transformou em questão proibida. Prova disso são os bilhetinhos enviados aos jornais e demais meios de comunicação, que continham os assuntos proibidos pelo governo, entre eles estava a Igreja.

Outra constatação refere-se aos principais assuntos publicados pela imprensa durante a ditadura, sobre a relação Igreja e Estado. A prisão de padres subversivos, brasileiros ou estrangeiros, atingiu a própria Igreja e tornou-se o principal motivo para os conflitos entre ela e o Estado. Outro assunto que surgiu, em 1976, e ganhou importância nos anos seguintes foi a anistia, que teve como principais defensores os bispos Paulo Evaristo Arns e Hélder Câmara. Em todos os anos analisados, encontraram-se também os seguintes assuntos: as divergências dentro da própria Igreja (bispos conservadores e que apoiaram o regime e bispos progressistas, que defenderam os direitos humanos); a crise e a tentativa de conciliar Igreja e Estado, por meio do diálogo, entre as cúpulas do clero e do governo; a preocupação com a imagem do Brasil no exterior, pois, pelo fato de existir uma censura à imprensa no Brasil,

alguns bispos recorriam à imprensa internacional para denunciar as torturas. Outro assunto em pauta na época, envolvendo Igreja e Estado, refere-se às eleições estaduais.

Muitos casos que geraram crise entre Igreja Católica e Estado não apareceram nos jornais, ou, quando apareceram, foi de forma superficial, por exemplo: a detenção do secretário-geral da CNBB, dom Ivo Lorscheiter; a invasão do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrades); a prisão de padres jesuítas, em Brasília.

Com base nessas observações, o tema deste trabalho foi delimitado ao caso dos religiosos que sofreram repressões (prisão, tortura, ameaças de expulsão) do regime militar, por se tratar de um assunto que atingiu diretamente o seio da Igreja, e dela exigiu manifestação pública a respeito. Foram selecionados cinco casos significativos, dos dezoito que constam no arquivo.

Os casos selecionados foram os que tiveram maior repercussão na imprensa, ou seja, os que apresentaram maior número de matérias no período de 1968 a 1977. A maioria das matérias selecionadas diz respeito a padres estrangeiros, porque, no arquivo, constam poucas matérias sobre os casos dos padres brasileiros. Os que constam são esporádicos, não há concentração de matérias, como no caso dos padres estrangeiros.

Sobre os 18 casos de religiosos foram registradas ao todo 728 matérias, considerando-se aí todos os jornais e revistas anteriormente referidos. Foi necessário, portanto, delimitar também o número de jornais a serem analisados, para tornar a pesquisa mais prática e objetiva. Foram, pois, selecionados quatro jornais de grande circulação no período: *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Eles foram escolhidos por três motivos: serem de circulação nacional; terem sobrevivido ao regime militar; apresentarem presença no arquivo mais constante que os demais. Por esta seleção, a amostra diminuiu para 247 matérias, assim distribuídas: o caso dos padres franceses Michel Le-Ven, Xavier Berthon e Hervé Crouguennac (1968) ficou com 39 matérias; o caso dos padres dominicanos (1969), com 103; o do padre Jacques Jentel (1975), com 14; o de dom Pedro Casaldáliga (1977), com 33; o do padre suíço Romain Zufferrey (1977), com 58.

No terceiro momento da exploração do arquivo, essa amostragem passou por nova seleção, a fim de reduzir o número de matérias a serem analisadas. O procedimento adotado foi novamente o da repercussão. Observaram-se, de cada caso, quais os dias em que eles tiveram maior presença na imprensa. Esses dias de repercussão foram selecionados. Isso limitou bastante o número de matérias de alguns dos casos analisados, por dois motivos.

Primeiro, pelo fato de os cinco casos não terem o mesmo nível de repercussão. Segundo, porque nem todos os jornais divulgaram a mesma notícia no mesmo dia. Por isso, foram abertas exceções, por exemplo: o *Jornal do Brasil* divulgou uma notícia no primeiro dia do acontecimento e a *Folha de S. Paulo* só a divulgou no segundo dia. Elas foram selecionadas porque, apesar de não terem sido publicadas na mesma data, abordaram o mesmo conteúdo.

A partir desse terceiro procedimento de seleção, foi possível chegar ao total de 53 matérias (Tabela 1), ficando a amostra assim constituída: 10 referem-se ao caso dos religiosos franceses (Tabela 2); 15, ao dos religiosos dominicanos (Tabela 3); 5, ao do padre Jentel, (Tabela 4); 15, ao do padre Romain Zufferey (Tabela 5); 8, ao do bispo dom Pedro Casaldáliga (Tabela 6). De todas as matérias, 13 são do *Jornal do Brasil*; 12, de *O Globo*; 16, de *O Estado de S. Paulo*; 12, da *Folha de S. Paulo*.

Tabela 1: Casos Analisados dos Religiosos Acusados de Praticar Atividades Subversivas/Matéria

Caso	Ano	Nº de Matérias
Padres Michel Le-Ven, Xavier Berthon, Hervé Crouguennac	1968	10
Padres dominicanos	1969	15
Padre Jacques Jentel	1975	5
Padre suíço Romain Zufferrey	1977	15
Dom Pedro Casaldáliga	1977	8
Total	-	53

Fonte: Arquivo jornalístico da CNBB

Tabela 2: Religiosos Franceses

Data	Jornal	Título
3.12.68	<i>Jornal do Brasil</i>	Exército afirma que padres foram presos por subversão
5.12.68	<i>Jornal do Brasil</i>	CNBB admite equívocos mas adverte que só Igreja pode julgar pregação
7.12.68	<i>O Estado de S. Paulo</i>	Paris intercede pelos sacerdotes
8.12.68	<i>Folha de S. Paulo</i>	Encontro de d. Agnelo Rossi com autoridades
9.12.68	<i>O Globo</i>	Dom Jaime: Crise da Igreja não tem similar na história
10.12.68	<i>O Globo</i>	Sizenon: provas recolhidas condenam os padres
11.12.68	<i>Jornal do Brasil</i>	Secretário da CNBB diz que o caso dos padres caminha para o esclarecimento
11.12.68	<i>O Globo</i>	Teólogo: Igreja não é perseguida no Brasil
11.12.68	<i>O Estado de S. Paulo</i>	D. Agnelo apóia o arcebispo
13.12.68	<i>Jornal do Brasil</i>	Igreja rebelde

Fonte: Arquivo jornalístico da CNBB

Tabela 3: Religiosos Dominicanos

Data	Jornal	Título
6.11.69	<i>O Globo</i>	Padres do Terror tinham formado célula comunista
6.11.69	<i>Jornal do Brasil</i>	CNBB examina situação dos frades
10.11.69	<i>O Globo</i>	Igreja fala hoje sobre dominicanos
11.11.69	<i>Jornal do Brasil</i>	D. Agnelo só quer Direitos Humanos
11.11.69	<i>O Globo</i>	D. Agnelo: Culpa de alguns não afeta Igreja
11.11.69	<i>O Estado de S. Paulo</i>	“Frei Beto” já se acha detido
12.11.69	<i>O Estado de S. Paulo</i>	Só d. Rossi vai dar informações
14.11.69	<i>O Globo</i>	Fleury volta de Porto Alegre sem trazer Frei Beto
14.11.69	<i>Jornal do Brasil</i>	D. Avelar apóia palavras de D. Agnelo sobre dominicanos
20.11.69	<i>Jornal do Brasil</i>	D. Agnelo alerta Médici para imagem negativa do Brasil
20.11.69	<i>O Estado de S. Paulo</i>	D. Agnelo é pelo diálogo
20.11.69	<i>O Estado de S. Paulo</i>	Cardeal visita os dominicanos
3.12.69	<i>O Estado de S. Paulo</i>	Scherer: O Dops trata padres bem
6.12.69	<i>Jornal do Brasil</i>	Dominicanos disseram a D. Agnelo “coisas que não podem se tornar públicas”
6.12.69	<i>O Estado de S. Paulo</i>	Igreja aguarda prova de culpa

Fonte: Arquivo jornalístico da CNBB

Tabela 4: Pe. Jentel

Data	Jornal	Título
13.12.75	<i>Folha de S. Paulo</i>	DPF prende pe. Jentel
13.12.75	<i>O Estado de S. Paulo</i>	Padre Jentel é preso, pode ser expulso do País
16.12.75	<i>Folha de S. Paulo</i>	Governo expulsa do País o pe. Jentel
16.12.75	<i>O Estado de S. Paulo</i>	Padre Jentel expulso por decreto de Geisel
17.12.75	<i>Folha de S. Paulo</i>	Padre Jentel foi embarcado para Madri

Fonte: Arquivo jornalístico da CNBB

Tabela 5: Pe. Romain Zufferey

Data	Jornal	Título
14.17.77	<i>Folha de S. Paulo</i>	Advogado do pe. Romano não tem acesso à acusação
15.07.77	<i>O Estado de S. Paulo</i>	Padre Romain: não se justifica expulsão
15.07.77	<i>O Globo</i>	Dom Ivo não crê que padre seja expulso
15.07.77	<i>Folha de S. Paulo</i>	Padre é interrogado na Polícia Federal
16.07.77	<i>Folha de S. Paulo</i>	CNBB faz defesa do padre Romano
17.07.77	<i>Folha de S. Paulo</i>	Padre suíço tem 5 dias para defesa
20.07.77	<i>O Globo</i>	D. Avelar nega ação dos padres visando luta de classes
20.07.77	<i>O Estado de S. Paulo</i>	D. Aloísio vai ao Recife para ouvir o padre Romain
21.07.77	<i>O Globo</i>	Presidente da CNBB se reúne com padre ameaçado de expulsão
22.07.77	<i>Jornal do Brasil</i>	Comissão da CNBB examina trabalho de padre suíço e deverá dar-lhe endosso
23.07.77	<i>Folha de S. Paulo</i>	Defesa do Pe. Romano
23.07.77	<i>O Estado de S. Paulo</i>	O Vaticano elogiou trabalho de Romain
24.07.77	<i>Folha de S. Paulo</i>	Amanhã a defesa do padre Romano
27.07.77	<i>Jornal do Brasil</i>	CNBB defende padre Zufferey
27.07.77	<i>O Estado de S. Paulo</i>	Fragoso defenderá sacerdote

Fonte: Arquivo jornalístico da CNBB

Tabela 6: Dom Pedro Casaldáliga

Data	Jornal	Título
30.07.77	<i>O Globo</i>	Camargo nega expulsão de Casaldáliga
30.07.77	<i>Folha de S. Paulo</i>	Lorscheiter denuncia
30.07.77	<i>O Estado de S. Paulo</i>	Igreja reage à “iminente” expulsão de Casaldáliga
30.07.77	<i>Jornal do Brasil</i>	D. Ivo revela informação de que expulsão de D. Pedro Casaldáliga está iminente
02.08.77	<i>Folha de S. Paulo</i>	Ministério nega processo de expulsão de Casaldáliga
02.08.77	<i>O Globo</i>	Ministério nega estudo para expulsão de bispo
02.08.77	<i>Jornal do Brasil</i>	Arcebispo de Goiânia vê em D. Casaldáliga um apóstolo de peões e índios indefesos
05.08.77	<i>O Estado de S. Paulo</i>	CNBB poderá falar sobre investigações

Fonte: Arquivo jornalístico da CNBB

Essa amostra é relativamente pequena se comparada ao total de matérias do arquivo jornalístico da CNBB referentes às relações Igreja e Estado durante a ditadura militar. Ela evidencia, porém, um momento crucial dessa relação: o momento em que a Igreja se viu atingida, por meio das acusações e repressões aos seus religiosos. Trata-se de um momento em que a reação foi inevitável.

Portanto, o presente estudo parte da perspectiva de abordagem da hipótese da *agenda-setting* e do enquadramento, que afirma que os meios noticiosos dizem às pessoas não somente sobre ‘o que’ pensar, mas também ‘como’ pensar, e que as pessoas incluem ou excluem de seus conteúdos aquilo que a mídia inclui ou exclui da pauta jornalística. Ele compreende duas partes, ambas referentes ao processo de construção da notícia. Na primeira parte, são observadas as estratégias de agendamento da CNBB em um contexto de censura à imprensa. A segunda parte refere-se ao enquadramento dado pela imprensa às matérias sobre os casos analisados.

Para identificar as estratégias de agendamento e o enquadramento sobre o assunto, foi adotada, nesta pesquisa, a análise de conteúdo. Segundo Berelson *apud* Duarte e Barros, 2005, p.284), a análise de conteúdo é definida como “uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. Bardin (1977, p.38) a define como “um conjunto de técnicas de análises das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Essa técnica tem como finalidade a inferência (dedução) “de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção)” (BARDIN, 1977, p.38). A inferência pode recorrer a indicadores quantitativos ou qualitativos. É um procedimento intermediário da pesquisa, que se insere entre a descrição (primeira fase) e a interpretação (última fase). De acordo com Bardin (1977, p.38), a descrição é “enumeração das características do texto” e a

interpretação, “a significação concedida a estas características”. Duarte e Barros (2005, p.287) denominam essa fase intermediária como tarefa intelectual. Para eles, a inferência como tarefa intelectual consiste em “relacionar os dados obtidos com alguns aspectos do seu contexto”. Além da inferência, os autores afirmam que a análise de conteúdo requer: os dados, tais como se apresentam ao analista; o contexto dos dados; o conhecimento do pesquisador; o objetivo da análise de conteúdo; a validade como critério de sucesso.

Com base na análise de conteúdo e a partir da perspectiva de abordagem da hipótese da *agenda-setting*, foram investigadas a cobertura da imprensa e a influência da CNBB no processo de agendamento da mídia durante a ditadura militar, tomando por foco os casos dos religiosos acusados de praticar atividades subversivas. A importância da análise de conteúdo está no fato de ela ajudar a sistematizar os componentes da noticiabilidade analisados a partir da perspectiva de abordagem e do *corpus* desta pesquisa.

A análise da amostra aqui proposta não é, por si só, suficiente, precisa e profunda, pois os casos estudados aconteceram em um contexto histórico de conflitos. Faz-se necessário compreender as relações Igreja e Estado, para, com base na atuação dessas duas forças sociais, melhor analisar o papel da imprensa.

4 ENTRE A OBEDIÊNCIA E A LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS

Ao observar a história da Igreja Católica no Brasil, percebe-se que a luta travada durante a ditadura não foi o primeiro conflito entre Igreja e Estado. A instituição religiosa já detivera muito mais poder do que na época do regime militar. No Império, ela controlava a emissão de certidões de nascimento, obtidas somente a partir do batismo; assim como as de casamento, dado que naquele período não havia ainda casamento civil. Os cemitérios e as certidões de óbitos também estavam sob sua responsabilidade e neles só podiam ser enterrados aqueles que professassem a fé católica. Tinham direito à herança apenas os filhos de pais casados na Igreja. Esta instituição cumpria, portanto, funções que eram de responsabilidade do Estado. Qualquer pessoa que professasse outra fé era considerada cidadã de segunda categoria.

Essa situação tornou-se uma grande preocupação para o Estado, desde o fim do século XIX, pois cada vez mais chegavam ao país pessoas de várias etnias e de diferentes crenças.

Embora exercesse funções públicas, a Igreja era também controlada pelo Estado. Ela não conseguia se expandir, pois era o Estado “que determinava a criação dos bispados, nomeava os bispos, os professores de seminário, determinava o rol dos livros que se podia ensinar no seminário” (BEOZZO, 2000 *apud* DINES; FERNANDES JR. e SALOMÃO, 2000, p.39).

Em 7 de janeiro de 1890, aconteceu oficialmente a separação entre Igreja e Estado⁸. Bruneau (1974, p.65) cita três razões que levaram o Governo a excluir a Igreja do domínio público: a ‘Questão Religiosa’⁹; a falta de prestígio político da Igreja, nos âmbitos organizacional e ideológico, por haver outras formulações ideológicas no Brasil, como o Positivismo e o Liberalismo, redutores do número de católicos; o fato de o regime não necessitar mais da Igreja Católica para se legitimar. Como afirma Bruneau (1974, p.66):

[...] os estadistas pareciam se desviar do caminho para alienar a Igreja e transformar em lei a sua falta de interesse pela religião da vasta maioria. Julgavam não precisar da legitimidade da religião – mesmo de uma religião fraca – porque a Constituição que redigiram era uma imitação das cláusulas e idéias de outros países, especialmente Estados Unidos e França.

⁸ O projeto de separação Igreja-Estado foi apresentado ao Conselho de Ministros por Rui Barbosa, e instituído a 7 de janeiro de 1890, por decreto assinado por Deodoro da Fonseca. A partir daí ficou estabelecida a plena liberdade de culto e a proibição às autoridades federais ou estaduais de intervirem em matéria religiosa.

⁹ Conflito travado entre membros da Igreja Católica e a hierarquia do Império, entre 1870 e 1875. O principal motivo foi a maçonaria, muito influente no Império, por ser ligada a idéias e movimentos liberais da França e da Inglaterra, com um certo prestígio social e presença na estrutura do poder. A participação de muitos religiosos em cultos maçônicos incomodou o Vaticano, que impôs regras rígidas de doutrina e de culto, condenando as sociedades secretas.

O Estado passou, portanto, a assumir as funções públicas até então sob a responsabilidade da Igreja Católica. Entre elas: a privação dos direitos políticos aos membros das ordens religiosas, congregações e comunidades; o reconhecimento oficial do casamento civil; a secularização e municipalização dos cemitérios; a exclusão do currículo escolar do ensino religioso.

Com o rompimento, a Igreja pôde se expandir pelo Brasil. No período do Império só havia doze bispados, em 1930, este número passou para 130 (DINES, FERNANDES JR e SALOMÃO, 2000, p.40). Com a separação, a Igreja “estava livre para exercer sua missão com maior autenticidade e testemunho evangélico mais transparente” (BARROS, 2003, p.153).

Devido à separação o Estado Brasileiro não confiscou os bens da Igreja nem expulsou padres ou suspendeu ordens religiosas, como fora usual em outros países, em especial na América Latina. Conservou-se, no Brasil, o respeito pela instituição religiosa, situação que permaneceu até os anos do regime militar.

No período que se seguiu ao fim do Império, a Igreja foi reconquistando seu espaço social. Desde a separação, carregou consigo, a preocupação com a questão da família, principalmente no que se referia ao divórcio e ao aborto. Lutou pelo direito de existirem escolas católicas e de o ensino religioso ser inserido no currículo das escolas públicas. Em suas articulações políticas, houve duas grandes iniciativas: a campanha pelo voto feminino, pois os religiosos consideravam que as mulheres poderiam votar no programa da Igreja sobre a questão da família e da escola e a campanha de alistamento eleitoral, para que as pessoas obtivessem o título de eleitor¹⁰. A Igreja também se empenhou em criar a Liga Eleitoral Católica¹¹, “responsável pela orientação dos fiéis na escolha de políticos, que se candidatavam a cargos eletivos” (BARROS, 2003, p.155). As intenções estavam voltadas, sobretudo, para a defesa da família e pela permanência do ensino religioso.

A separação entre Igreja e Estado, no final do século XIX, trouxe, portanto, vantagens e desvantagens para ambas as partes. Foi uma separação pacífica, se comparada à ocorrida, na época, em outros países. O Estado e a Igreja tinham interesses e procuraram manter boas relações. Um exemplo deste relacionamento é o apoio dado pela Igreja à ascensão de Getúlio

¹⁰ As próprias paróquias eram os locais onde ocorriam os alistamentos.

¹¹ A Liga Eleitoral Católica, com sede no Rio de Janeiro, tinha entre seus dirigentes o cardeal Leme e Alceu Amoroso Lima. Segundo Oscar Beozzo, ela era uma organização *sui generis*, que pretendia fazer com que as pessoas se alistassem, incluindo as mulheres. Os postos de alistamentos ficavam nas paróquias. A Liga apresentava um programa e os políticos que se comprometessem com esse programa eram recomendados pela Igreja como bons candidatos. O programa continha propostas como: o ensino religioso, sindicalismo livre, defesa da família (contra o divórcio), o nome de Deus na Constituição.

Vargas à presidência da República.

Um novo conflito entre Igreja e Estado voltou a ocorrer durante o regime militar no Brasil, sobretudo na década de 70.

Antes de analisar o contexto do período ditatorial, apresenta-se a formação da esquerda católica, que levou muitos religiosos e leigos a atuarem na luta contra a repressão militar no Brasil.

4.1 A ESQUERDA CATÓLICA

Em 1891, o papa Leão XIII publicou a Encíclica *Rerum Novarum* na qual tratava das novas questões que surgiam com a revolução industrial e das novas concepções de sociedade, Estado, propriedade, capital, trabalho. A divisão de classes, a grave injustiça social, a questão operária, os novos conceitos de liberdade, tudo isso exigia da Igreja uma palavra profética e uma postura corajosa em defesa dos direitos fundamentais do ser humano.

A Igreja, desde então, voltou-se mais intensamente para as questões sociais e aproximou-se dos segmentos menos favorecidos da sociedade.

Inspirado nessa nova visão, d. Sebastião Leme, arcebispo de Olinda e Recife (PE), criou, em 1920, no Brasil, a Ação Católica Brasileira - ACB, movimento leigo inspirado na Ação Católica italiana. “Durante suas primeiras décadas, a Ação Católica no Brasil assemelhava-se aos movimentos europeus em termos de dependência da hierarquia” (MAINWARING, 1989, p.83). Ela dividia-se em setores destinados a: adultos, jovens, homens e mulheres. Em 1950, a ACB foi reorganizada e denominada: Ação Católica Especializada - ACE. Inspirada nos modelos francês e belga, dividiu-se em:

- 1) Juventude Agrária Católica – JAC;
- 2) Juventude Estudantil Católica – JEC;
- 3) Juventude Independente Católica – JIC;
- 4) Juventude Operária Católica – JOC;
- 5) Juventude Universitária Católica – JUC;
- 6) Ação Católica Operária e a Ação Católica Rural – destinadas aos adultos.

Com a constituição da ACE, os movimentos obtiveram mais autonomia, embora integrassem a Igreja institucional. A partir desses movimentos leigos, surgiu no Brasil a esquerda católica, pois

[...] A orientação política dos militantes leigos não é determinada unicamente por seus lados com a Igreja. Os católicos também fazem parte da estrutura social e, como tal, participam da política enquanto estudantes universitários, camponeses, trabalhadores, médicos. Interação com a sociedade e são influenciados pelas tendências da sociedade como um todo e, em particular, pelos movimentos sociais dentro de sua própria classe (MAINWARING, 1989, p.83).

Os movimentos católicos encontravam-se inseridos nos demais movimentos sociais. A JUC envolveu-se com a União Nacional de Estudantes - UNE, chegando a ter, em 1961, um de seus membros eleito presidente do movimento estudantil. A JOC esteve ligada às manifestações operárias e a JAC, aos desafios do campo.

Devido ao conflito entre a hierarquia da Igreja Católica e os católicos radicais, membros dos movimentos leigos resolveram criar, em 1961, a Ação Popular - AP, que “representou um dos principais canais católicos para a atividade política de esquerda” (MAINWARING, 1989, p.85). Para a Ação Popular, havia necessidade de superar o capitalismo, estabelecer o socialismo e a revolução era o único meio de resolver os problemas da sociedade.

Antes, porém, do surgimento da AP, em 1952, foi criada a primeira conferência episcopal da América Latina: a CNBB, atualmente, a maior do mundo. O grande idealizador da CNBB foi o padre Helder Câmara, que logo viria assumir o cargo de primeiro secretário-geral da instituição. A CNBB foi criada em um período no qual a Igreja buscava renovar-se interiormente, assim como alargar seus “horizontes e o estabelecimento de relações mais sistemáticas e institucionais com as demais Igrejas da América Latina e da América do Norte” (BARROS, 2003, p.33). Os movimentos leigos da Ação Católica Especializada foram assim assumidos pela Conferência e sempre mais se enraizaram na luta pelas questões sociais.

No início da década de 60, uma outra iniciativa colocou parte da Igreja mais próxima aos mais pobres: o Movimento de Educação de Base - MEB. Influenciado pela pedagogia de Paulo Freire, o MEB fazia com que o cidadão aprendesse a ser agente de sua própria história, a respeitar a cultura e os valores populares, a respeitar a si próprio, independente do nível de educação e da condição financeira. Havia uma aproximação entre aluno e professor e o objetivo era ajudar as pessoas a refletir.

Igreja e Estado cooperavam mutuamente em prol do desenvolvimento. Durante o governo de Jânio Quadros, foi assinado um convênio, com duração de cinco anos, por meio do qual foram instaladas 75 mil escolas radiofônicas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. O MEB se destacava entre as experiências nas áreas de educação e de cultura populares e desempenhou importante papel na luta camponesa no Nordeste, “onde mais se relacionava com os comunistas do que com as organizações camponesas centristas da Igreja” (MAINWARING, 1989, p.89).

Além dos movimentos citados e paralelamente à criação do MEB, espalharam-se pelo Brasil as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, primeiro em áreas rurais do Nordeste e do Leste e depois, crescentemente, nas periferias de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e outros centros urbanos. As CEBs fizeram críticas à Igreja hierarquizada e à sociedade classista, comprometeram-se com a transformação social e com uma Igreja mais fraterna e participativa.

Influenciados pela Teologia da Libertação¹² e cada vez mais politizados, os movimentos leigos foram dividindo a Igreja Católica no Brasil. De um lado, uma Igreja ligada à elite e preocupada com a defesa da família e do ensino religioso; de outro, uma Igreja mais radical, mais enraizada nas questões sociais.

4.2 A ATUAÇÃO DA CNBB DURANTE A DITADURA MILITAR

Nos primeiros meses de instalação do regime militar no Brasil, a reação da Igreja foi neutra, pois a Igreja já se encontrava profundamente dividida. Alguns bispos, padres e lideranças viam no comunismo ateu o pior inimigo da fé. O governo militar afastava o perigo comunista. Outros combatiam a prática capitalista, à qual atribuíam o crescimento da divisão de classes e da miséria, defendendo um regime socialista. Na primeira reunião da Conferência Nacional dos Bispos após a instalação do regime, realizada em maio de 1964, no Rio de

¹² A Teologia da Libertação surgiu como reação a uma Igreja romanizada e distante da realidade de pobreza e exclusão vivida pela América Latina. Visa criticar e combater a imposição norte-americana e européia de seu modelo imperialista e de seus valores, tanto na política como na cultura e na própria religião. Propõe a libertação como superação, a partir da fé e da Bíblia, de toda forma de exclusão. Defende uma religião que não seja ‘ópio do povo’, mas fonte de libertação e de esperança. Combate toda forma de dependência e procura ver a realidade a partir da ótica do oprimido. “A teologia da libertação é um movimento teológico que quer mostrar aos cristãos que a fé deve ser vivida numa práxis libertadora e que ela pode contribuir para tornar esta práxis mais autenticamente libertadora” (MONDIN, 1980, p.25).

Janeiro¹³, a CNBB ainda não havia se manifestado publicamente. Nesse encontro, foram apresentados dois textos para a primeira declaração sobre o acontecimento. Um dos textos afirmava que a Igreja agradecia a Deus por terem os militares salvado o Brasil do comunismo; o outro, de autoria de dom Hélder Câmara, dizia que a Igreja estava comprometida com a educação de base, com os pobres, com a sindicalização, com a atuação política dos leigos e que disso não abriria mão. Como não houve acordo entre os bispos na escolha do texto a ser publicado como declaração oficial da CNBB, resolveram juntar partes dos dois textos. Todos os bispos assinaram o documento, “alguns por causa da primeira, outros por causa da segunda parte” (DINES, FERNANDES JR. e SALOMÃO, 2000, p.62).

Para Serbin (2001, p.104), “de fato, até o início dos anos 70, a maioria dos bispos mantinha uma cautelosa, porém esperançosa atitude em relação ao regime, e permaneceu praticamente em silêncio, enquanto os católicos radicais eram presos e torturados”. A Igreja e os militares tinham muito em comum, como explica Serbin (2001, p.81):

Eram as duas únicas instituições de elite do Brasil moderno distribuídas por todo o território nacional. Compartilhavam uma ênfase na hierarquia, na obediência e na disciplina. Ambas eram dominadas por homens. [...] Nem a Igreja nem o Exército prendiam-se a uma única corrente política. Historicamente, ambos contribuíram para a integração nacional [...].

No entanto, havia também muitas divergências. Segundo Serbin (2001), enquanto a Igreja buscava a paz, os militares se preparavam para a guerra; enquanto a Igreja era uma organização transnacional, os militares eram estritamente nacionais, mesmo com a influência das Forças Armadas estrangeiras. De acordo com o autor, as diferenças não impediram a cooperação, mas também “não raro dificultaram o entendimento” (SERBIN, 2001, p.81).

Apesar das divergências dentro da própria Igreja, nos primeiros anos de regime prevaleceu a posição da maioria dos bispos ligados à elite, que tinham preocupações doutrinárias e dogmáticas, como o matrimônio e o aborto, e que consideravam o comunismo como o maior inimigo. Eis aí a principal razão para a Igreja apoiar o regime militar.

Muitos bispos só perceberam que os objetivos da ditadura de restabelecer a democracia no país e de combater a infiltração comunista estavam ferindo os direitos humanos, quando pessoas começaram a ser cassadas, aposentadas e exiladas. Como afirma o

¹³ Participaram da reunião os arcebispos metropolitanos do Brasil, membros da Comissão Central da CNBB e os bispos responsáveis pelos diversos secretariados nacionais e regionais da instituição.

arcebispo emérito de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns (2000) *apud* Dines, Fernandes Jr e Salomão (2000, p.150), a Igreja só percebeu que “o regime militar estava desvirtuando a proposta de restauração da normalidade pública e civil no momento em que começaram a expulsar as pessoas das universidades e grandes professores, reconhecidos por toda a sociedade, no momento em que a cassação era quase o instrumento normal deles, mas sem processo”. Segundo o arcebispo, o fato político que mais marcou o regime foi o Ato Institucional 5 (AI-5). Para ele, o Brasil estava sofrendo uma ditadura pior que a hitlerista, pior que a comunista.

O AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968, permitiu ao governo Costa e Silva e aos posteriores: fechar provisoriamente o Congresso, intervir nos Estados e municípios, nomeando interventores; cassar mandatos e suspender direitos políticos; demitir ou aposentar servidores públicos (FAUSTO, 1995, p.480). O AI-5 também suspendeu o *habeas corpus* dos acusados da prática de crimes contra a segurança nacional; estabeleceu a censura dos meios de comunicação e a tortura como integrantes dos métodos do governo.

Antes disto, em junho de 1964, pela Lei de número 4.341, fora criado o Serviço Nacional de Informações - SNI, “que passou a espionar de forma ampla cidadãos brasileiros e trabalhou com outros órgãos para combater a subversão” (SERBIN, 2001, p.89). Entre os órgãos que receberam a incumbência de combater a subversão destacam-se: Centro de Informação do Exército - CIE, Centro de Informações da Marinha - Cenimar e o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica - Cisa. Havia também os centros de interrogatórios, entre eles, o famoso Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna - DOI-CODI. Em 1967, Castello Branco sancionou a Lei de Segurança Nacional - LSN, que, segundo Serbin (2001), fez da segurança nacional um dever cívico.

Todas essas iniciativas e práticas do governo tornaram as relações entre Igreja e Estado cada vez mais abaladas. A Igreja era constantemente acusada pelo governo de subversão. Muitos padres, freiras, bispos e leigos sofreram conseqüências negativas por sua postura em defesa dos direitos humanos.

Embora ainda houvesse um grupo que apoiava o regime militar, por medo do comunismo, por ignorar os fatos, ou mesmo por medo da repressão militar, crescia o número dos críticos do governo. Muitos destes abraçaram as questões sociais relacionadas aos pobres, à terra, aos índios, aos operários, aos universitários.

Havia também membros da juventude católica que estavam encantados com a

revolução cubana. Muitos desses jovens passaram a liderar grandes manifestações estudantis.

A CNBB, como órgão oficial da Igreja no Brasil, devido às reflexões do Concílio Vaticano II e às da Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizada em 1968, em Medellín - Colômbia, assumiu publicamente causas ligadas à justiça social e aos direitos humanos. Passou a 'ser a voz dos que não têm voz'.

Os religiosos que assumiram as propostas do Concílio, da Conferência e que acreditavam em um mundo mais igualitário e justo, ficaram conhecidos como a ala progressista da Igreja. Inseriram-se nesta ala bispos como dom Helder Câmara, dom Paulo Evaristo Arns, dom Ivo Lorscheiter, dom Aloísio Lorscheider. A outra ala foi designada como conservadora, dela faziam parte dom Vicente Scherer, dom Geraldo Proença Sigaud, dom Lucas Moreira Neves, dom Eugênio de Araújo Salles, entre outros.

Embora realmente houvesse uma divisão da Igreja, classificar seus membros como da ala progressista ou da conservadora é um reducionismo, porque não há critérios definidos para tal classificação. Um exemplo é o arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio de Araújo Salles, considerado por uns como moderado, por outros como conservador. Ele exerceu importante papel no diálogo com os governos militares. Dom Eugênio tinha influência no governo e utilizou-a para buscar notícias de presos políticos, para poupar vidas. Dom Eugênio optou pela discricção do diálogo, diferentemente de dom Paulo Arns, que denunciava 'às claras'. Serbin (2001, p.434) apresenta uma grande questão: "qual a estratégia mais eficiente: a denúncia ou a discricção?". Dom Arns, no entanto, participou da Marcha pela Família, em Minas Gerais, evento este que apoiou a instauração do regime militar. Outro exemplo é dom Helder Câmara que foi secretário de educação da Ação Integralista Brasileira.

Esse tipo de divisão não ocorreu somente na Igreja. Os militares também divergiram quanto ao papel do regime. Embora sua divisão não fosse tão evidente como a da Igreja, os militares classificavam-se em: grupo da Sorbonne, grupo da linha dura e nacionalistas autoritários. O grupo da Sorbonne ocupou o poder com Castelo Branco e, mais tarde, com Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo. Este grupo acreditava no alinhamento com os Estados Unidos e maior integração com o sistema capitalista internacional. Era ligado à Escola Superior de Guerra. Tratava-se de um grupo intelectualizado, constituído de militares no topo da carreira. O grupo da linha dura defendia a repressão mais radical para eliminar qualquer oposição ao regime e também acreditava na maior integração ao sistema capitalista internacional. Era o segundo grupo mais numeroso e agregava oficiais de escalões inferiores. Era adversário do grupo de Sorbonne. Via nele "a prova de que o governo era muito

complacente com seus inimigos” (FAUSTO, 1995, p. 474). Os integrantes da linha dura “pregavam a implantação de um regime autoritário com controle militar estrito do sistema de decisões para levar mais longe a luta contra o comunismo e a corrupção” (FAUSTO, 1995, p. 474). Os nacionalistas autoritários assumiram uma postura mais nacionalista, embora utilizassem os mesmos métodos de repressão que os de ‘linha dura’.

Havia, portanto, divisão entre os militares com relação à prática do governo, especialmente no que dizia respeito às ações repressivas e ao controle exagerado exercido sobre a sociedade. Essa divisão refletia-se também no relacionamento com a Igreja. Um bom grupo defendia e buscava maior diálogo com ela.

Tal aproximação concretizou -se, por exemplo, nos encontros secretos da Comissão Bipartite, que tiveram início em novembro de 1970 e se prolongaram até metade de 1974. Esta era uma comissão constituída por militares, civis de alto nível e elementos do clero que se reuniam periodicamente para trocarem pontos de vista, por meio de palestras sobre as relações entre a Igreja Católica e o Estado. A Bipartite, sem caráter oficial e liderada por Cândido Mendes e pelo general Muricy, tinha como objetivo evitar, pelo do diálogo, os conflitos constrangedores entre Igreja e militares. Efetivamente, os generais queriam a “bênção dos bispos ao regime” e os bispos, “a garantia dos privilégios e do espaço doutrinal concedidos à Igreja” (SERBIN, 2001, p.35). De acordo com o citado autor, tanto os bispos como os generais “acreditavam que poderiam colocar de lado suas diferenças e sentimentos desagradáveis, e encontrar uma solução razoável para o conflito”. Os encontros da Bipartite nem sempre foram amistosos. Havia muita resistência de ambas as partes. Para os militares, a Igreja Católica tinha optado pelo socialismo, visto que, em muitos documentos da CNBB e do Vaticano, estavam claras as manifestações condenando o capitalismo e o comunismo (SERBIN, 2001, p.211). No documentário ‘Dom Helder Câmara: o Santo Rebelde’, ele mesmo diz: “Se falarmos em revolução como mudança rápida e radical, então eu desejo essa revolução social”, pouco depois acrescenta: “Temos que estar sempre alertas para os dois” - referindo-se ao capitalismo e ao comunismo – “porque os capitalisms também têm raízes materialistas. Porque um sistema que põe o lucro como valor supremo é sistema materialista. Não é só o comunismo que tem raízes materialistas”. Dom Paulo Arns (2000) *apud* Dines, Fernandes Jr e Salomão (2000, p.144) não pensa diferente. Diz ele: “O que a Igreja fez foi combater o comunismo. Quer dizer, a ditadura do comunismo posto em prática. Não a teoria, tanto. Mas a ditadura do comunismo”. A Bipartite serviu não tanto para encontrar pessoas desaparecidas, como para evitar maior confronto entre Igreja e Estado. Segundo Serbin (2001,

p.415):

Os bispos receberam poucas concessões, mas o diálogo salvou a Igreja de uma represália ainda mais dura e a beneficiou por manter assuntos católicos e eclesiais na agenda governamental. A Bipartite permitiu que a Igreja e o Estado coexistissem durante o pior momento de seu longo e complexo relacionamento.

Outro organismo ligado à Igreja que teve bastante atuação foi a Comissão Brasileira Justiça e Paz - CBJP. Dom Arns (Dom Paulo – Coragem e Fé) afirma que sentiu a necessidade de formar um grupo para atender vítimas ou familiares de vítimas da repressão militar. O arcebispo diz que as pessoas procuravam muito a arquidiocese de São Paulo para solicitar ajuda. Sozinho, sentia-se sobrecarregado. Resolveu então criar na arquidiocese a CBJP, que recebia denúncias de violação aos direitos humanos. Dom Arns teve acesso a alguns presos e inclusive a documentos militares, por meio de ‘soldadinhos muito bons’, como afirma no documentário, que lhe levavam as informações. Diz ele:

eu tinha nome, tinha hora, data e tipo da tortura. (...) de maneira que quando eu ia reclamar (...), eles diziam: mas de onde o senhor sabe tudo isso? Eu dizia, o senhor sabe que eu sou padre. Eu tenho comunicação com outras forças que os senhores não têm. (Dom Paulo – Coragem e Fé, 2002)

Segundo o arcebispo (Dom Paulo – Coragem e Fé, 2002), cerca de 93 por cento dos documentos, publicados no livro ‘Brasil nunca mais’, estavam firmados por militares e pelos relatores que sofreram a tortura. O acesso a esses documentos aconteceu através de uma pessoa, em Brasília, que passava a noite fazendo cópias para enviar ao arcebispo.

A história entre a Igreja Católica e o regime militar no Brasil é marcada, simultaneamente, por conflitos e tentativas de restabelecimento das relações. Bispos e militares tinham muito em comum, como já dito: hierarquia, disciplina e obediência regiam a conduta dos membros das duas instituições. Tinham também em comum as diferentes formas de seus membros pensarem, as diferenças dentro de cada instituição. Se havia, portanto, divisões na Igreja, elas também existiam entre os militares. A vantagem da Igreja no Brasil foi justamente essa divisão. Como afirma Horacio Verbitsky¹⁴, ao comparar a atuação dos religiosos no Brasil e na Argentina, durante o regime de opressão,

¹⁴ Horacio Verbitsky é autor do livro “El Silencio”, que aborda a união da Igreja Católica na Argentina com os militares durante a ditadura, de 1976 a 1983.

a igreja brasileira tinha, sim, setores mais conservadores, mas, quando se iniciaram as torturas, a igreja enfrentou a ditadura, assim como aconteceu no Chile. A igreja Argentina teve um setor militante muito ativo, mas que sofreu perseguição com a colaboração da alta hierarquia eclesiástica (VERBITSKY, Revista Trópico).

Entre diálogos e denúncias, a Igreja no Brasil ajudou a evitar uma tragédia maior. Na Argentina, a hierarquia da Igreja apoiou os militares e a consequência foi desastrosa: 30 mil pessoas desaparecidas (*Imaging Argentina, 2003*), enquanto, no Brasil, foram 125 (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2003, p.291-293).

4.3 A IGREJA PERSEGUIDA

No decorrer da ditadura, a hierarquia da Igreja foi constantemente acusada de não ter controle sobre sua base formada por padres, freiras e leigos. Muitos religiosos foram acusados de praticar atividades subversivas. Não era preciso estar engajado em algum movimento de guerrilha, bastava um sermão, uma homilia, para serem detidos, presos e torturados. Isto por que os militares desconfiavam que parte da Igreja estava envolvida com comunistas. Para os militares, os religiosos não deviam se envolver em questões sociais. O engajamento de um padre ou de uma freira na luta pela terra, na luta dos operários ou da juventude significava uma grande ameaça para o regime. As ações sociais praticadas pelos religiosos eram entendidas pelos militares como infiltração comunista.

Nem os bispos escaparam das acusações do regime. Os mais perseguidos foram o arcebispo de Olinda e Recife, dom Helder Câmara, e o bispo de São Félix do Araguaia, dom Pedro Casaldáliga.

Dom Helder Câmara foi uma figura bastante conhecida na Igreja, tanto em âmbito nacional como internacional. Foi fundador da CNBB e esteve profundamente ligado às atividades pastorais. Internacionalmente, ficou mais conhecido ainda por suas denúncias sobre as atrocidades da ditadura no Brasil. Dom Pedro Casaldáliga, de nacionalidade espanhola, ficou conhecido por seu envolvimento com a luta pela terra. Por ser estrangeiro sofreu ameaças de expulsão durante muitos anos. Além desses bispos, muitos outros tiveram problemas com o regime, por exemplo: dom Waldir Pires, por denunciar as torturas em Volta Redonda (RJ); dom Tomás Balduino, bispo de Goiás, também pelo envolvimento na luta pela terra; dom Fernando Gomes, dom Ivo Lorscheiter, dom Aloísio Lorscheider, dom Luciano

Mendes de Almeida e dom Paulo Evaristo Arns, por criticarem o regime. Estes são bispos classificados por vários segmentos da sociedade, pela imprensa, pelos militares e pela própria Igreja, como pertencentes à ala progressista.

Se os bispos foram alvos do regime, muito mais os padres. Alguns religiosos foram assassinados para que através disto o bispo fosse atingido. Não se podia matar o bispo, então se alcançavam pessoas próximas a ele. Por exemplo, o padre Henrique Pereira Neto, sacerdote pertencente à arquidiocese de Olinda e Recife, foi assassinado, em maio de 1969, para atingir indiretamente dom Helder Câmara. Outro caso semelhante aconteceu com dom Casaldáliga, quando policiais mataram, por engano, o padre João Bosco Penido Burnier, em outubro de 1976. O objetivo era matar o bispo de São Félix do Araguaia. Este último caso não foi divulgado pela imprensa, porque ocorreu durante o governo do presidente Médici, quando praticamente todas as matérias relacionadas à Igreja Católica eram censuradas.

A maioria das acusações ocorria por causa do envolvimento de sacerdotes com questões sociais. Nem todos os casos foram divulgados pela imprensa. Alguns, porém, pela dimensão dos acontecimentos tiveram repercussão nacional e até internacional. As acusações contra os religiosos estrangeiros sempre tiveram mais repercussão do que as contra religiosos brasileiros. Para o presente estudo, foram selecionados três casos de grande repercussão na imprensa e um por estar relacionado ao bispo dom Pedro Casaldáliga. O primeiro caso refere-se aos religiosos franceses da Congregação dos Agostinianos da Assunção, em Belo Horizonte, padres Michel Le-Ven, Xavier Berthon, Hervé Crouguennac, que junto com o seminarista José Geraldo da Cruz, foram presos em novembro de 1968, por seu envolvimento com os operários daquela região. O segundo caso nacional refere-se ao padre suíço Romain Zufferrey, preso durante o governo de Geisel, em julho de 1977. Padre Zufferrey trabalhava com a Ação Católica Operária, na arquidiocese de Olinda e Recife, era ligado a dom Helder Câmara. O terceiro caso diz respeito a dom Pedro Casaldáliga, constantemente ameaçado de expulsão do país. O quarto caso refere-se ao padre François Jentel, que trabalhava com a questão da terra, na Prelazia de São Félix do Araguaia, junto a dom Pedro Casaldáliga. Padre Jentel foi preso duas vezes. A última prisão foi em 16 de dezembro de 1975. Todos os quatro padres estrangeiros foram ameaçados de expulsão, mas o único a ser realmente expulso foi o padre Jentel.

Para não restringir o estudo a casos envolvendo padres estrangeiros e para se poder comparar os enquadramentos, foi selecionado um caso relacionado a padres brasileiros, que teve grande repercussão nacional, inspirando inclusive livros e filmes, como o recém lançado

documentário ‘Batismo de Sangue’, de Helvécio Ratton. Ele é referente a religiosos dominicanos, presos e torturados em dezembro de 1969, por seu envolvimento com os estudantes, especialmente com a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Juventude Universitária Católica, mas, sobretudo, pelo envolvimento com o guerrilheiro e ex-deputado Carlos Marighella.

Todos esses casos, quer pelo contexto em que ocorreram, quer pela repercussão que obtiveram na imprensa, marcaram a história da Igreja Católica. Os nomes dos envolvidos ficaram na memória de leigos e religiosos que viveram aquele período. O caso dos dominicanos, por exemplo, é uma referência quando se fala em tortura durante o regime militar. Onze dominicanos foram presos e submetidos às mais cruéis práticas de tortura do regime. Um deles, Frei Tito de Alencar, após ser torturado e ter a mãe e a irmã ameaçadas também de tortura, foi enviado para a França, como uma forma de afastá-lo dessas recordações. Ele enlouqueceu e suicidou-se. Atualmente há vários institutos e projetos religiosos que receberam o nome de Frei Tito de Alencar.

Não foram somente os casos aqui estudados que fizeram a Igreja sair da inércia, mas foram casos como esses. A Igreja, assim como outros segmentos da sociedade, apoiou o golpe de 64, mas logo se viu perseguida quando alguns de seus membros passaram a ser ameaçados, presos, expulsos e até assassinados. Entretanto, assim como a imprensa brasileira estava dividida entre aqueles que simpatizavam com o regime e aqueles que não concordavam mais com as atrocidades cometidas, também a Igreja o estava. Muitos bispos ignoraram o que acontecia com a base da Igreja, porém outros escolheram diferentes caminhos para tentar dar visibilidade ao que acontecia e obter o apoio da sociedade. A imprensa foi um desses caminhos.

5 O AGENDAMENTO DA IMPRENSA PELA CNBB

O posicionamento da Igreja na imprensa, ante os acontecimentos com os religiosos acusados de praticar atividades subversivas, não foi unicamente uma questão de querer ou não emitir sua opinião. Este problema praticamente obrigou a CNBB a assumir uma postura perante a sociedade. A Igreja se viu ‘na berlinda’: de um lado, havia religiosos e leigos ameaçados, torturados, expulsos e assassinados; de outro, o regime a acusava de não ter controle sobre sua base e na qual, diziam, haver comunistas infiltrados.

Estes acontecimentos foram bastante significativos tanto para a imprensa como para a sociedade, uma vez que ocorreram em um país de maioria católica e também por ter sido a Igreja, que outrora apoiara o golpe na luta contra o comunismo no Brasil, acusada de subversão.

A Igreja Católica adotou então uma postura mais ativa. Passou não só a se auto-defender, mas também assumiu uma causa mais ampla: a defesa dos direitos humanos, violados pelo regime militar. Essa postura foi importante para a história do Brasil, pois, naquele momento, a Igreja era uma das poucas instituições capazes de enfrentar as ações repressivas da ditadura. Bispos, como dom Helder Câmara, dom Paulo Arns, dom Ivo Lorscheiter e dom Aloísio Lorscheider, não temeram as ameaças da ditadura. A CNBB conquistou, dessa forma, espaço na imprensa para denunciar e criticar, assumindo o papel de promotora de notícias, na disputa pela visibilidade no espaço público de mediação jornalística.

Segundo Molotch e Lester (1972) *apud* Traquina (1999, p.38), os promotores são aqueles que “identificam [...] uma ocorrência como especial, com base em algo, por alguma razão, para os outros”. Geralmente, eles não trabalham em proveito próprio, mas em torno de assuntos de interesse público.

Os promotores usam, muitas vezes, estratégias para agendar a mídia, como entrevistas coletivas, divulgação de *press releases* e de notas, procuram manter bom relacionamento com a imprensa, promovem prêmios de incentivo aos jornalistas. Outros agentes, como as ONGs e os movimentos sociais, precisam usar estratégias mais chamativas para ocupar as páginas dos jornais. Exemplos recentes são os relacionados ao *Greenpeace* e ao MST, que usam iniciativas impactantes para chamar a atenção da imprensa e, conseqüentemente, da opinião pública.

Eventualmente, o trabalho de produção dos jornalistas coincide com o trabalho dos

promotores de notícia. Conforme Hall (1973) *apud* Traquina (1999, p.228), “os media não criam autonomamente as notícias [...] estão dependentes de assuntos noticiosos específicos fornecidos por fontes institucionais regulares e credíveis”. Como afirmam Molotch e Lester (1972) *apud* Traquina (1999, p.41), “existem paralelos entre as necessidades de acontecimentos dos *news assemblers* e os promotores”. Essas necessidades, entretanto, podem surgir por diferentes razões e não significam que os jornalistas e os promotores “estejam conscientes das implicações do trabalho uns dos outros”, mas “de qualquer modo, conseguem produzir um produto que favorece as necessidades de acontecimentos de certos grupos sociais e desfavorece as de outros”.

Isto foi exatamente o que aconteceu nos casos dos religiosos, acontecimentos que tiveram seus valores-notícia e, conseqüentemente, mais facilidade de serem escolhidos pelos jornalistas para se tornarem notícias. Ao mesmo tempo, foram acontecimentos que atingiram diretamente a Igreja Católica, que sentiu a necessidade de posicionar-se em defesa da causa.

Como promotora de notícias, a instituição usou algumas estratégias simples para agendar a mídia, como entrevistas coletivas e individuais, porém o meio mais comum usado pela CNBB foi a publicação de notas. Dessa forma, a instituição religiosa garantia a não distorção dos seus pronunciamentos e evitava maiores conflitos com o Estado.

5.1 ENTREVISTAS COLETIVAS E INDIVIDUAIS

As entrevistas coletivas e as declarações individuais à imprensa estão presentes na maioria dos jornais analisados. Das 53 matérias, 38 fazem referência a algum tipo de entrevista coletiva ou individual. É difícil, entretanto, distingui-las, dado que as declarações prestadas pelos bispos não são apresentadas no formato entrevista (pergunta e resposta), nem é explicitado se o contato foi exclusivo ou coletivo. As entrevistas foram transformadas em notícias, na quais constam as falas das fontes de informação. O fato é que 71,6 % das matérias mostram que a Igreja esteve bastante acessível para dar informações. Em apenas um dos casos, houve resistência da CNBB em se pronunciar a respeito: o dos religiosos dominicanos. A justificativa, segundo dom Aloísio Lorscheider¹⁵, é que os acontecimentos surpreenderam a presidência da CNBB que tinha acabado de retornar do Vaticano. Conforme dom Lorscheider,

¹⁵ Informação obtida em entrevista realizada em 2006.

tanto o presidente dom Agnelo Rossi, como ele próprio, então secretário geral, não tinham informações suficientes para se pronunciar sobre o assunto. Outro caso no qual a instituição não aparece em entrevistas é o do padre Jentel. O motivo foi a censura ao assunto, como mostram os bilhetinhos:

De ordem superior reitero determinação manter proibição total a noticiário, comentário, transcrição e outras matérias, através dos meios de comunicação social, escrito, falado e televisado, sobre padre Jentel ou assunto a ele vinculado direta ou indiretamente. 13/02/74 (MARCONI, 1980, p.275).

De ordem superior reitero determinação sentido manter proibição a divulgação, através dos meios de comunicação social, comentários, referências, transcrição, entrevistas e outras matérias, qualquer procedência, relativa ao padre François Jentel. 23/05/75 (MARCONI, 1980, p.281).

Somente em dois casos foi possível identificar claramente que se tratava de uma entrevista coletiva. O primeiro, em 1968, quando o arcebispo de Belo Horizonte, dom João Rezende Costa, após uma reunião com os padres da arquidiocese, resolveu falar publicamente à imprensa sobre a prisão dos religiosos assuncionistas.

Reafirmando sua confiança aos padres detidos, o arcebispo de Belo Horizonte, d. João Rezende Costa, e o Conselho Presbiteral da Arquidiocese, em entrevista à imprensa, consideraram insuficientes as provas apresentadas pelo Exército e concluíram que os padres ‘foram detidos por causa dos pobres’ (*O ESTADO DE S. PAULO*, 7/11/68).

O outro se relaciona ao caso dos dominicanos. Quase um mês depois da prisão desses religiosos, o presidente da CNBB, dom Agnelo Rossi, convocou a imprensa para a divulgação de um disco, mas, obviamente, a expectativa dos jornalistas voltou-se para a prisão dos religiosos. Um único trecho da matéria fez referência ao disco:

O cardeal havia convocado a imprensa para solicitar a divulgação de uma notícia sobre um disco, ‘Poemas para rezar’, que será vendido em benefício do Congresso Eucarístico Nacional a ser realizado em Brasília (*O ESTADO DE S. PAULO*, 6/12/69).

O restante do conteúdo abordou a fala de dom Rossi sobre a prisão dos padres. De todas as entrevistas observadas, esta parece ser a única entrevista coletiva para a qual a

imprensa foi convocada formalmente e, durante a qual, o bispo apresentou um discurso já pronto sobre os dominicanos, apesar de a pauta ser o lançamento do disco. Sobre este caso, na grande maioria das vezes, a CNBB manifestou-se por meio de notas e atendeu a imprensa ocasionalmente, por exemplo, no aeroporto ou após reunião com alguma autoridade. Pelo que se observou, através da leitura das matérias referentes aos casos, esta entrevista era aguardada pelos profissionais da comunicação, entretanto ela só se concretizou praticamente um mês depois dos acontecimentos, tempo suficiente para a CNBB inteirar-se sobre os fatos, porém tardio para o jornalismo e para os próprios religiosos, que a essa altura já tinham sido torturados.

Com relação ao bispo dom Casaldáliga e ao padre Zufferey, quase todo o agendamento da Igreja se deu por meio de entrevistas, embora também não seja possível distinguir nas notícias quando se trata de entrevista coletiva ou de declaração individual ao jornal. Quase não há presença de notas. Esses dois casos ocorreram em 1977, quando já se falava de abertura política, isto talvez tenha sido determinante para a atuação mais livre da CNBB e da imprensa.

Ao final dos anos 70, com o declínio da ditadura, a Igreja não tinha mais a mesma preocupação que outrora tivera em cuidar das palavras que se tornariam públicas, pois conforme elas fossem interpretadas e apresentadas pela imprensa poderiam agravar ainda mais as relações entre a instituição religiosa e o Estado. A imprensa também vivia um período de mais liberdade, embora ainda houvesse controle. Por isso os pronunciamentos da CNBB deixaram de ser escritos e passaram a ser verbais, diferentemente do que ocorrera no período mais rígido do regime, durante o qual a CNBB atuou mais por meio de divulgação de notas, cuja maioria foi publicada na íntegra pelos jornais, como um ritual estratégico.

5.2 AS NOTAS: UM RITUAL ESTRATÉGICO

De acordo com Tuchman (1972) *apud* Traquina (1999, p. 74), “o uso de certos procedimentos perceptíveis ao consumidor de notícia, protege o jornalista dos riscos da sua atividade, incluindo os críticos”. Os riscos aos quais a autora se refere são aqueles que podem prejudicar tanto o próprio profissional como a organização para a qual trabalha. Para Tuchman (1972) *apud* Traquina (1999, p. 78), “cada notícia afeta potencialmente a capacidade dos jornalistas no cumprimento de suas tarefas diárias, afeta a sua reputação

perante os seus superiores, e tem influência nos lucros da organização”. Tuchman faz esta reflexão a partir da percepção do leitor. Por meio de rituais estratégicos, por exemplo, o uso das aspas nas declarações das fontes, o jornalista defende a si mesmo e ao próprio jornal das eventuais críticas que o leitor da notícia possa fazer, inclusive de processos de difamação.

Os rituais estratégicos adotados pela imprensa durante o regime militar no Brasil adquiriram, entretanto, outra dimensão. Os riscos a que Tuchman se refere eram grandes e poderiam ter conseqüências muito graves. Estavam em perigo não somente a reputação do profissional e os lucros da empresa, mas a própria vida. Por isso, os rituais estratégicos foram significativos no processo de construção da notícia durante um período de censura e de violação aos direitos humanos.

Dos rituais observados, o mais freqüente nas matérias analisadas foi a publicação de notas divulgadas pela CNBB. Foram publicadas, ao todo, 13 notas referentes aos cinco casos de religiosos acusados de subversão (Tabela 7). A maioria das notas refere-se aos três primeiros acontecimentos, ou seja, aos religiosos franceses, dominicanos e ao padre Jentel. Sobre os dois últimos, a CNBB também divulgou notas, mas elas não tiveram a mesma importância que as anteriores. Nos casos do dom Casaldáliga e do padre Zufferrey, o pronunciamento verbal já se tornara mais interessante do que a divulgação de notas, tanto para a CNBB como para a imprensa, visto que, por meio da fala, há mais liberdade de expressão, embora, durante os períodos mais rigorosos da ditadura, as notas tivessem sido importantes para as duas instituições. Para a CNBB, as notas asseguravam a integridade do que fora dito à imprensa a respeito dos fatos. Representavam a segurança de que o pronunciamento não seria distorcido, o que poderia colocar em risco suas relações com o Estado. Para a imprensa, a publicação das notas era uma forma de dizer: “Esta afirmação pertence a qualquer pessoa, menos ao repórter” (TUCHMAN, 1972 *apud* TRAQUINA, 1999, p.82). O uso das notas assemelha-se ao das citações e ao uso das aspas, que Tuchman (1972) *apud* Traquina (1999, p. 81) refere como rituais estratégicos: “Ao inserir a opinião de alguém, eles (os jornalistas) acham que deixam de participar na notícia e deixam os ‘fatos’ falar”. Esta estratégia foi importante para os jornalistas brasileiros durante a ditadura, pois lhes garantiu segurança perante as possíveis ações repressivas do regime. As notas serviram para distinguir bem a quem pertencia a fala, ou seja, que ela era da CNBB e não do jornalista que noticiava os fatos. Os jornais, por isso, chegaram a publicar mais de uma nota em uma única edição.

Tabela 7: N° de Notas Divulgadas pela CNBB por Caso Analisado

Caso	N° de Notas por Caso
Padres Michel Le-Ven, Xavier Berthon, Hervé Crouguennac.	3
Padres dominicanos	5
Padre Jacques Jentel	2
Padre Romain Zufferrey	2
Dom Pedro Casaldáliga	1
Total	13

Fonte: Arquivo jornalístico da CNBB

As 13 notas da CNBB foram publicadas em 23 jornais (Tabela 8), a maioria na íntegra. Deve-se levar em consideração também que essas notas foram divulgadas em pequeno intervalo de tempo, em média um mês para cada caso. As notas registradas dizem respeito somente ao posicionamento da CNBB, de seus bispos ou de instituições estritamente ligadas a ela como a Comissão Brasileira Justiça e Paz e as arquidioceses nas quais ocorreram os fatos. Não fazem parte desta análise as notas divulgadas por outras instituições religiosas, por exemplo, as das congregações às quais pertenciam os religiosos, por serem organismos independentes da Conferência.

Tabela 8: Número de Matérias com Notas

Caso	N° de Matérias	N° de Matérias com Notas
Padres Michel Le-Ven, Xavier Berthon, Hervé Crouguennac	10	7
Padres dominicanos	15	8
Padre Jacques Jentel	5	4
Padre Romain Zufferrey	15	3
Dom Pedro Casaldáliga	8	1
Total	53	23

Fonte: Arquivo jornalístico da CNBB

Ao observar os dados das Tabelas 7 e 8, percebe-se que as notas foram mais difundidas nos casos dos religiosos franceses e dominicanos. Isso pode ter acontecido pelos motivos a seguir detalhados. 1) Percebe-se, pela leitura das matérias, certa resistência da CNBB em se pronunciar sobre os dois casos, pois eles estavam entre os primeiros conflitos que deixaram a Igreja ‘na berlinda’. Eles ocorreram no final dos anos 60, logo após a decretação do AI-5 e envolveram mais de um religioso. As acusações aos religiosos franceses provinham de sua relação com a Pastoral Operária e as dos dominicanos, de sua participação tanto na Aliança Libertadora Nacional (ALN) como no movimento estudantil. A CNBB não tinha, até então, lidado com problemas dessa proporção, envolvendo inclusive religiosos estrangeiros, além de encontrar-se em posição neutra com relação ao regime. Para evitar agravamento em sua relação com o Estado, ela procurou primeiro apurar os fatos, para depois

se manifestar. 2) Outro aspecto relevante foi a preocupação da Igreja com a distorção das informações. Dom Luciano Mendes de Almeida¹⁶ afirmou que a imprensa distorcia muito os pronunciamentos da Igreja, o que poderia prejudicar suas relações com o Estado. Por meio de notas, não haveria, portanto, como a imprensa manipular essas declarações. 3) Visto que a censura ainda não era total, como ocorreu no início da década de 70, mas que já existiam as repressões, talvez fosse mais conveniente para a imprensa publicar uma nota na íntegra, pois, dessa forma, ela se tornaria isenta de qualquer acusação, podendo afirmar: ‘foi a CNBB quem disse’.

Em contraposição ao número de notas publicadas sobre os casos dos religiosos dominicanos e franceses, o ano de 77 apresenta pouquíssimas notas, tanto sobre o caso do padre Zufferrey como o do bispo dom Casaldáliga. Como as forças do regime militar não eram mais as mesmas, nem sobre a imprensa e nem sobre as instituições, as notas foram substituídas por declarações verbais. Em ambos os casos, a CNBB, na defesa desses dois religiosos, atuou mais como promotora de notícia do que como fonte de informação.

As 13 notas divulgadas pela imprensa foram classificadas no presente estudo como: de esclarecimento, de crítica e de denúncia. Algumas se inserem em mais de uma categoria. Podem ser, por exemplo, de esclarecimento e de crítica ou de denúncia e de crítica.

As notas de esclarecimento limitavam-se a descrever o que estava ocorrendo no momento. Por exemplo, no caso dos religiosos franceses, em 1968, o Secretariado de Opinião Pública da CNBB lançou um comunicado apenas para afirmar que a situação dos padres se encaminhava para ‘o indispensável esclarecimento’. Diz a nota:

O Secretariado Nacional de Opinião Pública da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil está autorizado a informar que Dom Aloísio Lorscheider, Secretário-Geral da CNBB, com o objetivo de acompanhar junto à própria fonte o desenrolar dos acontecimentos relativos à prisão dos padres e do diácono assuncionista, esteve em Belo Horizonte, em contato prolongado com D. João Rezende, D. Serafim, o Conselho Presbiteral e o Provincial dos Padres Assuncionistas. Nesta ocasião, D. Aloísio teve a oportunidade de verificar, pessoalmente, que a situação caminha para o indispensável esclarecimento. Em seguida foi ele até São Paulo, a fim de manter o Cardeal Rossi, presidente da CNBB, inteirado do que realmente ocorre na capital mineira, e tratar, ao mesmo tempo, de assuntos de rotina da própria CNBB (*O GLOBO*, 11/12/68).

A nota sobre a expulsão do padre Jentel é outro exemplo de pronunciamento que se

¹⁶ D. Luciano foi presidente da CNBB no final da década de 70. A entrevista foi realizada durante a 44ª. Assembléia Geral da CNBB, em maio de 2006.

limitou a descrever os fatos. Apesar de fazer referência à brutalidade com que o padre foi imobilizado, a CNBB não critica a decisão do governo de expulsar o padre do país.

Padre Francisco Jentel retornou ao País, via Estados Unidos, desembarcando normalmente no aeroporto de Brasília, no dia 1 do corrente mês. Vinha da França, onde estivera em visita aos seus familiares e fora fazer cursos de atualização. Recorde-se que em maio de 1973 o mesmo fora condenado pela Justiça Militar de Campo Grande, MT, após conhecidíssimo processo, onde fora voto vencido o juiz auditor (cf. 'Notícias' CNBB, n. 22, 1/6/1975). Recorrida a sentença junto ao Superior Tribunal Militar, por unanimidade de votos, deu provimento à apelação interposta em favor do padre Francisco Jentel para anular a sentença condenatória, determinando fosse ele posto imediatamente em liberdade. Entendeu o Tribunal que os fatos a que se referia o processo (conflito entre os posseiros e os agentes da Companhia de Colonização Codeara) constituíram fatos que devem ser apreciados pela Justiça comum, sendo incompetente a Justiça Militar, já que existia qualquer conteúdo subversivo nas ações praticadas, seja pelos agentes da empresa (igualmente processados), seja pelo padre Francisco Jentel' (cf. Notícias CNBB, n. 21, 24/5/1975). Logo em seguida viajou à França, conforme seu desejo pessoal, de onde retornou a 1 de dezembro. Regressando ao Brasil e nada constando oficialmente em seu passaporte que o impedisse de fazê-lo, dirigiu-se a Fortaleza, em visita a dom Aloísio Lorscheider, presidente da CNBB e arcebispo local. Hóspede do mesmo, na manhã do dia 12, por volta das 7 horas, quando se dirigia, a pé, ao centro da cidade, juntamente com outro sacerdote, foi o padre Jentel violentamente imobilizado e seqüestrado por quatro desconhecidos, colocado num automóvel e levado a lugar ignorado. Posteriormente, ainda no correr da manhã do mesmo dia, foi localizado no Departamento da Polícia Federal de Fortaleza. Conduzido ao Rio de Janeiro na noite do mesmo dia, está preso em dependências da Marinha. Através de comunicação telefônica do senhor ministro da Justiça, ao senhor cardeal do Rio de Janeiro, foi a CNBB informada de que o senhor presidente da República assinou decreto, no dia de hoje, determinando fosse o padre Francisco Jentel expulso do País (*FOLHA DE S. PAULO*, 16/12/1975).

Sobre o caso dos dominicanos, a instituição, embora não tenha se limitado a descrever o ocorrido, não toma nenhuma atitude em defesa dos religiosos que estavam sendo torturados pelo regime. Pelo contrário, admite a possibilidade da culpa e, ao mesmo tempo, pede para que ela não seja generalizada a toda a congregação ou mesmo a toda a Igreja. Apesar disso, a nota escrita pelo presidente da CNBB, dom Rossi, faz apelo à observância dos direitos humanos, tanto na defesa dos frades como no tratamento que eles estavam recebendo. Esta nota pode, por isso, ser classificada como de esclarecimento e também de crítica.

Regressando dos trabalhos do Sínodo, defronto-me com os dolorosos acontecimentos dos últimos dias, nos quais estão envolvidos inclusive alguns sacerdotes e seminaristas da Ordem Dominicana. Como presidente da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e como Arcebispo Metropolitano, tenho o máximo empenho em conhecer, para além do noticiário da imprensa, a exatidão dos fatos. Enquanto não me é possível formular e emitir um juízo exato sobre os episódios, desejo ao menos dirigir uma palavra aos católicos de São Paulo e aos homens do meu país: 1. Não tememos enfrentar os fatos desde que eles sejam averiguados, acima das

paixões, na verdade e na justiça. 2. Como em outros episódios, não reivindicamos para sacerdotes e religiosos, só porque o são, regalias e privilégios. Mas creio dever reclamar para eles, como para quaisquer cidadãos, a observância dos direitos humanos quer na sua defesa quer no tratamento que recebem. 3. Declaro que não podemos aceitar, por serem semi-evangélicos e até contrários ao bem-estar de nosso país, métodos de violência e de terrorismo. Menos ainda podemos concordar com a participação, na prática destes métodos, de sacerdotes, religiosos e de seminaristas ou candidatos à vida religiosa. 4. Devo repelir porém, com igual energia, que, com qualquer intuito, a culpa pessoal de alguns, mesmo comprovada, seja generalizada para toda uma família religiosa, todo o clero – e até toda a Igreja. Igualmente rejeito, como presidente da Comissão Central da CNBB, que se confunda malevolamente na mesma condenação a ação mal orientada de alguns com os propósitos e atividades de inúmeros bispos, sacerdotes ou leigos que, na mais profunda fidelidade ao espírito da Igreja, de acordo com as normas do Vaticano II e da Conferência de Medellín, se consagram a um trabalho de evangelização que os aproxima dos pobres e os empenha numa tarefa de autêntica promoção humana. 5. Alimento o desejo e a esperança de que destes acontecimentos traumatizantes possa ainda surgir um clima de entendimento e união em nosso país e o povo possa guardar sua confiança na retidão de intenções humanas e de ação da Igreja no Brasil, que quer manter-se fiel a Cristo e à orientação do Papa Paulo VI (*JORNAL DO BRASIL*, 11/11/1969).

Os casos do padre Jentel e dos dominicanos tiveram conseqüências mais graves, se comparados aos demais analisados. A CNBB não atuou com a mesma força como nos casos dos franceses, do sacerdote suíço Zufferrey e do dom Pedro Casaldáliga. Em relação aos religiosos franceses, a CNBB posicionou-se de forma mais crítica e defensiva.

As acusações que, dia a dia, mais se avolumam contra a Igreja em nosso país pedem um esclarecimento autorizado por parte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A Igreja, em seus membros, é tachada de subversiva. Se a Igreja, nos dias atuais, reivindica uma participação ativa na procura do desenvolvimento integral do homem e de todos os homens, ela não está exorbitando de seu campo específico que é o religioso: esta procura é parte intrínseca de sua missão de serviço à humanidade. Mas ela está ao mesmo tempo consciente que a sua única motivação nasce da palavra de Cristo, do Evangelho, que deverá encarnar-se sempre mais em todos os campos da atividade humana, seja o político como o econômico, o social e o cultural. Ao repudiar todo e qualquer sistema econômico, político, social e cultural de inspiração atéia e materialista, ela proclama sua visão integral do homem liberto de qualquer servidão, e ao propugnar a busca cristã da Justiça ela visa aquela emancipação total que permita ao homem usufruir da liberdade dos filhos de Deus. Isto exige em nossos dias transformações profundas em nós mesmos e na sociedade. Portanto, esta exigência de transformações que propugna pela mudança de uma ordem econômica, política, social e cultural manifestadamente injusta não deve ser confundida com subversão de autênticos valores humanos e cristãos que todos nós queremos. (...) No que diz respeito à prisão de padres e um diácono em Belo Horizonte, esclarecemos que não entramos no mérito da legitimidade ou não desta prisão. Esperamos que a justiça de nossas autoridades corresponda à imagem de honradez e hombridade que todos dela queremos ter. Devemos registrar no entanto, que estranhamos que não se tenham dado às respectivas autoridades eclesíásticas as devidas informações requeridas pelo caso para um possível esclarecimento e defesa das pessoas indiciadas. Queremos que as justas reivindicações do povo, feitas à sombra de nossa bandeira, não se façam jamais de um modo violento, pois a violência, afirma mais que uma vez Paulo VI, não é evangélica nem cristã. Infelizmente, nesta quadra delicada para o nosso país, estão surgindo com certa freqüência tensões e conflitos, perfeitamente evitáveis se houvesse maior prudência,

objetividade e respeito pelos valores básicos da sociedade: verdade, justiça, liberdade e amor. Somente nesta linha logramos a verdadeira paz e compreensão e se evitarão os choques entre as pessoas que realmente amam o Brasil e o seu povo (*JORNAL DO BRASIL*, 5/11/1969).

Nessa nota sobre os padres franceses, a CNBB defendeu a Igreja como um todo das acusações de subversão. Publicada na íntegra por alguns jornais, ela é uma nota bem mais reflexiva do que as anteriormente observadas. É também mais audaciosa, à medida que questiona tanto a ordem política que levou os religiosos à prisão como a falta de provas. Algo similar ocorreu em casos posteriores. Nos casos do padre Zufferrey e do dom Pedro Casaldáliga, a CNBB teve atuação mais ativa do que na dos religiosos franceses. Suas declarações eram verbais e não mais por meio de notas. Neste período, o governo passava por uma crise decisiva para a queda da ditadura, a imprensa e a Igreja já encontravam liberdade para atuar, ou seja, a censura, embora ainda existisse, não era mais tão rigorosa como nos anos anteriores. As instituições passaram a agir com maior liberdade. As notas foram, pois, deixadas de lado, tanto pela CNBB como pela imprensa. Os bispos passaram da atitude de autodefesa para a de denúncia, como mostram os seguintes textos jornalísticos:

O secretário da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom Ivo Lorscheiter, informou ontem no Rio que ‘recebeu de fontes fidedignas de Brasília e Goiás um alerta no sentido de que seria iminente a expulsão de dom Pedro Casaldáliga do Brasil. (...) Diante da ameaça iminente da expulsão de dom Pedro, afirmou dom Ivo Lorscheiter, ”o secretário geral da CNBB apela intensamente aos órgãos responsáveis do governo para que um ato de injustiça e hostilidade à Igreja não se consuma” (*FOLHA DE S. PAULO*, 30/07/1977).

D. Aloísio disse que o caso do Padre Romain será examinado pela Comissão Justiça e Paz, que orientará a ação da CNBB. Acrescentou que tudo será feito para apoiar o sacerdote suíço e que espera que a Justiça funcione. “Normalmente, nesses casos, não aceitamos acordos diplomáticos. O Ministro da Justiça sabe disso. Não seria digno à condição de sacerdotes. Nós estamos sempre do lado da verdade”, concluiu (*JORNAL DO BRASIL*, 22/07/77).

Nas poucas notas divulgadas pela Igreja, em 1977, observa-se que seu teor é diferente daquelas divulgadas no final dos anos 60. Os bispos não tinham mais medo de se expressarem; eram firmes em seus posicionamentos a favor dos direitos humanos e da justiça social. A nota ‘Os padres estrangeiros e a Igreja no Brasil’, a seguir reproduzida, foi apresentada à imprensa por dom Avelar Brandão, arcebispo de Salvador.

É uma praxe universal da Igreja a preocupação missionária, a presença de sacerdotes e de religiosos dos países mais bem dotados de vocação junto às comunidades mais carentes de assistência religiosa, em outras nações e continentes. Desde os primórdios da história do Brasil, sente-se o fenômeno. O 'Ide e ensinai' dos evangelhos é a inspiração permanente desse espírito missionário. Este é o princípio geral que ampara e explica o trabalho de padres não brasileiros em nossa terra.

O que sempre foi pacífico, isto é, a aceitação dessa presença, passou a ser polêmico, a partir de um certo momento de nossa história. Deu-se a queda de vocações no Brasil e na América Latina. Houve um apelo veemente de João XXIII, secundado por Paulo VI, no sentido de que os países da Europa e da América do Norte ajudassem a América Latina. Alguns países europeus chegaram até a construir seminários especializados.

Enquanto isso, novas linhas pastorais foram surgindo no mundo e na América Latina. Os padres que vinham de fora traziam a grande preocupação espiritual e material do continente em desenvolvimento em que habitamos, marcado também por grandes áreas fortemente subdesenvolvidas. Essa nova ótica pastoral trouxe vantagens e alguns problemas. Até onde leva o processo de auxílio às populações marginalizadas? Qual a segurança emocional e psicológica desses missionários? Sua capacidade de adaptação ao meio? De aculturação? De respeito às nossas legítimas tradições?

No caso particular do padre suíço que trabalhava em Recife, não conhecemos seu estilo nem podemos avaliar sua contribuição.

Se me perguntam o que acho do padre que trabalha com os operários, respondo que a evangelização no meio operário foi preocupação da Igreja. Não se trata de anestesiar os direitos do operário com a promessa da vida eterna. Mas também não se quer abrir nenhuma luta de classe e levantar barreiras intransponíveis. As justas reivindicações do operário são sagradas. Merecem respeito. A consciência da justiça social deve ser assimilada sempre mais e melhor.

Notas, entrevistas e declarações verbais não foram as únicas estratégias usadas pela Igreja para pautar a imprensa, há outras bastante interessantes por fugirem à rotina do agendamento feito pela CNBB.

5.3 MEIOS ALTERNATIVOS DE AGENDAMENTO DA IMPRENSA

As estratégias de agendamento da CNBB ultrapassaram as usualmente adotadas pela instituição. Das 53 notícias analisadas, oito apresentam, geralmente na íntegra, telegramas e mensagens de solidariedade à instituição e aos religiosos acusados de praticar atividades subversivas. A maioria das mensagens refere-se aos casos de dom Casaldáliga e dos três religiosos franceses. Exemplificam-se, a seguir, algumas dessas manifestações divulgadas pela Igreja e publicadas pelos jornais:

FORTALEZA (*O GLOBO*) - O Departamento Arquidiocesano desta capital, cumprindo instruções do Arcebispo Dom José Medeiros Delgado, fez divulgar uma nota de solidariedade aos padres presos em Minas, lida em todas as igrejas da capital e do interior durante as missas.

Os padres presos em Minas Gerais - diz a nota - desmentiram qualquer participação em atividades de guerrilhas. Eles, como outros, sofrem perseguição e calúnia por amor da Justiça como sofreram os mártires da Igreja primitiva. Trabalham pela promoção da classe operária, mas sem violência (*O GLOBO*, 11/12/68).

Ontem, a CNBB recebeu da Conferência Episcopal Francesa telegrama de apoio e solidariedade nos seguintes termos: “Em nome da Conferência Episcopal Francesa vos asseguro apoio fraternal na defesa dos Direitos do Homem e preocupação comum à prática do Evangelho”. Paul Huet Pleuroux.

A CNBB recebeu ainda outras manifestações de apoio. ‘O Movimento Cursilhos de Cristandade do Brasil renova total solidariedade à CNBB, visto referida medida atingir frontalmente a presença e a unidade da Igreja na realidade brasileira’. Também o arcebispo de Belo Horizonte, Dom João Rezende Costa, em nome dos bispos de Minas Gerais e Espírito Santo, enviou mensagem de solidariedade à posição da CNBB em defesa de Dom Pedro.

Dom Alberto Ramos, Arcebispo de Belém, em nome dos bispos do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará, também manifestou apoio e solidariedade à posição da CNBB pela permanência, no Brasil, do bispo Dom Pedro Casaldáliga. Antes, a CNBB já havia recebido apoio dos bispos de Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso (*O GLOBO*, 2/08/77).

Constam também, como estratégias de agendamento, uma vigília realizada pela arquidiocese de Olinda e Recife, organizada pelo arcebispo dom Câmara, com o objetivo de dar apoio espiritual ao padre Zufferey, em 1977, e encontros do presidente da CNBB, dom Rossi com o presidente da República, Garrastazu Médici e com outras autoridades (Figuras 1 e 2).



Figura 1: Notícia aborda encontro de dom Rossi com presidente da República, sobre religiosos franceses

Fonte: *Folha de S. Paulo*, 8/12/68



Figura 2: Notícia sobre encontro de dom Rossi e presidente Médici, na ocasião da prisão de religiosos dominicanos
Fonte: *Jornal do Brasil*, 20/11/69

Além das mensagens de solidariedade, da vigília e de encontros com autoridades, consta, nas matérias analisadas, a publicação, na íntegra, da homilia feita, em 1968, pelo arcebispo de Belo Horizonte, dom João Rezende Costa, sobre a prisão dos religiosos franceses, a qual foi lida em todas as paróquias da arquidiocese (Figura 3).



Figura 3: Homilia do arcebispo de Belo Horizonte, dom Rezende, publicada na íntegra pelo jornal *Folha de S. Paulo*, 8/12/68

Todas essas estratégias de agendamento revelam a atuação da CNBB como promotora de notícia. Sua presença nos jornais não significa, porém, necessariamente, que a forma como os jornais noticiaram os acontecimentos estava de acordo com as expectativas do agendamento da CNBB. Nem sempre houve a correlação entre o agendado pela instituição religiosa e a forma como o jornal enquadrado a notícia. Diversos fatores provocaram esse desencontro entre Igreja e imprensa, como se evidencia na análise da cobertura da imprensa sobre os cinco casos de religiosos acusados de praticar atividades subversivas.

6 COBERTURA DA IMPRENSA SOBRE OS CASOS DOS RELIGIOSOS

Os casos dos cinco religiosos acusados pelo regime militar de praticar atividades subversivas ganharam ampla visibilidade na imprensa brasileira. A atuação da CNBB como promotora de notícia foi bastante significativa se considerado o contexto no qual ocorreram os fatos. Nem sempre, porém, o agendamento foi suficiente para que as matérias fossem enquadradas a favor dos religiosos ou dos direitos humanos. Isto não significa que tenha sido em vão todo o esforço realizado pela Igreja Católica, pelo contrário, sua atuação foi de extrema importância para evitar que a imprensa divulgasse somente a versão oficial dos fatos. Houve outra questão relevante no processo de enquadramento dos acontecimentos: o contexto repressivo fundamentado na Lei de Segurança Nacional. Nos casos dos religiosos, assim como em outros acontecimentos da época divulgados pela imprensa, o enquadramento ocorreu de acordo com as circunstâncias a que estavam submetidos os jornalistas.

A imprensa, durante a ditadura, tornou-se um espaço público silenciado e manipulado pelos governos militares. Apesar de servir como meio de legitimação da força hegemônica, ela era má vista, por ser espaço de circulação de idéias, do contraditório. De acordo com a Lei de Segurança Nacional¹⁷, “o Estado [...] vê com fraquezas os debates, as discussões e os questionamentos que caracterizam os regimes democráticos liberais” (COMBLIN, 1980, p.73). Para o regime, a imprensa era um espaço suscetível à infiltração das idéias comunistas. Ao lidar com as idéias críticas, os militares acreditavam estar destruindo o comunismo.

Qualquer oposição ao Estado, naquele momento, tornava-se suspeita de subversão. Para os militares, o país estava em guerra contra o comunismo internacional que, conforme expresso na Lei de Segurança Nacional, era o maior inimigo da nação. Não controlar os espaços de livre circulação de idéias poderia, portanto, permitir a infiltração imediata do comunismo nos diversos segmentos sociais.

O Estado, tendo como referência a Lei de Segurança Nacional, implantou, no meio jornalístico, a cultura do medo e da obediência. Qualquer oposição ao Estado poderia resultar em repressão ao profissional da comunicação ou ao veículo para o qual trabalhava. Essa situação fez parte do cotidiano da imprensa durante a ditadura e passou a imagem de uma imprensa que consentiu com o *status quo*. Este consentimento, entretanto, não se deu por livre

¹⁷ “A Segurança Nacional é a capacidade que o Estado dá à Nação para impor seus objetivos a todas as forças oponentes. Essa capacidade é, naturalmente, uma força. Trata-se portanto da força do Estado, capaz de derrotar todas as forças adversas e de fazer triunfar os objetivos nacionais” (COMBLIN, 1980, p.54).

e espontânea vontade dos jornalistas, ou seja, não ocorreu por que os jornalistas acreditavam e aceitavam livremente o regime militar, mas por pressão psicológica e física.

Os militares tinham a crença de que o comunismo se infiltrava nos campos psicológico e das idéias. A ação do exército atingiu, portanto, “os campos de batalha escolhidos pelo inimigo: os sindicatos, a universidade, os meios de comunicação, a Igreja. A repressão e o controle visam acima de tudo esses setores” (COMBLIN, 1980, p.49).

A imprensa foi um dos espaços públicos mais controlados pelo Estado. No governo da linha dura, por exemplo, o presidente Médici aumentou o controle sobre a imprensa, como parte da política de Segurança Nacional:

o Estado combatia a subversão com numerosas táticas: plantava notícias falsas; fazia pressão financeira sobre donos de veículos de comunicação que não se dispunham a cooperar; intimidava e prendia jornalistas; invadia, jogava bombas e praticava outras formas de violência tanto contra jornais do *establishment* quanto contra os de oposição” (SERBIN, 2001, p.348).

O controle imposto à imprensa, no entanto, não foi total, pois cada governo que assumiu o Poder queria mostrar para a sociedade que o país seguia rumo à democracia. “Cada um dos quatro generais que sucederam na Presidência da República desde 1964 anunciou que sua tarefa consistia em preparar a volta à democracia, deixando mesmo crer que seria o último presidente militar” (COMBLIM, 1980, p.71).

Para assegurar essa imagem perante a sociedade, o regime evitou mostrar que havia censura. Agiu nos bastidores, de forma que poucas pessoas perceberam a situação na qual se encontrava a imprensa brasileira. De acordo com Kushnir (2004, p.35) “a postura de vigiar e reprimir, nesse parâmetro, teve (e tem) a intenção de manter uma (imaginária) harmonia social”.

Todo esse contexto interferiu no processo de construção das notícias. Os jornalistas depararam-se com muitas dificuldades que devem ser levadas em consideração ao se analisarem os enquadramentos dos acontecimentos. São indagações pertinentes que interferiram na forma como os fatos foram apresentados ao leitor. Como mostra Kushnir (2004, p.36),

Arrazoar a ação de proibir e censurar, de negar ao outro o direito de acesso a determinados temas; vigiar pessoas, ditar normas de conduta, excluir palavras do vocabulário; forjar de maneira brutal uma nova realidade, essas são algumas das indagações centrais e das preocupações acerca das estratégias do interdito.

No que diz respeito à Igreja Católica, percebe-se, sobretudo pelos bilhetinhos que continham as proibições, os obstáculos que os jornalistas encontraram para noticiar acontecimentos relacionados a esta instituição religiosa. A divulgação de nomes de bispos e de acontecimentos envolvendo religiosos foi censurada pelo regime. Ainda assim, um número significativo de casos envolvendo padres, freiras, bispos ganhou visibilidade na imprensa, pois foram acontecimentos que romperam com a normalidade e que apresentaram valores-notícia capazes de transformá-los em acontecimentos noticiosos. De acordo com Duarte (1988) *apud* Traquina (1999, p.27), são acontecimentos de “natureza especial, distinguindo-se do número indeterminado dos acontecimentos possíveis em função de uma classificação ou de uma ordem ditada pela lei das probabilidades, sendo inversamente proporcional à probabilidade de ocorrência”.

6.1 OS CASOS DOS RELIGIOSOS COMO VALOR-NOTÍCIA

No Brasil, a prisão de religiosos foi e ainda é notícia . Trata-se de um assunto que rompe a normalidade. É o que Duarte (1988) *apud* Traquina (1999, p.28) chama de inversão ou imprevisibilidade.

A imprevisibilidade está associada ao que não se prevê, ao que não se espera que possa acontecer. Em um país de maioria católica e, especialmente, durante um regime que a Igreja ajudou a instalar, o inesperado estava não no fato de representantes da Igreja se envolverem com questões sociais ou políticas, mas no fato de serem eles presos e tachados de subversivos. O novo não era, portanto, o trabalho social ou político desenvolvido por padres ou freiras, pois a Igreja Católica já atuava nessa linha desde a criação da esquerda católica, nas décadas de 40 e 50, o inesperado era a prisão de religiosos como criminosos, considerados uma ameaça ao Estado por suas práticas ‘subversivas’. Esse tipo de acontecimento era incomum, raro, porque a Igreja, de sua base à cúpula, desfrutava de credibilidade ante a sociedade. Embora muitas vezes fosse alvo de críticas, era uma instituição respeitada, não somente por sua tradição, mas também por muitas de suas ações. Para Duarte (1988) *apud* Traquina (1999, p.29), o inesperado se opõe ao racional: “O racional é da ordem do previsível, da sucessão monótona das causas, regida por regularidades e por leis; o acontecimento é imprevisível, irrompe acidentalmente à superfície epidérmica dos corpos como reflexo inesperado, como efeito sem causa, como puro atributo”.

O inesperado também adveio do rompimento das relações entre Igreja e Estado, pois esta outrora apoiara o golpe de 64 e depois se viu perseguida, numa situação delicada, com seus membros oprimidos pela ditadura. A Igreja deixou então a inércia e passou a ter uma atuação ativa contra o regime que ela havia ajudado a alcançar o poder. Esse rompimento foi um dos fatores que contribuíram para que os acontecimentos, aqui analisados, conquistassem o espaço público do jornalismo.

Outro valor-notícia observado nos casos dos religiosos é a referência a pessoas ou personificação. De acordo com Galtung e Ruge (1965) *apud* Traquina (1999, p.68),

as notícias têm uma tendência para apresentar os acontecimentos como frases onde existe um sujeito, uma denominada pessoa ou coletividade composta por algumas pessoas, e o acontecimento é então visto como uma consequência das ações desta pessoa ou destas pessoas.

Foi justamente isto que ocorreu nas notícias analisadas, ou seja, os acontecimentos foram vistos a partir do resultado das ações dos religiosos, que representavam um determinado segmento da sociedade, a Igreja Católica.

O inesperado não esteve centralizado nas ações em si, mas no resultado que delas decorreu, como as prisões e as expulsões de religiosos. O inesperado está relacionado à questão ‘o que não se imaginava’: que religiosos estivessem ligados de alguma maneira a questões sociais ou políticas ou que religiosos fossem presos e expulsos do país? A personificação refere-se aos religiosos, como representantes de um grupo social.

Outro valor-notícia presente é a referência a nações de elite, dado que dos cinco casos abordados, quatro dizem respeito a padres estrangeiros. O fato de se referir a nações de elite, aqui representadas por França, Espanha e Suíça, fez com que as notícias alcançassem bastante repercussão. Os estrangeiros eram considerados uma grande ameaça ao regime militar, pois se tinha a idéia que os comunistas vinham de fora do país para influenciar as pessoas que aqui estavam. No caso dos religiosos, eram considerados comunistas disfarçados de padres. A luta contra comunismo foi um dos principais (ou talvez o principal) motivos que levaram os militares ao poder. Muitos dos que apoiaram os militares na época do golpe, inclusive a Igreja e a imprensa, acreditavam que o comunismo era iminente. A Igreja tinha enorme preocupação com a questão da família, do aborto; a imprensa temia por sua liberdade e pelos negócios. Apesar de terem ganho bastante espaço na imprensa, os casos de religiosos estrangeiros foram abordados de forma menos ofensiva do que os casos de brasileiros, pois os militares prezavam

as relações diplomáticas entre as nações e queriam evitar a formação de uma imagem negativa do Brasil no exterior. Nos casos envolvendo estrangeiro as acusações foram menos agressivas, quase não há expressões metafóricas pejorativas nas notícias, procurava-se passar a imagem que esses religiosos estavam sendo bem tratados nas prisões.

Apesar do valor-notícia referente às nações de elite, as vidas dos religiosos acusados de praticar atividades subversivas tornaram-se um drama, sobretudo jornalístico. É o valor de amplitude. Ao defini-lo, Galtung e Ruge (1965) *apud* Traquina (1999, p.64), citam o seguinte exemplo: “[...] quanto maior for a barragem, maior será a vontade de a sua inauguração ser relatada [...]; quanto mais violento for o assassinio, maiores serão os títulos”. Os acontecimentos aqui abordados foram acontecimentos raros e graves, portanto, maior a necessidade de torná-los públicos.

O valor-notícia da significância ou relevância está ligado a praticamente todos os outros valores. De acordo com Gans (1979) *apud* Wolf (2003, p.214), ele corresponde aos seguintes requisitos:

- a. história de pessoas comuns que passam a agir em situações insólitas, ou histórias de homens públicos, observados em sua vida privada cotidiana; b. histórias em que há uma inversão de papéis (“o homem que morde o cão”); c. histórias de interesse humano; d. histórias de feitos excepcionais e heróicos.

Os casos dos religiosos inserem-se nestes quatro quesitos . São histórias de homens ‘comuns’, padres até então desconhecidos, com exceção de dom Pedro Casaldáliga, que se envolveram em situações insólitas, ou seja, contrárias ao costume, invertendo os papéis, pois para a sociedade eles deveriam estar em uma igreja e não em uma prisão. São histórias de interesse humano, por despertarem a curiosidade. Ao mesmo tempo, são histórias de feitos excepcionais e heróicos, pois, como a sociedade se encontrava dividida entre aqueles que apoiavam o regime e aqueles que eram contra, esses acontecimentos podiam despertar no leitor tanto a reação de apoio, de solidariedade, de orgulho como a reação oposta, de decepção, de revolta contra a atuação dos religiosos e da Igreja.

A imprevisibilidade, a personificação, a referência a nações de elite, a amplitude e a significância foram, portanto, os principais valores-notícia encontrados nas matérias lidas. Supõe-se que foram esses valores que contribuíram para que as prisões de religiosos, durante a ditadura, ganhassem visibilidade na imprensa.

Os valores-notícia são, porém, apenas uma parte do processo de construção das notícias. Ao tornar públicos acontecimentos como os dos religiosos, a imprensa precisa mostrar ao leitor não somente ‘o que pensar’, mas ‘como pensar’ os fatos. De acordo com McCombs e Shaw (1992) *apud* Traquina (2000, p.131), “tanto a seleção de objetos para atrair a atenção como a seleção dos enquadramentos para pensar sobre esses objetos são tarefas poderosas do agendamento”. Para McCombs (1992) *apud* Traquina (2000, p.131), “centrais à agenda jornalística e ao seu conjunto diário de objetos – assuntos, personalidades, acontecimentos etc. – são as perspectivas que os jornalistas, e conseqüentemente o público, adotam para pensar sobre cada objeto”.

Especificamente sobre os acontecimentos que envolveram os religiosos, ficaram evidentes duas perspectivas sob as quais os fatos foram apresentados: a subversão, com base nas acusações do regime, fundamentado na Lei de Segurança Nacional e os direitos humanos defendidos pela Igreja Católica. Estas foram duas perspectivas presentes no espaço público de mediação do jornalismo durante a ditadura militar. Para que os direitos humanos fizessem parte da pauta jornalística, foi preciso, entretanto, a atuação de forças sociais contra-hegemônicas no processo de agendamento da imprensa, como o fez Igreja Católica.

As perspectivas em que os acontecimentos foram apresentados ao público dependeram muito da situação na qual se encontrava jornalismo brasileiro. McCombs e Shaw (1992) *apud* Traquina (2000, p.131), ao se referirem aos movimentos sociais afirmam: “A cobertura jornalística de um movimento social pode selecionar de entre um conjunto de estratégias de enquadramento as alternativas que bem entender”. No caso da imprensa brasileira durante a ditadura, essas alternativas foram, entretanto, bastante limitadas pela censura imposta.

Conforme o período e o acontecimento, os jornalistas encontraram dificuldades relacionadas às fontes de informação que ou eram silenciadas, ou não se pronunciavam por medo da repressão. Tiveram também dificuldades relativas às fontes oficiais, que não demonstravam nenhum interesse em dar ou confirmar informações. O silêncio e os empecilhos de acesso às fontes foram determinantes no enquadramento dos casos dos religiosos, interferindo na perspectiva de apresentação dos acontecimentos.

6.2 A ACESSIBILIDADE E O SILÊNCIO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO

As fontes, segundo Wolf (2003, p.233), “são um fator determinante para a qualidade

da informação produzida”. Por meio delas os jornalistas têm a possibilidade de verificar a veracidade dos fatos e de apresentar o contraditório, contrastando-as.

As fontes podem ser de diversos tipos, por exemplo, humanas, documentais, agências de notícia. Podem ser oficiais, quando se referem ao governo, ou institucionais (oficiais não estatais), quando dizem respeito a partidos políticos, sindicatos, associações, igrejas etc.; oficiosas (assessorias) ou informais (testemunhas de um crime, acidente). As fontes classificadas como de rotina são aquelas

capazes de se organizar para fornecer regularmente aos jornalistas informações credíveis e já tratadas, particularmente sob a forma de comunicados à imprensa. Sabem também organizar eventos direcionados para os jornalistas, como as conferências de imprensa, as refeições com a imprensa, as viagens de imprensa etc. (SOUSA, 2001, p.73).

Para Sousa, as fontes de rotina são os órgãos representativos dos três poderes: executivo, legislativo e judiciário e também as associações, a Igreja Católica, os sindicatos, os agentes culturais etc. Estas fontes têm certa estrutura para atender a imprensa. Possuem uma equipe ou um assessor de imprensa que produzem *releases*, organizam e agendam entrevistas, fornecem regularmente aos jornalistas informações credíveis.

Para a imprensa, as fontes mais importantes são aquelas que apresentam autoridade, credibilidade e representatividade. A autoridade refere-se à posição que a fonte assume na escala hierárquica do órgão ao qual pertence. “Quanto mais alta é a posição do informador, melhor é a fonte de informação” (TRAQUINA, 1999, p.172). A credibilidade está associada à confiança que o jornalista tem com relação à fonte, ou seja, os jornalistas costumam consultar fontes de confiança para a apuração das matérias. “As melhores fontes são aquelas que já demonstraram a sua credibilidade e nas quais o jornalista pode ter confiança” (TRAQUINA, 1999, p.172). A representatividade refere-se à quantidade de pessoas que a fonte representa, logo “quanto mais pessoas uma fonte representar maior acesso deve ter os órgãos de informação” (SOUSA, 2001, p.71).

Com base na classificação, no grau de importância das fontes e na leitura das matérias jornalísticas, esta pesquisa identifica as principais fontes humanas que se posicionaram contra os religiosos e em sua defesa. Percebeu-se que as fontes oficiais e institucionais obtiveram o maior destaque nas matérias analisadas; em segundo plano, situam-se as fontes informais como membros de congregações, familiares das vítimas e fiéis.

A fonte oficial é representada pelos diversos segmentos do governo militar, ou seja, pelos representantes do exército, do Ministério da Justiça, pelas pessoas ou órgãos autorizados a falar em nome do governo. Igualmente a abordagem da fonte institucional, a CNBB, não limita-se à presidência da Conferência, mas abrange todos os bispos e arcebispos que se pronunciaram sobre os casos, assim como os advogados designados pela cúpula da Igreja para atuar na defesa dos religiosos. As fontes informais compreendem familiares e outros organismos independentes da CNBB, que se pronunciaram a respeito dos casos.

Das 53 matérias analisadas, 35 notícias (66 %) apresentaram a Igreja como fonte principal, por meio da CNBB, organismos ligados à instituição, bispos, advogados, incluindo-se aqui as congregações religiosas, embora elas não façam parte do que é considerado fonte institucional; 6 notícias (11,%) , as fontes oficiais; 6 notícias (11%), as fontes oficiais e religiosas; 3 notícias (6%), outros tipos de fontes como o jornal inglês *Daily Telegraph*, o consulado da Suíça e um cônego da Igreja Católica que se posicionou claramente contra a atuação dos religiosos franceses. Em 3 notícias (6%) das notícias não foi possível identificar a fonte principal. (Figura 4)

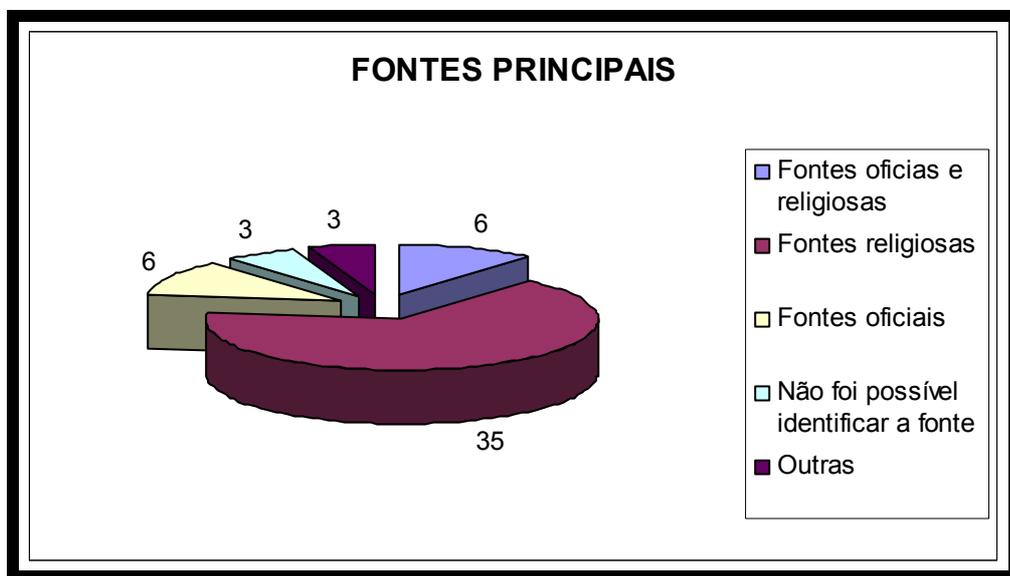


Figura 4: Principais fontes citadas nas 53 notícias

Fonte: Jornais: *Folha de S. Paulo*; *O Globo*; *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*

Das 35 notícias que apresentaram fontes religiosas, 23 tiveram como fonte principal bispos e arcebispos; 3, o advogado do padre Zufferrey; 3, o próprio sacerdote Zufferrey, vítima das acusações do regime; 6 tiveram como fontes: a Comissão Brasileira Justiça e Paz;

o porta-voz da arquidiocese de Olinda e Recife; um movimento ligado à mesma arquidiocese; o provincial da congregação religiosa dos padre franceses; o porta-voz do Vaticano; a declaração do Seminário Cristo-Rei.

No conjunto dos casos analisados, o sacerdote suíço Zufferrey foi a única vítima diretamente ouvida pela imprensa. Os religiosos acusados não tinham, até então, o direito de se explicarem ou se defenderem perante a sociedade, por isso as informações obtidas pelos jornalistas advinham de fontes oficiais ou religiosas. No caso do religioso suíço, ele concedeu entrevistas à imprensa, defendendo-se das acusações dos militares de ser subversiva a atividade por ele desenvolvida. Em uma de suas declarações aos jornalistas, o sacerdote afirma estar tranqüilo e confiante,

porque nenhum crime pratiquei. E sim, a caridade pura, católica, crista em favor dos nordestinos pobres. Doutrinei-os sim, mas na Política de Cristo, que é o Evangelho. Ensinei-lhes normas de vida, métodos de ação contra os percalços diários da existência material. Ensinei não uma fé inativa que vive de esperar milagres, mas uma fé inabalável, respaldada no trabalho profícuo, que tira o pão de cada dia do suor do rosto. [...] Esta foi a minha doutrina a serviço da Ação Católica Operária em Pernambuco, neste Nordeste sofrido. [...] Como estrangeiro suíço – vi meus irmãos de igual para igual, filhos de Cristo, irmão de fé, operários de mãos grossas pelo trabalho. Se é crime dar a mão de sacerdote a quem precisa de ajuda, de orientação dentro da doutrina da Santa Madre Igreja, este tem sido o meu no Brasil (*FOLHA DE S. PAULO*, 14/07/1977).

O caso do padre Zufferrey representa uma exceção entre casos analisados. Os demais religiosos não tiveram o direito de se manifestarem ou se defenderem publicamente. Foram presos e isolados. Até mesmo os bispos encontraram dificuldades para visitá-los. A defesa desses religiosos perante a sociedade ficava a cargo dos advogados e da cúpula da Igreja. Os motivos que os condenavam como subversivos dificilmente eram divulgados e quando apresentados à imprensa, o era por meio de fontes oficiais, como ocorreu com os religiosos franceses (Figura 5). Embora as fontes oficiais tenham apresentado este depoimento na íntegra, com a confissão de um dos sacerdotes, nada se sabe sob quais condições foram obtidas essas declarações, ou seja, se houve algum tipo de violação física ou psicológica.

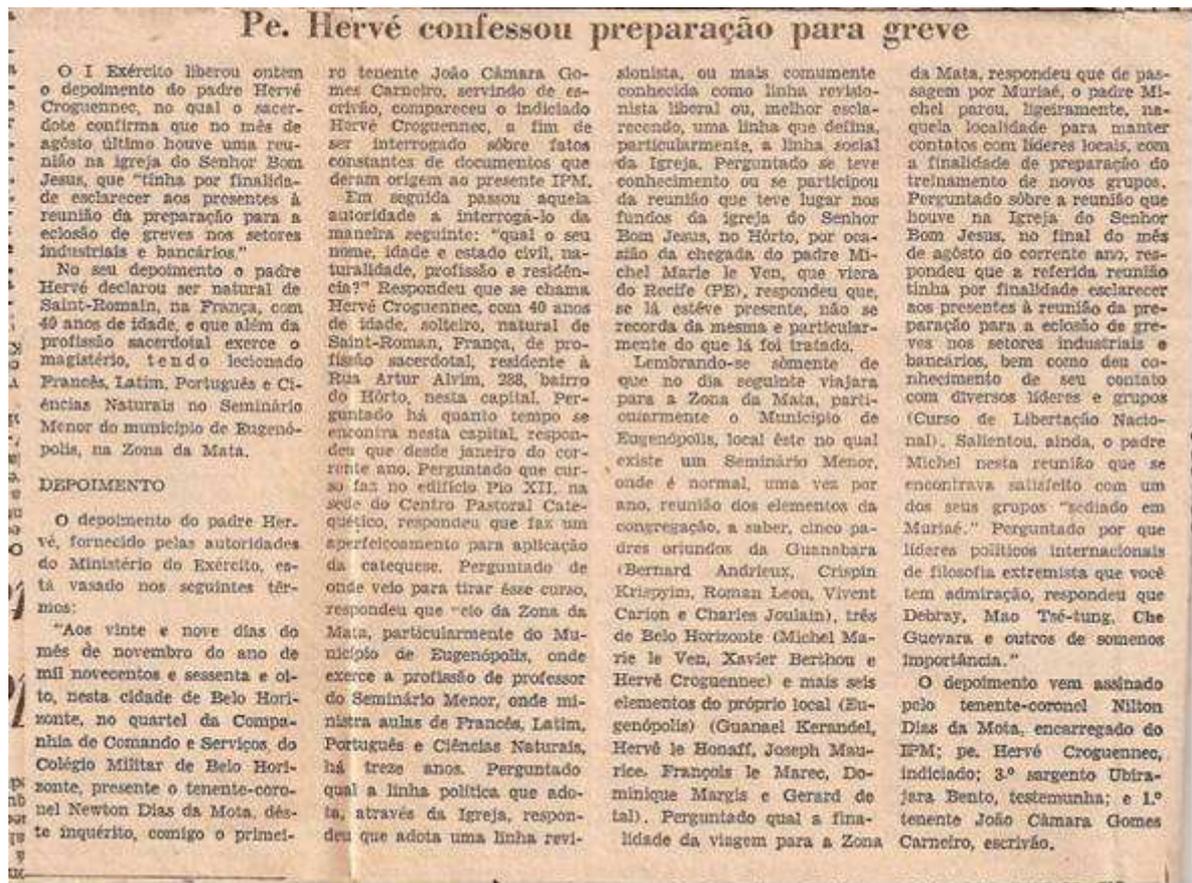


Figura 5: Depoimento do Padre Hervé Divulgado pelo Exército à Imprensa
Fonte: *Jornal do Brasil* (11/12/68)

De todas as matérias analisadas, o referido depoimento foi o único divulgado pelas fontes oficiais, que pouco apareceram para esclarecer os acontecimentos, isto é, para elucidar os reais motivos pelos quais os religiosos foram acusados de subversivos.

Das 53 matérias analisadas, apenas 15 notícias (28,3%) citam fontes oficiais, como fontes principais ou não. No caso dos religiosos franceses, as fontes oficiais foram representadas pelo general Álvaro Cardoso, da Infantaria Divisionária da 4ª Região Militar de Belo Horizonte e pelo general Sizeno Sarmiento, do Comando do I Exército. As fontes oficiais do caso dos dominicanos foram os delegados do DOPS, entre eles, um dos mais temidos da época, Sérgio Fleury¹⁸, e o secretário de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, o coronel Jaime Mariath. Sobre o padre Zufferrey, manifestou-se o Departamento da Polícia Federal. Sobre a expulsão do país do padre Jentel, falou o Ministério da Justiça. Com relação a dom Pedro Casaldáliga, pronunciaram-se o assessor de imprensa da presidência, Coronel

¹⁸ O delegado Fleury é descrito por Serbin (2001, p.346) como "um torturador brutal e que dirigiu um esquadrão da morte em São Paulo".

Toledo Camargo, e a assessoria de imprensa do Ministério da Justiça. No caso do dom Casaldáliga, as fontes oficiais tiveram uma atitude mais de autodefesa do que de acusação, diferentemente do que ocorreu com os religiosos franceses e dominicanos, quando sua postura foi de acusação. Elas defendiam-se das denúncias dos bispos de que o governo expulsaria do país o bispo de São Félix do Araguaia, A seguir, apresentam-se, respectivamente, o pronunciamento do assessor de imprensa da presidência da República e a nota da assessoria de imprensa do Ministério da Justiça:

Eu achei estranho quando vocês me falaram, porque o Ministro da Justiça não está em Brasília e o Presidente Geisel não veio ao Palácio hoje. Teria que haver uma coisa muito grave para que uma decisão importante como essa fosse tomada repentinamente. Não há nada sobre o assunto no Ministério da Justiça, posso garantir - disse Camargo (*O GLOBO*, 30/07/1977).

Alguns jornais publicaram notícia segundo a qual estaria iminente a expulsão do bispo de São Félix do Araguaia, d. Pedro Casaldáliga. Com base nessa notícia, formularam-se declarações e críticas ao governo, injustas e descabidas, porque sem a menor procedência. A assessoria de imprensa do gabinete do ministro da Justiça esclarece que não existe processo de expulsão de d. Pedro Casaldáliga (*FOLHA DE S. PAULO*, 2/8/77).

Apenas 15 notícias das 53 analisadas citaram fontes oficiais. Isto não significa que a imprensa tenha oferecido pouco espaço às fontes oficiais, elas eram, porém, de difícil acesso. De acordo com Marconi (1980, p.99), “os atos das autoridades não deviam ser questionados ou discutidos”.

Para Marconi, tão grave quanto a violência policial foi a dificuldade que os jornalistas tiveram no processo de coletas de informação. Médici e Geisel, os dois presidentes que governaram o país no período analisado (de 1968 a 1977), eram inacessíveis. O presidente Médici raramente atendia os jornalistas, quando o fazia os profissionais eram selecionados previamente e as perguntas apresentadas com antecedência, no dia da coletiva ele apenas lia as respostas prontas. O presidente Geisel “não concedeu nenhuma entrevista formal no Brasil durante seus cinco anos de presidência, aceitando apenas responder algumas perguntas de jornalistas brasileiros em suas viagens ao exterior” (MARCONI, 1980, p.99). Os jornalistas muitas vezes tiveram de se contentar com *press-releases* oferecidos pelas assessorias de imprensa das fontes oficiais, como se observa, por exemplo, na manifestação da assessoria de imprensa do Ministério da Justiça. Nenhuma entrevista coletiva ou exclusiva foi concedida por qualquer autoridade autorizada para falar sobre os casos, com exceção da assessoria de

imprensa da presidência da República, sobre dom Casaldáliga. Percebe-se que as raras falas que constam em algumas matérias, como a do delegado Fleury, partiram da abordagem do jornalista.

Apesar da resistência das fontes oficiais, quando elas se pronunciavam ganhavam destaque na notícia (Figuras 6, 7 e 8).



Figura 6: Delegado Fleury em Destaque na Notícia
Fonte: *O Globo* (14/11/69)

Ministério nega estudo para expulsão de bispo

BRASILIA (O GLOBO) — O Ministério da Justiça negou ontem, em nota distribuída à imprensa, que exista processo de expulsão do Bispo de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, e considerou "injustas e descabidas, porque sem a menor procedência, as declarações e críticas ao Governo feitas após a notícia de que a expulsão estaria iminente".

Esta é a primeira vez que o Ministério da Justiça se manifesta desde que, no início do ano, Dom Geraldo Sigaud, Bispo de Diamantina, acusou Dom Pedro Casaldáliga de comunista e pediu a sua expulsão do País.

No fim da última semana o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Ivo Lorscheider, os bispos de Goiânia, Dom Fernando Gomes, e Goiás Velho, Dom Tomás Balduino, disseram ter recebido de fontes fidedignas a informação de que a expulsão de Dom Pedro era iminente.

A nota

É a seguinte a nota do Ministério da Justiça:

"Alguns jornais publicaram notícia segundo a qual estaria iminente a expulsão do Bispo de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga. Com base nessa notícia, formularam-se declarações e críticas ao Governo, injustas e descabidas, por que sem a menor procedência. A Assessoria de Imprensa do Gabinete do Ministro da Justiça esclarece que não existe processo de expulsão de Dom Pedro Casaldáliga. Brasília, DF, 1 de agosto de 1977".

Lacuna

O presidente do Conselho Indigenista Missionário e Bispo de Goiás Velho, Dom Tomás Balduino, manifestou ontem o seu apoio ao trabalho que Dom Pedro Casaldáliga vem desenvolvendo na Prelazia de São Félix do Araguaia, e lamentou "a lacuna que sua saída do Brasil deixaria."

Apoio à CNBB

Ontem, a CNBB recebeu da Conferência Episcopal Francesa telegrama de apoio e solidariedade nos seguintes termos: "Em

nome da Conferência Episcopal Francesa vos asseguro apoio fraternal na defesa dos Direitos do Homem e preocupação comum à prática do Evangelho. Paul Huet Pleuroux."

A CNBB recebeu ainda outras manifestações de apoio. "O Movimento Cursilhos de Cristandade do Brasil renova total solidariedade CNBB, visto referida medida atingir frontalmente a presença e a unidade da Igreja na realidade brasileira. Padre Geraldo." Também o Arcebispo de Belo Horizonte, Dom João Resende Costa, em nome dos bispos de Minas Gerais e Espírito Santo enviou mensagem de solidariedade à posição da CNBB em defesa de Dom Pedro.

Dom Alberto Ramos, Arcebispo de Belém, em nome dos bispos do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará, também manifestou apoio e solidariedade à posição da CNBB pela permanência, no Brasil, do bispo Dom Pedro Casaldáliga. Antes, a CNBB já havia recebido apoio dos bispos de Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso.

Núncio com Silveira

BRASILIA (O GLOBO) — O Núncio Apostólico, Dom Carmine Rocco, disse ontem, após reunir-se com o Chanceler Azeredo da Silveira no Itamaraty, que a expulsão do Bispo de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, é contraproducente e duvidou que isso possa acontecer.

Dom Carmine endossou o pronunciamento em defesa de Casaldáliga feito pelo secretário-geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Ivo Lorscheider, por entender que "um Bispo tem que ser contra a expulsão de outro Bispo, como os jornalistas são contra a prisão de outro jornalista".

Sobre João Henrique Cordeiro Filho e Jorge Medeiros Vale que se encontram há algumas semanas na sede da Nunciatura Apostólica aguardando resposta para seus pedidos de asilo, disse Dom Carmine:

— Estive alguns dias fora e estou mal informado, mas agora começaremos a entrar em contato com as embaixadas que se dispõem a atender a seus pedidos de asilo.

Figura 7: Ministério da Justiça em destaque na Notícia
Fonte: O Globo (02/08/77)



Figura 8: General Siseno Sarmento defende ação do Exército

Fonte: *Jornal do Brasil* (11/12/1968)

A fonte institucional, representada pela CNBB, manifestou-se em todos os casos analisados, em alguns de forma mais ativa na defesa dos religiosos, em outros de forma neutra. Nos casos dos padres franceses, do sacerdote Zufferrey e de dom Casaldáliga, a Conferência posicionou-se claramente ao lado dos religiosos. No caso do padre Jentel, limitou-se a descrever o ocorrido; no dos religiosos dominicanos, os bispos mantiveram-se cautelosos, ou seja, não condenaram, mas também não defenderam. Coincidentemente, esses foram os dois casos que tiveram conseqüências gravíssimas. Padre Jentel foi expulso do país e os dominicanos foram muito torturados. Neste último caso, pode-se dizer que os bispos foram omissos. Alguns chegaram a visitar os dominicanos na prisão, mas não denunciaram o que se passava com eles.

A diferença de tratamento da CNBB em relação aos casos aconteceu conforme seu contexto e sua gravidade. Quando eles ocorreram no final da ditadura, como os do padre Zufferrey e dom Casaldáliga, a Conferência atuou em um momento no qual havia mais liberdade. No caso dos religiosos franceses, em 1968, a censura ainda não estava tão rigorosa como nos anos posteriores e a CNBB encontrou espaço para se pronunciar. Sobre os dominicanos, o silêncio partiu da própria instituição, que não se sentia preparada para falar sobre os fatos (Figuras 9 e 10). Segundo Alves (1979, p. 217), “a reação da hierarquia (da Igreja) foi muito prudente, mas correta”, pois a CNBB não condenou a ação dos religiosos envolvidos com Marighella. “Durante longos meses o episcopado recusar-se-á às condenações

exigidas pela direita, limitando-se a pedir que os acusados seja levados aos tribunais e que o seu direito de defesa seja assegurado” (ALVES, 1979, p.217). O silêncio sobre a expulsão do país do padre Jentel não partiu da Igreja, mas dos militares. O assunto foi censurado e a imprensa, obrigatoriamente, se limitou a divulgar apenas as notas de esclarecimento da CNBB e do Ministério da Justiça. Nos cinco casos analisados, em apenas dois (religiosos dominicanos e padre Jentel) a CNBB foi mais silêncio do que voz. No primeiro, por cautela e insegurança diante dos fatos; no outro por imposição da censura à imprensa.

NA CNBB

Durante a manhã de ontem Dom Aluisio Lorscheider realizou diversos contatos telefônicos com o prior dos Dominicanos em São Paulo. Nenhuma dessas conversações foi adiantada à imprensa, sabendo-se, apenas, que havia uma grande possibilidades de o secretário-geral da CNBB viajar para São Paulo, a fim de se inteirar melhor dos fatos. Foi o que ele fez às 16 horas. Provavelmente hoje deverá, no Rio ou em São Paulo, divulgar alguma nota oficial a respeito.

Os funcionários da CNBB mantêm-se em absoluto sigilo em torno do problema, e mesmo os religiosos declaram-se sem notícias suficientes para divulgação.

Figura 9: O Silêncio da CNBB sobre os Religiosos Dominicanos
Fonte: *Jornal do Brasil* (06/11/69)

PRISÃO

A prisão de Jentel ocorreu em Fortaleza, a cujo arcebispo, dom Aloisio Lorscheider, o padre fora visitar. Detido na sexta-feira pela Polícia Federal, foi enviado no mesmo dia para o Rio de Janeiro. Ficou detido em dependência do Ministério da Marinha, segundo informações da arquidiocese, cujo arcebispo, dom Eugênio Sales, o localizou.

Na mesma sexta-feira chegava ao Rio o arcebispo de Fortaleza, também presidente da CNBB. Reuniu-se com dom Ivo, com dom Eugênio, com assessores. Visitou o padre e, antenontem, retornou a Fortaleza. No Rio, a Conferência manteve-se em intensa expectativa e rigoroso silêncio oficial.

Esse silêncio só foi quebrado quando, sabedora da expulsão, já ao fim da tarde, a Conferência recebeu, de dom Ivo Lorscheider, ordem de divulgar nota oficial, cuja redação foi concluída à noite.

Figura 10: O silêncio da CNBB sobre o padre Jentel
Fonte: *Folha de S. Paulo* (16/12/75)

Apesar do silêncio da cúpula da Igreja em alguns momentos, ela teve presença ativa na imprensa brasileira no que se refere aos cinco casos analisados. Das 53 notícias, 49 (92%) citaram a CNBB como fonte, independente de ser ou não fonte principal (Tabela 9). A presença da instituição na imprensa deu-se por meio da presidência da Conferência, como também por bispos e arcebispos de renome nacional, entre os quais se destacam: dom Ivo Lorscheiter, dom Aloísio Lorscheider, dom Paulo Evaristo Arns, dom Hélder Câmara, dom Avelar Brandão, dom João Rezende Costa, dom Vicente Scherer. Em nome da CNBB e das arquidioceses, também responderam os advogados contratados para defender a causa, entre eles: Gamaliel Heval, sobre os religiosos franceses, e Eduardo Chaves Pandolfi sobre o padre Romain.

Tabela 9: Número de Matérias que Citaram a CNBB como Fonte

Caso	Nº de Matérias/Caso	Nº de Matérias que Citaram a CNBB como Fonte
Padres Michel Le-Ven, Xavier Berthon, Hervé Crouguennac.	10	10
Padres dominicanos	15	14
Padre Jacques Jentel	5	4
Padre Romain Zufferrey	15	13
Dom Pedro Casaldáliga	8	8
Total	53	49

Fonte: Jornais: *Folha de S. Paulo, O Globo, O Estado de S. Paulo e Jornal do Brasil*

Assim como as fontes oficiais obtiveram destaque nas notícias, a CNBB sobressaiu em títulos, subtítulos e imagens em 26 matérias das 53 analisadas. Geralmente, os títulos chamam a atenção para as ações dos bispos (Figuras 11 e 12).



Figura 11: Encontro de Dom Rossi com Presidente Médici
Fonte: *O Estado de S. Paulo* (20/11/69)

D.Aloísio vai ao Recife para ouvir o padre Romain

Das sucursais

Fontes eclesiais informaram, ontem, no Recife, que está marcado para amanhã um encontro entre o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB —, dom Aloísio Lorscheider, e o padre suíço Romain Zufferey, assessor eclesial do movimento Ação Católica Operária, ameaçado de expulsão do País. Em Salvador, o cardeal Avelar Brandão Vilela, ao comentar a situação do padre suíço, considerou "absurda a expulsão".

Dom Aloísio Lorscheider conversou rapidamente com o arcebispo de Olinda e Recife, dom Hélder Câmara, sobre o assunto, ao passar por Recife, a caminho de Lagoa Seca, na região do Brejo paraibano, onde foi encerrar um encontro de religiosos. Logo após a reunião com o padre Romain Zufferey, dom Aloísio Lorscheider dará entrevista coletiva à imprensa, na sede da Arquidiocese de Olinda.

Hoje, às 20 horas, no Colégio Marista, localizado no centro do Recife, será iniciada uma vigília para meditar sobre o processo de expulsão do padre Romain Zufferey. Ao explicar o sentido da vigília, dom Hélder Câmara lembrou que o capítulo 12, versículo V, dos Apóstolos, revela que, "enquanto Pedro estava preso, a Igreja inteira rezava incessantemente por ele".

Dom Hélder Câmara afirmou ainda que a pressão sobre padres estrangeiros não se limita apenas ao Recife e nem mesmo ao Brasil. "Faz parte de um plano latino-americano de repressão à atividade social da Igreja, plano já denunciado pela CNBB e por episcopados de outros países de nosso Continente", acrescentou. Segundo o arcebispo, "mais da metade dos padres que trabalham no Brasil nasceu fora do País".

D. AVELAR

O arcebispo de Salvador e pri-

maz do Brasil, cardeal Avelar Brandão Vilela, depois de historiar o intercâmbio de missionários na vida da Igreja e ressaltar sua contribuição para a formação da sociedade brasileira, afirmou que "é natural a presença dos padres de outros países que trabalham a serviço da comunidade brasileira", explicando que "um ou outro caso de inadaptação, que porventura tenha havido, não pode justificar medidas de ordem geral nem indisposições apressadas".

GRUPO MOISÉS

Em Salvador, um movimento religioso ecumênico denominado "Grupo Moisés" divulgou, ontem, um documento denunciando "a medida arbitrária iniciada pelas autoridades, visando à expulsão do País do padre Romain Zufferey". No documento, o "Grupo Moisés" manifesta sua solidariedade ao padre suíço e a "toda iniciativa da Igreja de Olinda e Recife".

"Percebemos que o ministro da Justiça não está denunciando apenas um padre, mas atinge a classe operária em seu anseio de libertação. Este fato, longe de enfraquecer nosso apoio à luta dos trabalhadores — que representa a libertação evangélica do homem explorado e oprimido — fortalece nosso compromisso e nossa esperança", diz o documento. O "Grupo Moisés" reconhece ainda que o trabalho do padre Romain Zufferey, há 15 anos no País, e apóia os trabalhos da Ação Católica Operária. "cada vez mais verdadeiros, mais tristemente de acordo com a realidade dos trabalhadores do Nordeste".

O grupo conclui o documento com votos para que "o episódio estimule a Igreja do Brasil a colocar-se sempre mais a serviço dos trabalhadores, acreditando nas aspirações operárias, e apresse o dia em que a classe trabalhadora possa alcançar sua libertação".

Figura 12: Ação de dom Aloísio é título de notícia
Fonte: *O Estado de S. Paulo* (20/07/77)

A presença da CNBB na imprensa brasileira, durante os anos de chumbo, em defesa

dos sacerdotes e dos direitos humanos, comprova que a instituição foi uma fonte de informação acessível, apesar dos momentos de silêncio, e que suas estratégias de agendamento da imprensa obtiveram sucesso, ou seja, foram emplacadas, ganhando muitas vezes destaque nas notícias.

Ao se posicionar a favor dos religiosos, a Conferência estava simultaneamente defendendo os direitos humanos, duramente violados pela ditadura. Houve campanhas contra a violação dos direitos humanos que não foram divulgadas pela imprensa, devido à censura, mas que estiveram, no entanto, nas discussões dos bispos e em seus diálogos com os militares. Serbin (2001, p.346) recorda que

Os ataques, aos quais a polícia se referia como “Operação Rapa da Igreja”, tinham o claro objetivo de minar a atividade política das bases e a defesa dos direitos humanos. No Brasil, a censura manteve a operação fora do noticiário, mas o jornal The New York Times publicou matéria que interpretava as ações dos militares como uma “limpeza” contra a Igreja.

Apesar da censura imposta à imprensa sobre o assunto, percebe-se, a partir da defesa dos casos dos religiosos pela CNBB, os apelos da Conferência em prol dos direitos humanos e da luta contra as acusações de subversão.

6.3 SUBVERSÃO E DIREITOS HUMANOS

A perspectiva do acontecimento dado como notícia é de suma importância para as diversas forças sociais que disputam visibilidade no espaço público do jornalismo, pois o leitor pode, muitas vezes, tomar conhecimento dos fatos apenas pela imprensa. Pequenos detalhes podem causar enorme diferença na interpretação dos fatos. O jornalista sabedor disso, às vezes o faz de forma intencional. O leitor, porém, pode não perceber isto, a não ser que conheça os fatos além dos jornais ou conheça bem a linha editorial do veículo de comunicação e faça uma leitura crítica das notícias.

Nos cinco casos analisados, observou-se que a cobertura da imprensa oscilou entre duas perspectivas: a da subversão e a dos direitos humanos, ou seja, entre a ótica oficial, dos militares e a da Igreja.

A primeira perspectiva é percebida inicialmente a partir dos rótulos dados aos padres,

seja pela imprensa seja pelas fontes oficiais, e pelo destaque que esses rótulos recebem.

As notícias geralmente não apresentam a expressão ‘religiosos subversivos’, mas ‘religiosos acusados de subversão’ ou ‘religiosos acusados de práticas subversivas’. Esta é uma forma de evitar a opinião do jornal sobre os casos, dado que o termo ‘subversão’ era usado pelos militares.

Conforme a Lei de Segurança Nacional, a subversão atinge todos os grupos manipulados pelo comunismo internacional. “Nem todos esses grupos se engajam numa ação violenta, mas sua ação, mesmo pacífica, é solidária com as ações violentas: são violentos por contágio, e porque o comunismo internacional prega a violência permanente” (COMBLIN, 1980, p.86).

Para os militares, a subversão compreendia três setores sociais vigiados atentamente pelo Serviço de Inteligência: “o movimento sindical, as universidades e a Igreja Católica, ou pelo menos a ‘Igreja revolucionária’, os católicos de esquerda” (COMBLIN, 1980, p.86).

Qualquer envolvimento de religioso com movimentos sindicais, universitários ou mesmo com as pastorais da Igreja Católica era considerado subversivo. Observa-se também que a subversão foi associada a outros termos de forma a denegrir a imagem do acusado.

Das 53 notícias em estudo, 8 apresentaram algum tipo de expressão pejorativa (Tabela 10), estas notícias referiam-se somente a dois casos: dos religiosos franceses e dominicanos.

Tabela 10: Expressões Metafóricas

Caso	Nº de Matérias/Caso	Nº de Matérias que Citaram Expressões Metafóricas Pejorativas	Expressões Metafóricas Usadas
Religiosos franceses	10	2	“elementos” e “pregações subversivas”
Religiosos dominicanos	15	6	“elementos”, “clérigos de esquerda”, “terrorista”, “subversivo”, “ligação com terrorista”, “padres demolidores”, “padres do terror”
Total	25	8	

Fonte: *Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo, O Globo*

Das expressões metafóricas usadas, 3 notícias revelam que a fonte oficial foi responsável pela expressão usada (pregações subversivas, terrorista, subversivo e elementos); 4 notícias mostram que o jornalista/jornal foi quem usou a expressão (padres demolidores, padres do terror, ligação com terrorista, elementos, terrorista, clérigos de esquerda); apenas 1 notícia apresenta a declaração de um sacerdote de Porto Alegre, padre João Schmidt, considerado

conservador e que criticou a atuação dos padres, falando em terrorismo (Figura 13).

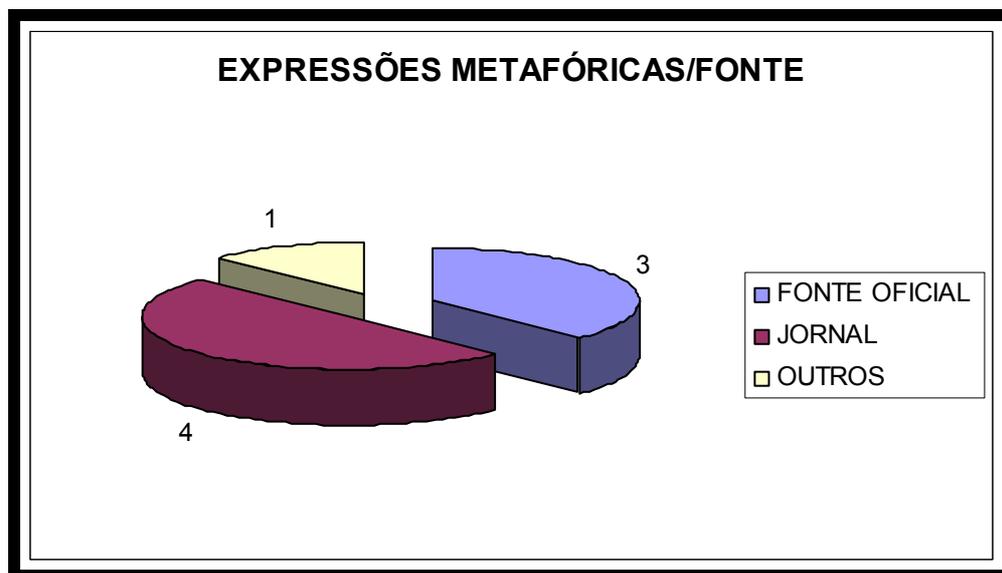


Figura 13: Expressões Metafóricas/Fonte
Fonte: *Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo, O Globo*

Das oito notícias que apresentaram essas expressões, duas foram citadas pelo *Jornal do Brasil*; duas, pelo *O Estado de S. Paulo*; quatro, pelo jornal *O Globo* (Figura 14). Este último jornal usou as expressões mais pejorativas como ‘padres demolidores’, ‘padres do terror’, ‘elementos’ e ‘atividades terroristas’ e foi o único a dar destaque a essas expressões (Figuras 15 e 16).

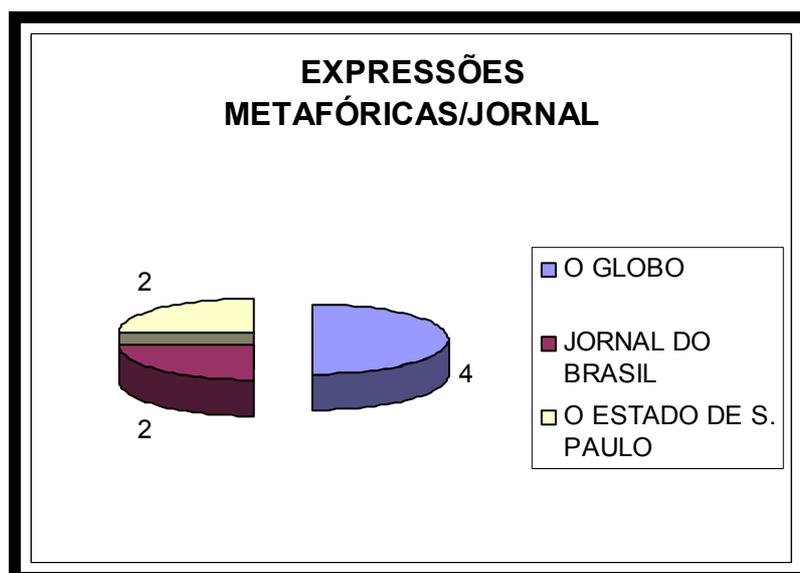


Figura 14: Expressões Metafóricas/Jornal
Fonte: *Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo, O Globo*



Figura 15: Expressão Pejorativa ganha Destaque na chamada da Notícia
Fonte: *O Globo* (6/12/69)



Figura 17: Jornal não dá destaque a Expressão Metafórica usada na Notícia

Fonte: *Jornal do Brasil* (11/12/68)

A atuação da Igreja como fonte de informação e como promotora de notícia foi muito expressiva para que o enfoque da subversão não fosse o único das notícias. A sua atuação na defesa dos sacerdotes, dos direitos humanos e na defesa da sua própria imagem também foi notícia. Segundo Serbin (2001, p.318),

embora os bispos ficassem na defensiva quanto à subversão, partiam para a ofensiva quanto o assunto eram os direitos humanos. Do ponto de vista da Igreja, os atritos diminuiriam se o governo libertasse pessoas injustamente acusadas e pusesse um fim aos maus-tratos contra seus prisioneiros. O ponto fraco da Igreja eram os padres radicais e bispos excessivamente francos, o do regime, torturadores e carrascos.

Em suas notas e declarações, os bispos eram enfáticos em seus apelos para que se respeitasse os direitos humanos (Figura 18), sobretudo a partir dos anos 70, quando a “CNBB tornou-se a voz nacional da Igreja brasileira, divulgando declarações críticas contra as violações dos direitos humanos e a injustiça social econômica. Dom Aloísio e dom Ivo eram os líderes mais importantes” (SERBIN, 2001, p.321). Antes dos anos 70, a CNBB aparece nos jornais com postura mais defensiva em relação às acusações dos militares (Figura 19); no final dos anos 70, sua atuação perante a imprensa foi mais de denúncia e crítica (Figura 20). Situação inversa aconteceu com os militares. Nos primeiros anos do regime, seu posicionamento foi de acusação (Figura 21); no final da década de 70, eles assumiram postura de defesa ante as denúncias dos bispos (Figura 22).

Dom Agnelo só quer direitos humanos

São Paulo (Sucursal) — O Cardeal-Arcebispo Dom Agnelo Rossi divulgou comunicado, ontem à noite, pedindo a observância dos direitos humanos para os religiosos envolvidos no episódio que culminou com a morte do líder comunista Carlos Marighela, e condenou qualquer tentativa de generalização.

Assinalou Dom Agnelo Rossi que não reivindica privilégios e regalias, e deixou claro o desejo de que "dêsses acontecimentos traumatizantes possa surgir ainda um clima de entendimento e união em nosso país e o povo possa guardar sua confiança na retidão de intenções e de ação da Igreja no Brasil."

A NOTA

É o seguinte, na íntegra, o comunicado distribuído pelo presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil:

"Regressando dos trabalhos do Sínodo, defronto-me com os dolorosos acontecimentos dos últimos dias, nos quais estão envolvidos inclusive alguns sacerdotes e seminaristas da Ordem Dominicana. Como presidente da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e como Arcebispo Metropolitano, tenho o máximo empenho em conhecer, para além do noticiário da imprensa, a exatidão dos fatos. Enquanto não me é possível formular e emitir um juízo exato sobre os episódios, desejo ao menos dirigir uma palavra aos católicos de São Paulo e aos homens de meu país:

1. Não tememos enfrentar os fatos desde que eles sejam averiguados, acima das paixões, na verdade e na justiça.

2. Como em outros episódios, não reivindicamos para sacerdotes e religiosos, só porque o são, regalias e privilégios. Mas creio dever reclamar para eles, como para quaisquer cidadãos, a observância dos direitos humanos quer na sua defesa quer no tratamento que recebem.

3. Declaro que não podemos aceitar, por serem (semi-)evangélicos e ate contrários ao bem-estar de nosso país, métodos de violência e de terrorismo. Mesmo ainda podemos concordar com a participação, na prática destes métodos, de sacerdotes, religiosos e de seminaristas ou candidatos à vida religiosa.

4. Devo repelir porém, com igual energia, que, com qualquer intuito, a culpa pessoal de alguns, mesmo comprovada, seja generalizada para toda uma família religiosa, todo o clero — e até toda a Igreja. Igualmente rejeito, como presidente da Comissão Central da CNBB, que se confunda malévola e na mesma condenação a ação mal orientada de alguns com os propósitos e atividades de inúmeros bispos, sacerdotes ou leigos que, na mais profunda fidelidade ao espírito da Igreja, de acordo com as normas do Vaticano II e da Conferência de Medellín, se consagram a um trabalho de evangelização que os aproxima dos pobres e os empenha numa tarefa de autêntica promoção humana.

5. Alimento o desejo e a esperança de que destes acontecimentos traumatizantes possa ainda surgir um clima de entendimento e união em nosso país e o povo possa guardar sua confiança na re-

tidão de intenções e de ação da Igreja no Brasil, que quer manter-se fiel a Cristo e à orientação do Papa Paulo VI."

(10.11.69)
A CHEGADA

Dom Agnelo Rossi chegou ao Aeroporto de Viracopos às 7 horas, negando-se a qualquer pronunciamento sobre o envolvimento de religiosos no processo de subversão.

Logo pela manhã esteve na cidade de Jundiaí, em visita a familiares, e à tarde dormiu para "descansar da extensa viagem", segundo fonte do Palácio Episcopal, que se negou a confirmar se o Cardeal terá ou não a anunciada reunião com o secretário-geral da CNBB, Dom Aluísio Lorscheider.

De passagem pelo Rio, em sua volta de Roma, Dom Agnelo Rossi antecipou alguns termos da nota que distribuiu à noite: "Não se pode generalizar acontecimentos como esse, a fim de evitar juízos errôneos: são atos isolados que não atingem a Ordem dos Dominicanos, cuja atuação e dedicação eu sou testemunha e não posso deixar de ressaltar."

O Cardeal-Arcebispo de São Paulo informou que tomou conhecimento dos fatos no Brasil através da imprensa italiana de maneira muito superficial.

— Infelizmente, a imprensa européia, quando se reporta ao Brasil, sempre o faz de uma forma muito depreciativa e distorcida, razão pela qual fica difícil fazer um juízo correto do que eles noticiam.

Figura 18: Apelo de Dom Agnelo sobre os Direitos Humanos
Fonte: *Jornal do Brasil* (11/11/69)

CNBB admite equívocos mas adverte que só Igreja pode julgar pregação

Embora admita a existência de "equivocos entre alguns membros da Igreja", a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em nota oficial, advertiu ontem que "o juízo sobre a pregação de Evangelho, autêntica ou não, é de competência exclusiva das autoridades eclesásticas."

O documento — a respeito da prisão de religiosos em Minas — acatou que "a exigência de transformações que propugna pela mudança da ordem econômica, política, social e cultural manifestadamente injusta, não deve ser confundida com subversão de autênticos valores humanos e cristãos que todos nós queremos preservar."

A NOTA

Ela, na íntegra, a nota da CNBB que leva a assinatura do seu presidente, Cardeal Agnelo Rossi, e de seu secretário-geral, Dom Aluísio Lorscheider:

"As acusações que, dia a dia, mais se avolumam contra a Igreja em nosso país pedem um esclarecimento autorizado por parte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

A Igreja, em seus membros, é fechada de subversiva. Se a Igreja, em seus atuais, reivindica uma participação ativa na procura do desenvolvimento integral do homem e de todos os homens, ela não está esboçando de seu campo específico que é o religioso: esta procura é parte intrínseca de sua missão de serviço à humanidade. Mas ela está ao mesmo tempo consciente que a sua única motivação nasce da palavra de Cristo, do Evangelho, que deverá encorajar-se sempre mais em todos os campos da atividade humana, seja o político como o econômico, o social e o cultural.

As reformas, isto é qualquer sistema econômico, político, social e cultural de inspiração atea e materialista, ela considera sua visão integral do homem liberto de qualquer servidão, e ao procurar a busca cristã da justiça ela visa aquela emancipação total que permita ao homem usufruir da liberdade dos filhos de Deus.

Isto exige em nossos dias transformações profundas em nós mesmos e na sociedade. Portanto, esta exigência de transformações que propugna pela mudança de uma ordem econômica, política, social e cultural manifestadamente injusta não deve ser confundida com subversão de autênticos valores humanos e cristãos que todos nós queremos preservar.

Esta linha de conduta da Igreja há muito

de nossas autoridades corresponde à imagem de honradas e honestidade que todos dela queremos ter. Devemos registrar no entanto, que estranhamos que não se tenham dado as respectivas autoridades eclesásticas as devidas informações requeridas pelo caso para um possível esclarecimento e defesa das pessoas envolvidas.

Queremos que as justas reivindicações do povo, feitas à sombra de nossa bandeira, não se façam jamais de um modo violento, pois a violência, afirma mais que uma vez Paulo VI, não é evangélica nem cristã.

Infelizmente, nesta quadra delicada para o nosso país, estão surgindo com certa frequência tensões e conflitos, perfeitamente evitáveis se houvesse maior prudência, objetividade e respeito pelos valores básicos da sociedade: verdade, justiça, liberdade e amor. Somente nesta linha logramos a verdadeira paz e compreensão, e se evitarmos os choques entre as pessoas que realmente amam o Brasil e o seu povo."

INVESTIGAÇÕES

O secretário-geral da CNBB, Dom Aluísio Lorscheider, não quis ontem fazer qualquer declaração à imprensa, alegando que o que podia comentar a respeito da prisão dos padres franceses já estava sendo feito na nota oficial.

Sabe-se, entretanto, que a CNBB está investigando as atividades dos padres acusados a fim de saber se as denúncias têm procedência. Todas as regiões e paróquias percorridas pelos franceses estão sendo investigadas. A CNBB procura entrar em contato com testemunhas que possam falar alguma coisa sobre o assunto.

Dom Aluísio Lorscheider chegou ontem à noite de São Paulo, para onde foi debater o problema com Dom Agnelo Rossi. Desde que chegou, mantém-se fechado em seu escritório, de onde sai apenas para almoçar ou jantar.

HORA DE PRUDÊNCIA

O Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara disse ontem ao JB que a nota emitida pela CNBB "grata pelo bom senso, pela objetividade e pela prudência."

— O que sei sobre os padres franceses preso vem da própria imprensa. Não posso me pronunciar sobre o problema porque não estou bem a par das atividades dos padres nem das acusações que lhes são impostas. Além disso, o caso ocorreu em Belo Horizonte, que não é a minha jurisdição. Se fosse no Rio seria diferente. Se pudesse, eu manifestaria

SOLIDARIEDADE



Figura 19: Nos Primeiros Anos do Regime, CNBB defende-se de Acusações
Fonte: *Jornal do Brasil* (5/12/68)

Lorscheiter denuncia

Iminente a expulsão de dom Pedro Casaldáliga

O secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom Ivo Lorscheiter, informou ontem no Rio que recebeu "de fontes fidedignas de Brasília e Goiás um alerta no sentido de que seria iminente a expulsão de dom Pedro Casaldáliga do Brasil". No Palácio do Planalto, em Brasília, esta informação não foi confirmada nem desmentida. O mesmo se deu com a Nunciatura Apostólica.

Diante da ameaça iminente da expulsão de dom Pedro, afirmou dom Ivo Lorscheiter, "o secretário geral da CNBB apela intensamente aos órgãos responsáveis do governo para que um ato de injustiça e hostilidade à Igreja não se consuma".

A notícia foi dada por volta das 15hs. Imediatamente as declarações que dom Ivo Lorscheiter fez aos jornalistas foram enviadas, de início, a todos os 13 secretariados regionais da CNBB. O Secretário-Geral esclareceu, nessas mensagens, acabar de ter sido informado da possível iminência da expulsão do bispo espanhol.

Ouvido por telefone, o padre Leopoldo Belmonte, vigário geral da Prelazia de São Félix do Araguaia, da qual dom Pedro é bispo afirmou que a informação prestada por dom Ivo é a mesma que colheu "de fonte geralmente bem informada". Acrescentou ainda que espera a orientação do secretário-geral da Conferência. Na mesma situação ter-se-ia colocado dom Pedro Casaldáliga, que está em São Félix. A notícia foi-lhe transmitida pelo sacerdote.

Lembrando que "a expulsão seria fato sem precedentes na história do Brasil", o padre Leopoldo Belmonte falou como se a punição fosse tida como certa: "Ela seria lamentável porque abriria uma brecha na Igreja. Todavia, o povo sofrido é que vai ser atingido".

PROTESTO

O cardeal de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, na condição de presidente da Comissão Episcopal, enviou ao secretário da CNBB telegrama onde afirma que os bispos paulistas "renovam total solidariedade à CNBB e a dom Pedro Casaldáliga, não admitindo nem mesmo a possibilidade que venha o governo de nossa terra expulsar um bispo dedicado aos pobres, ferindo tão violentamente os sentimentos cristãos e católicos de nosso povo".

Já na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, revelava-se que não há intenção de buscar informações junto ao governo. O presidente da CNBB, dom Aloisio Lorscheiter, está em Costa Rica, cumprindo funções do CELAM.

OS RUMORES

No Rio, o cardeal arcebispo dom Eugênio de Araújo Sales, um dos mais bem informados membros do episcopado brasileiro, revelava que a notícia transmitida por dom Ivo circulou anteriormente entre os 21 bispos brasileiros, argentinos, uruguaios, paraguaios e chilenos que



participaram de um encontro promovido pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), do qual dom Aloisio é presidente.

Dom Ivo, como secretário-geral da CNBB, e dom Eugênio Sales, como convidado especial, estavam presentes. Segundo o cardeal, a informação foi inicialmente transmitida aos bispos por dom Luciano Cabral Duarte, arcebispo de Aracaju, que também participou da reunião. A versão não chegou ao conhecimento dos jornalistas que cobriram o evento.

Mas na entrevista coletiva concedida, na oportunidade, por dom Aloisio e dom Alfonso Lopez Trullilo, bispo colombiano que exerce a Secretaria Geral do Celam, ambos afirmaram que "a Igreja preocupou-se em manter sua autonomia pastoral". Em seguida, defenderam as preocupações sociais da Igreja, disseram que os atritos daí decorrentes originam-se "na falta compreensão de sua missão", e reafirmaram o respeito da instituição pelo poder civil.

Também afirmaram que a Igreja age pela concordia e pela harmonia sociais. E reconheceram que alguns clérigos "podem se exceder, porque não somos imunes às falhas". Mas os erros "asseguraram deveriam ser sanados pelas respectivas Conferências Episcopais".

Dom Ivo que assistia à Conferência lembrou aos jornalistas que eles "não deveriam deixar de passar amanhã, hoje, na Conferência", e provável que, ao contrário do que julgaram os repórteres, ele não estaria se referindo a posição da CNBB quanto ao plano de distribuição de anticoncepcionais.

A ACUSAÇÃO

Dom Pedro Casaldáliga, que é espanhol, e dom Tomás Balduino, bispo prelado de Goiás Velho, foram logo após a 15.ª Assembleia Geral da CNBB, acusados de comunistas infiltrados na hierarquia católica. O acusador dom Geraldo de Proença Sigaud pediu a expulsão de Casaldáliga.

Há uma semana, a sucursal do Rio do jornal "O Estado de S. Paulo" e o escritório carioca da agência internacional "France Presse" receberam um telefonema anônimo, em que se informava que a expulsão do prelado seria questão de dias. Os meios eclesiais ignoravam e nada declararam sobre o fato.

Pouco depois, em Belo Horizonte, ganhavam corpo rumores de que o Vaticano afastaria dom Geraldo Sigaud da Arquidiocese de Diamantina, provavelmente guindando-o a um cargo na Santa Sé, numa promoção cujo sentido seria o de neutralizar o prelado identificado com frequência, na Igreja, como conservador.

COMUNICADO

Em São Paulo a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo emitiu ontem o seguinte comunicado:

"Sumamente preocupada, em consequência de contraditórias notícias e de informações jornalísticas de dúbia interpretação, a propósito da permanência em nosso país do bispo de São Félix do Araguaia, Pedro Casaldáliga, a seção paulista da Comissão Pontifícia Justiça e Paz vem de público externar sua profunda apreensão, uma vez que constituiria flagrante injustiça qualquer ato que implicasse na obrigatoriedade daquele prelado ter que deixar nossa terra onde, de maneira marcadamente evangélica, muito tem feito, até com risco de vida, em favor dos oprimidos, fracos e perseguidos.

"Considera, ademais, esta Comissão, da maior preocupação, a posição que vem sendo assumida pelas autoridades governamentais ao afastar, sumariamente, do convívio dos fiéis, pastores do povo de Deus, mediante o processo de expulsão de sacerdotes e missionários que para aqui vieram a fim de cumprir perante a nossa gente tão sofrida, os desígnios do Cristo, pois semelhante atitude se constitui em mais um episódio dentro da escalada que se observa, com claros objetivos de impedir a atuação evangélica da Igreja."

Figura 20: No final dos anos 70, CNBB parte para a denúncia e crítica
Fonte: Folha de S. Paulo (30/07/77)

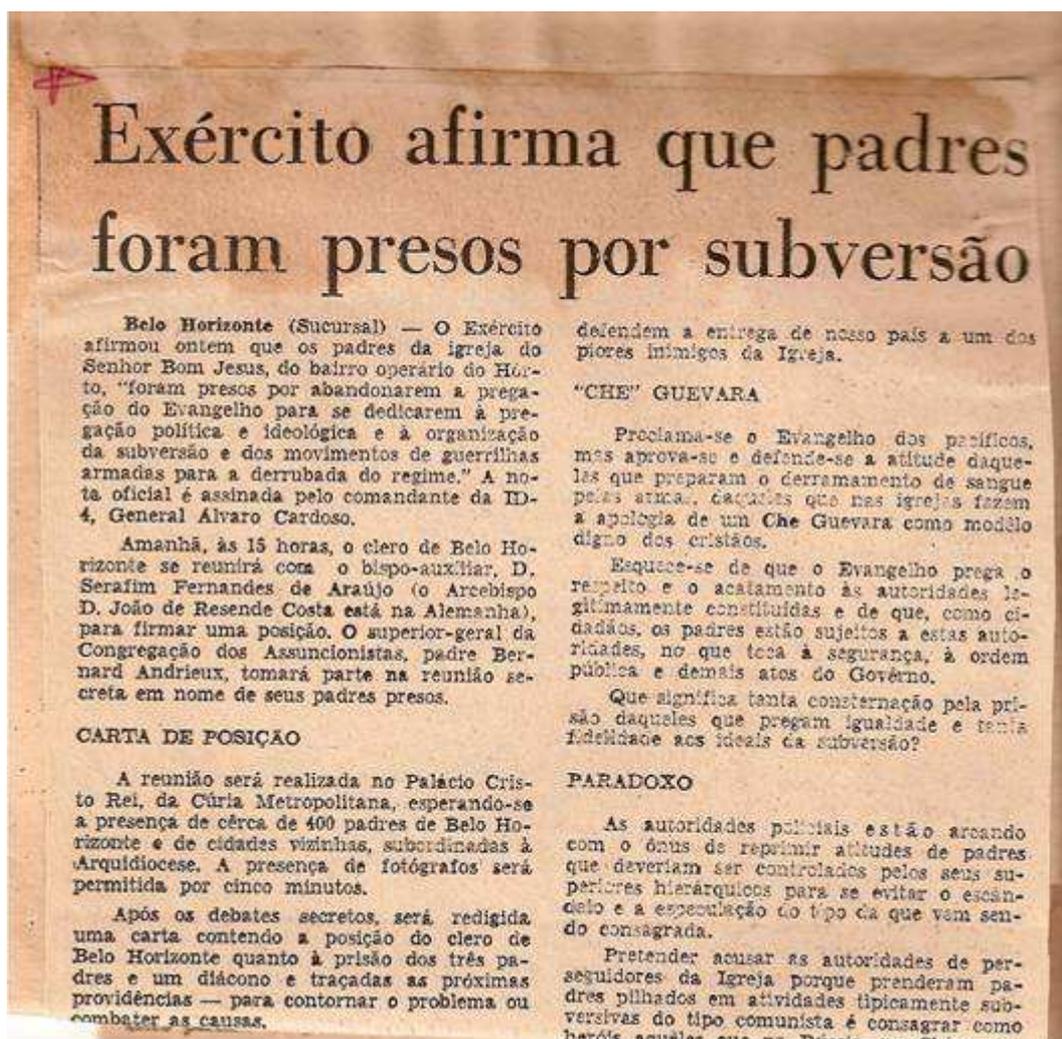


Figura 21: Nos anos 60, Militares acusam Religiosos
Fonte: *Jornal do Brasil* (03/12/68)



Figura 22: Militares defendem-se das Denúncias dos Bispos
Fonte: *O Globo* (30/07/77)

O enquadramento a partir das perspectivas da subversão e dos direitos humanos

estiveram presentes na cobertura dos casos dos religiosos. A análise da cobertura da imprensa mostra que as notícias, quando abordadas sob a perspectiva da subversão, estavam em concordância com um destes contextos: as fontes oficiais se manifestavam; a Igreja silenciava, seguiam a linha editorial do jornal. Neste último aspecto, enquadra-se o jornal *O Globo*, que apoiou a ditadura, embora tenha mudado de posição, ao final dos anos 70. Os demais jornais, em sua maioria, abordaram os acontecimentos de maneira menos tendenciosa, no que se refere à perspectiva da subversão. A Igreja, por meio da CNBB desfrutou de significativo espaço nas notícias analisadas, graças ao seu papel como fonte de informação e como promotora de notícias.

A CNBB conseguiu agendar a imprensa. A maioria das matérias comprova que o enquadramento correspondeu a esse agendamento. A publicação na íntegra de notas divulgadas pela instituição religiosa é um exemplo da correlação entre agendamento e enquadramento. A Igreja, por ser mais acessível que as fontes oficiais, ocupou lugar de destaque nas matérias, ganhando visibilidade, inclusive nos títulos das notícias.

Entre os argumentos da Conferência apresentados à imprensa estavam a injustiça das acusações contra os religiosos e a inobservância dos direitos humanos, pois raramente se sabia os reais motivos das acusações, ou seja, quais os fatos que levavam os religiosos a serem chamados de subversivos pela ditadura. Quando divulgados pelas fontes oficiais, os motivos eram apresentados por meio de notas, sem entrevistas, como aconteceu com o padre francês Hervé Croguennec, em que o Exército divulgou um depoimento do sacerdote. Persiste, porém, a dúvida sob as circunstâncias em que foi tomado esse depoimento.

De forma geral, as notícias não são completas. Ao lê-las, restam muitas dúvidas sobre os fatos, especialmente no que se refere ao processo de prisão ou aos motivos que condenaram os sacerdotes como subversivos. Nota-se que a imprensa só tomava conhecimento sobre os casos, após a ocorrência das prisões. Os militares, os únicos que poderiam explicar os reais motivos, eram fontes de difícil acesso. Nem mesmo os advogados dos religiosos entendiam as acusações. Outra falha das notícias refere-se à situação em que se encontravam os religiosos, quando estavam presos. Apenas duas notícias tiveram a preocupação de evidenciar isto (Figuras 23 e 24).

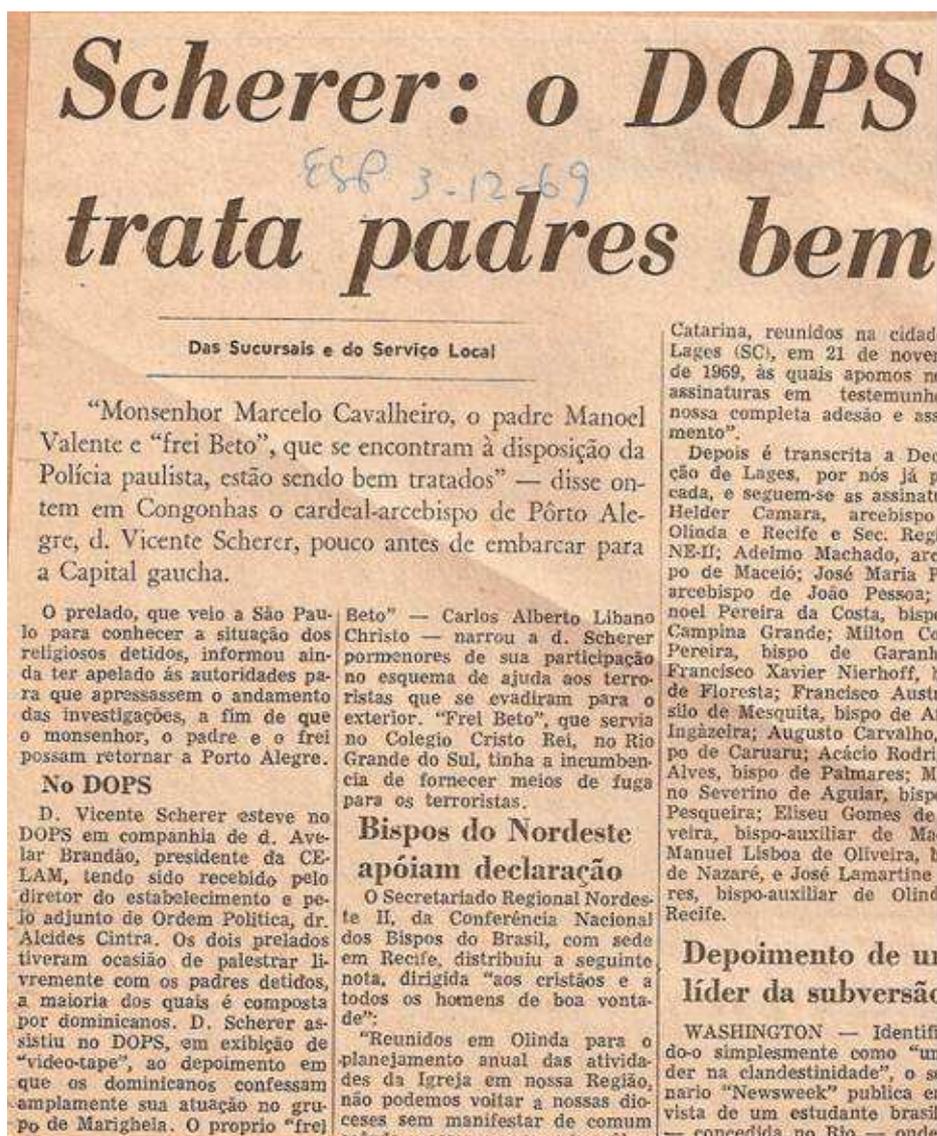


Figura 23: Notícia aborda Tratamento recebido pelos Religiosos Dominicanos na Prisão
Fonte: *O Estado de S. Paulo* (03/12/69)

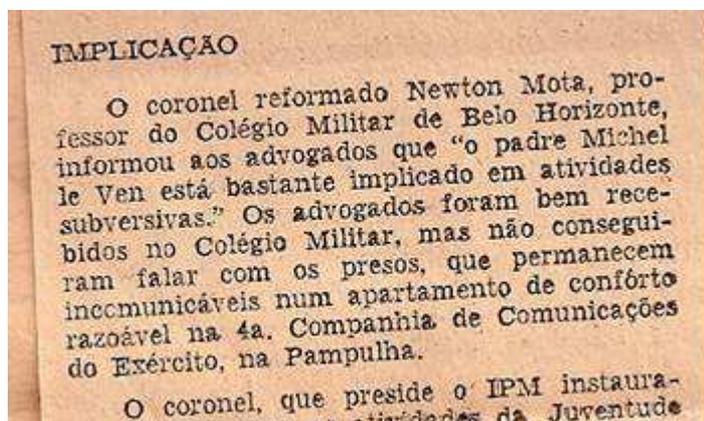


Figura 24: Trecho da Notícia afirma que Franceses estão Incommunicáveis, mas em Conforto
Fonte: *Jornal do Brasil* (03/12/68)

Essas foram as duas únicas notícias que informaram sobre a situação em que se encontravam os religiosos presos. No caso dos dominicanos, a notícia, entretanto, faz referência somente a três sacerdotes presos posteriormente. Quase um mês antes, onze dominicanos haviam sido presos e submetidos à tortura. A segunda notícia apresenta, em pequeno trecho, a informação de uma fonte oficial afirmando que os religiosos franceses, apesar de incomunicáveis, estavam num “apartamento de conforto razoável”. Percebe-se aí a intenção das fontes de passar a imagem de estarem os religiosos sendo bem tratados.

A falta de informação sobre o tratamento que os religiosos recebiam era consequência do silêncio das fontes oficiais. A imprensa não pode ser responsabilizada por essas falhas, justamente por não ter acesso a informações como estas, pois nem as fontes de defesa dos religiosos sabiam em que circunstâncias eles se encontravam.

A ausência de informações, a perspectiva da subversão apresentada por algumas notícias e o silêncio da Igreja em determinados momentos não impediram que a CNBB, por meio de seus bispos, ganhasse visibilidade. Este espaço foi conquistado por meio de estratégias simples, discretas, sem muito alar-me. Mostrou-se, porém, de extrema importância para os rumos dos acontecimentos, não só em relação aos religiosos acusados de praticar atividades subversivas, mas também para toda a sociedade. Embora sem esquecer o rumo tomado pelas ditaduras em países onde a Igreja omitiu-se ante a realidade, fica a pergunta: ‘Se instituições que se opuseram ao regime, como a Igreja, tivessem silenciado, os rumos teriam sido diferentes?’

7 CONCLUSÃO

A análise da cobertura da imprensa sobre os casos dos religiosos franceses, dos dominicanos, do padre Jentel, de dom Casaldáliga e do padre Zufferrey, acusados pelo regime militar de praticar atividades subversivas, mostra a importância do jornalismo como espaço público de mediação, por meio do qual forças sociais hegemônicas e contra-hegemônicas disputaram visibilidade com o objetivo de mostrar à sociedade sua perspectiva sobre os fatos. Estas forças estão representadas, nesta pesquisa, respectivamente, pelo regime militar e pela Igreja Católica.

A Igreja, por meio da CNBB, desempenhou, durante os anos de chumbo, papel expressivo na imprensa em defesa dos religiosos perseguidos. Apesar de a imprensa estar silenciada pela ditadura, as estratégias de agendamento da CNBB obtiveram sucesso, à medida que suas notas e declarações ganharam as páginas jornalísticas.

A instituição religiosa, embora tenha apoiado o golpe de 64, não consentiu com a forma repressiva pela qual os militares agiam. Isso só ficou evidente, entretanto, no momento em que religiosos passaram a ser perseguidos e acusados de comunistas. Até então, a Igreja mantinha-se neutra, em silêncio, procurando manter boas relações com o Estado. Quando, no entanto, se viu na berlinda, colocada entre as acusações e as prisões de sacerdotes, freiras e leigos e a diplomacia com os militares, não teve dúvidas: reagiu.

Em 1968, ano em que foram detidos os sacerdotes Michel Le-Ven, Xavier Berthon, Hervé Crouguennac e o seminarista José Geraldo da Cruz, todos da Congregação dos Agostinianos da Assunção, a CNBB se fez presente na imprensa, reforçando as manifestações do arcebispo de Belo Horizonte, dom João Renzende Costa, que se posicionou na defesa dos padres.

O mesmo não aconteceu em 1969, quando a Igreja foi mais silêncio do que voz, ao se deparar com a prisão de onze frades dominicanos, entre eles¹⁹: frei Carlos Alberto Christo Libânio (frei Betto), frei Tito de Alencar Lima (frei Tito), frei Fernando de Brito, frei Osvaldo Augusto Resende Júnior, frei Yves do Amaral Lesbaupin, todos acusados de envolvimento com um dos homens mais procurados pelo regime, o ex-deputado Carlos Marighella. As prisões dos dominicanos ocorreram em um dos momentos mais rigorosos da ditadura, um ano

¹⁹ Os nomes citados foram obtidos pelo relato das próprias vítimas apresentado no documentário “Atos de Fé” (2005).

após a decretação do Ato Institucional 5, por meio do qual o governo fechou o Congresso, cassou mandatos, suspendeu direitos políticos, demitiu, aposentou e exilou intelectuais, impôs censura à imprensa, que passou a ser vigiada por censores ou controlada por bilhetinhos contendo proibições. O silêncio da CNBB, naquele momento em que o país era governado pela linha dura do regime, teve repercussões significativas. A insegurança diante dos acontecimentos e a falta de posicionamento perante a imprensa sobre a situação dos religiosos podem ter contribuído para que os dominicanos fossem violentamente torturados, o que levou um dos religiosos, frei Tito de Alencar, ao suicídio. A Conferência dos Bispos não condenou a ação dos padres, mas também não os defendeu perante a imprensa e a sociedade. Ao recordar os acontecimentos, dom Lorscheider²⁰, que na época era secretário-geral da instituição, afirmou enfaticamente: “A Igreja poderia ter feito muito mais”.

O silêncio foi, porém, na maior parte das vezes, uma imposição tanto à Igreja como à imprensa. No caso do padre Jentel, expulso do país em 1975, mesmo que a Igreja falasse, sua ‘voz’ não seria divulgada, porque o assunto sobre o sacerdote estava censurado, inclusive por meio de ‘bilhetinhos’. A imprensa nada podia divulgar sobre Jentel. Nos dias de sua expulsão do Brasil, os jornais limitaram-se a publicar as notas de justificativa do Ministério da Justiça e da CNBB, que apenas esclareceu o que o religioso fazia no país e como ele havia sido preso.

No que se refere às ameaças de expulsão do padre Zufferrey e de dom Casaldáliga, a Igreja voltou a assumir postura semelhante à que teve nos casos dos religiosos franceses. Evidentemente, a expulsão de um bispo do Brasil seria algo alarmante. Chamaria a atenção de diversos segmentos da sociedade, por se tratar de um país de maioria católica. Talvez os militares não quisessem criar tamanha confusão. Em nenhum dos outros casos a CNBB teve uma atuação tão presente, tão forte na imprensa, como nesses dois, sobretudo com relação a dom Casaldáliga. Antes mesmo de se concretizar a informação da possível expulsão do bispo, a instituição já fazia denúncias. Nesse momento, o governo assumiu uma atitude de defesa contra as denúncias da Igreja, negando qualquer possibilidade de o bispo ser expulso do país.

Em todos os casos, a CNBB obteve o espaço de que precisava. Só não o ocupou quando não quis ou quando a imprensa esteve rigorosamente silenciada. Quando o silêncio era uma opção da Igreja, os jornais deixavam claro que ninguém da instituição se pronunciaria. Por diversas vezes, a postura da instituição ganhou destaque nos jornais analisados, mesmo quando ela era só silêncio.

²⁰ Entrevista realizada em outubro de 2006.

O oficial também se fez presente nas notícias analisadas: no primeiro momento, acusando os religiosos e, depois, defendendo-se das denúncias da CNBB. Não foi uma presença constante como a da Igreja, pois as fontes oficiais não eram tão acessíveis. Às vezes, porém, o oficial se fazia presente mesmo quando a imprensa não era atendida, pois havia a autocensura. Por meio deste controle, as fontes oficiais, apesar de não concederem entrevistas, nem terem o costume de publicar notas para esclarecer suas atitudes, agendavam a imprensa através dos bilhetinhos que continham as indicações do que deveria ou não ser publicado, ou seja, do que a imprensa deveria incluir ou excluir da pauta jornalística.

Tendo como base a atuação dos bispos e dos militares, constata-se que, durante a ditadura, o jornalismo foi um espaço público de mediação no qual Igreja e Governo disputaram visibilidade, com o objetivo de tornar públicas suas ações, seus posicionamentos. Como em um regime ditatorial a imprensa é manipulada e controlada, a CNBB teve de assumir postura mais ativa nesse espaço público de mediação, atuando como promotora de notícia. Ela usou estratégias de agendamento para fazer com que seu posicionamento em defesa dos religiosos e de apelo ao respeito pelos direitos humanos alcançasse um público mais amplo: a sociedade. Entre as estratégias de agendamento mais usadas pela instituição destaca-se a divulgação de notas, sobretudo nos casos dos religiosos franceses dominicanos e do padre Jentel. No contexto da censura, as notas da Conferência também foram importantes para a imprensa, que publicou a maioria delas na íntegra. Elas serviram como ritual estratégico, por meio do qual a imprensa deixava claro de quem era a fala, evitando assim possíveis conflitos com os militares. As notas, de certa forma, substituíram as declarações verbais e garantiram à CNBB a não distorção de seus pronunciamentos, evitando também maiores conflitos com o Estado.

Observam-se, além das notas, outras estratégias de agendamento como: a leitura de uma homilia em todas as igrejas da arquidiocese de Belo Horizonte, em defesa dos religiosos franceses, em 1968; a realização de uma vigília em prol do padre Zufferrey, em 1977, promovida pela arquidiocese de Olinda e Recife; a divulgação de manifestações de solidariedade que a CNBB recebia; a realização de encontros com autoridades, como ocorreu entre o presidente da CNBB, dom Rossi, e o presidente Médici, em dezembro de 1969, alguns dias depois da prisão dos dominicanos.

Essas estratégias, de certa forma, proporcionaram à Igreja um espaço expressivo na imprensa brasileira na época da ditadura, tanto que foram registradas mais de três mil matérias, tendo a Igreja Católica como fonte.

O espaço de mediação jornalística, conforme o contexto, a linha editorial do jornal e a postura assumida pela Igreja, em alguns momentos, a favoreceu, em outros, não. Fica evidente, entretanto, que a imprensa não foi um espaço fechado aos posicionamentos da CNBB, em defesa dos religiosos e dos direitos humanos. Apesar de estar dentro dos limites da liberdade, a imprensa cedeu espaço para a manifestação da instituição religiosa. Talvez o único momento que possa ser considerado uma exceção é o período que vai de 1970 a 1974, quando a linha dura dos militares assumiu o poder. Esse contexto, por si, só mereceria uma análise mais profunda sobre o que foi ou não divulgado.

Afirmar que a imprensa brasileira, durante o regime militar, apenas legitimou ou consentiu com a ditadura é ignorar tanto o esforço e o papel desempenhados por muitos jornalistas, como a situação à qual estavam submetidos - num contexto de censura, qualquer oposição poderia provocar a repressão do regime. É também desprezar o papel do jornalista como mediador e representante do leitor no processo de construção das notícias.

Dizer que a imprensa foi um quarto poder é demagógico demais. Houve muitos interesses em questão, inclusive financeiros, de mercado. Jornais e jornalistas que se opuseram à ditadura tiveram sérios problemas. Ao retirar edições de circulação, o regime podia levar o jornal à falência, como ocorreu com o Correio da Manhã. Os jornalistas temiam por seus empregos e pela própria vida.

Houve momentos em que a imprensa consentiu com o governo e momentos em que assumiu postura de denúncia. Esses papéis reforçam a idéia do jornalismo como espaço público de mediação, importante para as diversas forças sociais envolvidas, desde os promotores da notícia até os consumidores, sobretudo quando nele é apresentado o contraditório de forma justa e ética.

Ao iniciar esta pesquisa, na fase da exploração do arquivo, a expectativa era encontrar uma imprensa agressiva com relação aos casos dos religiosos, como evidenciado pelo jornal *O Globo* (06/11/69), que estampou na chamada da matéria a expressão “Padres do Terror”. Enquadramentos com a perspectiva da subversão, como este exemplo, porém foram poucos. Ocorreram sim algumas associações às atividades dos sacerdotes, por meio de expressões pejorativas como subversivos, elementos, terroristas. Foram, entretanto, insignificantes no universo das 53 notícias analisadas, pois em apenas oito essas expressões aparecem.

Outra expectativa não correspondida foi crer que as fontes oficiais controlavam a imprensa de forma mais direta. Esperava-se, além das proibições, a presença dessas fontes

esclarecendo e justificando os motivos da acusação, prisão e expulsão de religiosos. Alguns casos repercutiram meses na imprensa e, nas poucas vezes em que os militares se manifestaram publicamente, não evidenciam-se com clareza as razões das acusações, sempre questionadas pela Igreja.

Não havia transparência nas ações repressivas do regime militar. Os religiosos eram acusados sem saber a causa; a imprensa noticiava sem conhecer as razões, a Igreja defendia ou silenciava, conforme as informações obtidas. Foi um período muito obscuro da história brasileira. Foi difícil para as vítimas do regime, para aqueles que indiretamente foram acusados com elas e também para a imprensa, que encontrou dificuldades para noticiar os acontecimentos, devido à falta de informação quer das fontes oficiais quer das demais fontes.

É muito delicado julgar algumas falhas nas notícias analisadas, sobretudo por se tratar de um contexto em que o silêncio foi a regra e a voz, a exceção. Por exemplo: os jornais não fazem referência às torturas, o que não significa que elas não tenham ocorrido. Trata-se de uma informação omitida pelas fontes oficiais, à qual nem mesmo a Igreja teve acesso. Não foi possível perceber qual o tratamento que esses religiosos tiveram nas prisões. Em apenas dois casos foi relatado brevemente o estado em que os sacerdotes se encontravam. Sobre os religiosos franceses, representantes do Exército informaram que, apesar de incomunicáveis, os padres estavam num apartamento confortável. Sobre os religiosos dominicanos, dom Scherer afirmou que eles estavam sendo bem tratados. A notícia refere-se, porém, a apenas três religiosos presos posteriormente ao grupo dos onze, que foram torturados pelos militares. Havia muitos obstáculos para os jornalistas obterem informações deste tipo, especialmente quando elas deveriam ser prestadas pelas fontes oficiais.

Apesar das dificuldades enfrentadas pela imprensa, das possíveis falhas no processo de construção da notícia, da perspectiva da subversão sob a qual algumas matérias foram apresentadas, trata-se de um momento ímpar da história, que desperta a atenção, que impressiona e do qual é possível sentir orgulho e tristeza simultaneamente. Orgulho pelos que resistiram, que não silenciaram, que arriscaram a própria vida para denunciar. Tristeza por aqueles que sofreram as dores da tortura, da humilhação, pelos que perderam a vida de forma tão brutal. Ao lado destes sentimentos, brota ainda a indignação por ver os direitos humanos elementares - da liberdade de ir e vir, de se expressar, da integridade física e moral - serem violados em nome da lei e da ordem. Por mais que se entenda tratar-se de um contexto muito específico, nada justifica o cerceamento da liberdade, a tortura, a violência. O medo não igualmente justifica que a Igreja, portadora de uma mensagem de justiça e de respeito, tenha

se omitido e só tenha agido quando sentiu na própria pele as conseqüências da ditadura e do seu silêncio.

Como afirmou dom Lorscheider, a Igreja poderia ter ido além do que foi; poderia ter feito mais. As notícias analisadas comprovam que o silêncio da cúpula religiosa e da imprensa permitiu o agravamento da violação aos direitos humanos.

Há que se reconhecer, no entanto, que a atuação da Igreja junto à imprensa foi fundamental para que a repressão não se intensificasse ainda mais. A imprensa foi, sem dúvidas, o meio mais eficaz usado pela instituição católica para defender os religiosos, denunciar os abusos cometidos contra a dignidade humana e criticar a atuação do regime. Nenhum outro meio obteria tanta repercussão nem tanto alcance como os meios de comunicação. A imprensa, espaço público de mediação, foi útil para a CNBB como promotora de notícias e a CNBB foi útil para a imprensa como fonte de informação. Ambas contribuíram assim para as transformações sociais, que culminaram com a redemocratização do país.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Batista de. **As manobras da informação**: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2000. 269p.

ALMINO, João. **O segredo e a informação**: ética e política no espaço público. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. 117p.

ALVES, Maria Helena Moreira. **A Igreja e a política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979. 268p.

_____. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984. 337p.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil nunca mais: um relato para a história**. Petrópolis: Vozes, 2003. 312p.

BARDIN, Lourence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na Comunicação**: da Informação ao Receptor. São Paulo: Moderna, 1995. 239p.

BARROS, Raimundo Caramuru. A CNBB e o Estado brasileiro durante o interlúdio espartano (A Igreja e o Governo Militar de 1964 a 1985). In: Instituto Nacional de Pastoral (Org.). **Presença Pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**: Jubileu de Ouro da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2003. 600p.

BENEDETI, Carina Andrade. **A qualidade da informação jornalística**: uma análise da cobertura da grande imprensa sobre os transgênicos em 2004. Dissertação (mestrado em Comunicação Social). Brasília: UnB, 2006. 167p.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. v.1 e 2, 5.ed. Traduzido por: Carmem C. Varriale. Brasília: Universidade de Brasília, 1993. 666p.

BRANDÃO, Beth; MATOS, Heloísa; MARTINS, Luiz (org). **Algumas abordagens em Comunicação Pública**. Ano I, v. I, n.3. Brasília: Casa das Musas, 2003. 60p.

BRUNEAU, Thomas. **O Catolicismo Brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974. 442p.

CASADO, Alfredo. **Os meios de comunicação social e sua influência sobre o indivíduo e a sociedade**. São Paulo: Cidade Nova, 1987. 93p.

CNBB. **Boletim Semanal da CNBB**. n.10, 8 mai. 1970.

_____. **Igreja e Comunicação rumo ao Novo Milênio**. São Paulo: Paulus, 1997. 112p.

_____. **Estatuto Canônico da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**. Documentos da CNBB. São Paulo: Pia Sociedade Filhas de São Paulo, 2002.

COMBLIN, Pe. Joseph. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1980. 251p.

CONCÍLIO VATICANO II. **Decreto Inter Mirifica: Os Meios de Comunicação Social**. 4.ed. (Documentos Pontifícios, 145). Petrópolis: Vozes. 16 p.

DINES, Alberto; FERNANDES JR., Florestan; SALOMÃO, Nelma. **Histórias do Poder: 100 anos de política no Brasil**. 34.ed. São Paulo: Militares, Igreja e Sociedade Civil, 2000, 408p.

DUARTE, Adriano. **Estratégias da Comunicação: Questão comunicacional e formas de sociabilidade**. Lisboa: Presença: Lisboa, 1997.

_____. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. p.27-33. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisas em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2.ed. São Paulo: USP, 1995. 647p.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. A estrutura do noticiário estrangeiro: a apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. 2.ed. p.61-73. Lisboa: Vega, 1999.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide** – para um teoria marxista do jornalismo. p.91-136. Porto Alegre: Tchê, 1987. Disponível em: <<http://www.adelmo.com.br>> Acesso em: dia mês ano.12 de agosto de 2006.

GENTILLI, Victor. **Sistema midiático e crise do jornalismo**: crônica da história política brasileira. Manaus: Intercom, 2000.

_____. **Democracia de Massas**: jornalismo e cidadania. Estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação. Coleção: Comunicação – 32. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. São Paulo: Paz e Terra, 2005. 143p.

GUAZINA, Liziane. **Alinhados com o poder**: Um estudo sobre a cobertura política do jornal nacional e do jornal da Record (marco-agosto/98). Dissertação (mestrado em Comunicação Social). Brasília: UnB, 2001. 196p.

_____. **Jornal Nacional: a política simulada**. In: LIMA, Venício A. de. **Teoria e Política**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001b.

HALL, Stuart *et al.* A produção social das notícias: O mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e 'estórias'. 2.ed. p.224-248. Lisboa: Vega, 1999.

HACKETT, Robert A. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e 'estórias'. p.103-130. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999.

HOHLFELDT, A. MARTINO, L.C.; FRANÇA, Vera V. **Teorias da Comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2001.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: Jornalistas e Censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.

LEÃO XIII. **Carta Encíclica Rerum novarum**. São Paulo: Paulinas, 15 mai. 1891.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. Traduzido por:

Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989. 300p.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira**. São Paulo: Global, 1980.

MARTINS, Luiz. Comunicação Pública: Estado, governo e sociedade. In. BRANDÃO, Beth; MATOS, Heloísa; MARTINS, Luiz (org). **Algumas abordagens em Comunicação Pública**. Ano I, v.I, n.3. p.33-47. Brasília: Casa das Musas, 2003. 60p.

_____. O coração do espaço público. In. BRANDÃO, Beth; MATOS, Heloísa; MARTINS, Luiz (org). **Algumas abordagens em Comunicação Pública**. Ano I, v.I, n.3. p.53-54. Brasília: Casa das Musas, 2003. 60p.

MCCOMBS, Mawell E.; SHAW, Donald L. A evolução da pesquisa sobre o agendamento: vinte e cinco anos no Mercado das idéias. In: TRAQUINA, Nelson. **O Poder do Jornalismo: Análise e Textos da Teoria do Agendamento**. p.125-134. Coimbra: Minerva, 2000.

MIRANDA, Nilmário. **Mortos e desaparecidos políticos**: a luta pela responsabilidade do Estado. Cartilha "A luta pela garantia dos Direitos Humanos no Brasil". Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br>> Acesso em: 10 /11/ 2005.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. 2.ed. p.34-51. Lisboa: Vega, 1999.

MONDIN, B. **Os teólogos da libertação**. São Paulo: Paulinas, 1980.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Pesquisa em jornalismo no Brasil**: o confronto entre os paradigmas midiacêntricos e sociocêntrico. Pré-Conferência da Association for Internacional Mídia and Communication Research (AIMCR), Porto Alegre, 25 de julho de 2004.

REVISTA TRÓPICO **Entre a cruz e a espada**. Entrevista realizada pela jornalista Denise Mota com o jornalista argentino Horacio Verbitsky. Disponível em <<http://www.uol.com.br/tropico>> Acesso em: 21/09/2005.

REZENDE, Lino Geraldo. **A censura contra a cidadania**: o caso do Brasil. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/>> Acesso em: 27/02/2006

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na Sombra**: Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. Traduzido por: Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 566p.

SMITH, Anne-Maria. **Um acordo forçado**. O consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: FGB, 1997.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Do Santo Ofício à Libertação**: o discurso e a prática do Vaticano e da Igreja Católica no Brasil sobre a comunicação social. São Paulo: Paulinas, 1988. 400p.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Historia da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. 583p.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso**. Porto, 2001. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/>> Acesso em: 15/11/2006.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e 'estórias'. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999. 360p.

_____. **O Poder do Jornalismo**: análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Minerva, 2000. 145p.

_____. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2001. 220p.

_____. **Teorias do Jornalismo** – por que as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia**. Barcelona: GG, 1983.

_____. Contando “estórias”. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e 'estórias'. 2.ed. p.258-262. Lisboa: Vega, 1999.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**: leitura e crítica. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Documentário e Filmes

ATO DE FÉ. Direção: Alexandre Rampazzo. Produção executiva: Tatiana Polastri. Local: Verbo Filmes, 2005. 55min.

BATISMO DE SANGUE. Direção: Helvécio Rattón. Produção: Guilherme Fiúza e Tininho Fonseca. Local: Quimera Filmes, MG, 110min.

DOM HELDER CAMARA: O Santo Rebelde. Direção: Érika Bauer. Produção: Andréa Glória. Local: Cor Filmes, 2004, 74min.

DOM PAULO: Coragem e fé. Direção de Renato Levi. Reportagem: Ana Elisa Novo. Local: TV PUC São Paulo e Cultura. 27min.

FREI TITO. Direção: Marlene França. Produção: M.F. Produções Artísticas LTDA. Local: Verbo Filmes, 1983, 10min.

IMAGINING ARGENTINA. Direção: Crhistopher Hampton. Produção: Geoffrey C. Lands, Raúl Outeda, Michael Peyser, Santiago Pozo e Diane Sillan. Local: UIIP, 2003, 107min.

Entrevistas

COUTINHO, Carlos Nelson. **O pensador hegemônico**. Entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo* e reproduzida pelo *site* Gramsci e o Brasil: <<http://www.acesa.com/gramsci>>. Acesso em: 25/04/2007.

TRAQUINA, Nelson. **O cidadão antes do consumidor**. Entrevista concedida ao *site* Observatório da Imprensa: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos>> Acesso em: 05/01/2007.

LORSCHEDER, Dom Aloísio. Entrevista realizada em outubro de 2006.

MENDES, Dom Luciano. Entrevista realizada em maio de 2006.

UCHOA, Pe. Vigílio. Entrevista realizada em novembro de 2005.

Jornais

FOLHA DE S. PAULO. **O pensador hegemônico**. 21/11/99.

FOLHA DE S. PAULO. **Governo expulsa do País o pe. Jentel**. 16/12/1975.

FOLHA DE S. PAULO. **Lorscheider denuncia.** 30/07/1977.

FOLHA DE S. PAULO. **Ministério nega processo de expulsão de Casaldáliga.** 2/8/77.

FOLHA DE S. PAULO. **Advogado do pe. Romano não tem acesso à acusação.** 14/07/1977.

JORNAL DO BRASIL. **D. Agnelo só quer Direitos Humanos.** 11/11/1969.

JORNAL DO BRASIL. **Comissão da CNBB examina trabalho de padre suíço e deverá dar-lhe endosso.** 22/07/77.

JORNAL DO BRASIL. **Secretário da CNBB diz que o caso dos padres caminha para o esclarecimento.** 11/12/68.

O ESTADO DE S. PAULO. **Igreja aguarda prova de culpa..** 6/12/69.

O ESTADO DE S. PAULO. **Paris intercede pelos sacerdotes.** 7/11/68.

O GLOBO. **D. Agnelo apóia arcebispo.** 11/12/68.

O GLOBO. **Ministério nega estudo para expulsão de bispo.** 2/08/77.

O GLOBO. **Camargo nega expulsão de Casaldáliga.** 30/07/1977.

ANEXO A - CRONOLOGIA DAS PRESIDÊNCIAS DA CNBB DURANTE O REGIME MILITAR

A CNBB foi instalada no Rio de Janeiro, de 14 a 17 de outubro de 1952.

COMISSÃO CENTRAL

27 de setembro de 1964

Exmo. D. Agnelo Rossi – Presidente

Exmo. D. Avelar Brandão Vilela – 1º Vice-Presidente

Exmo. D. Geraldo Maria Moraes Penido – 2º Vice-Presidente

Exmo. D. José Gonçalves Costa – Secretário Geral

Fonte: Ata da VI Assembléia Ordinária da CNBB, setembro a outubro de 1964, págs. 223 e 224.

DIRETORIA

20 de julho de 1968

Exmo. Cardeal D. Agnelo Rossi – Presidente (reeleito)

Exmo. D. Alfredo Vicente Scherer – 1º Vice-Presidente

Exmo. D. Alberto Galdênio Ramos – 2º Vice-Presidente

Exmo. D. Aloísio Lorscheider – Secretário Geral

Fonte: Ata da X Assembléia Geral, julho de 1968, págs. 197, 198 e 208.

DIRETORIA

13 de fevereiro de 1971

Exmo. D. Aloísio Lorscheider - Presidente

Exmo. D. Avelar Brandão Vilela – Vice-Presidente

Exmo. D. José Ivo Lorscheider – Secretário Geral

Fonte: Ata da XIII Assembléia Geral, fevereiro de 1971, págs. 85, 182 e 183.

PRESIDÊNCIA
25 de novembro de 1974

Exmo. D. Aloísio Lorscheider – Presidente (reeleito)

Exmo. D. Geraldo Fernandes – Vice-Presidente

Exmo. D. José Ivo Lorscheider – Secretário Geral (reeleito)

Fonte: Ata da XIV Assembléia Geral, novembro de 1974, pág 273 e 274.

PRESIDÊNCIA
27 de abril de 1979

Exmo. D. José Ivo Lorscheider – Presidente

Exmo. D. Clemente José Carlos Isnard – Vice-Presidente

Exmo. D. Luciano Pedro Mendes de Almeida – Secretário Geral

Fonte: Ata da XVII Assembléia Geral, abril de 1979, Volume II, pág. 507.

PRESIDÊNCIA
12 de abril de 1983

Exmo. D. José Ivo Lorscheider – Presidente (reeleito)

Exmo. D. Benedito Ulhôa Vieira – Vice-Presidente

Exmo. D. Luciano Mendes de Almeida – Secretário Geral (reeleito)

Fonte: Ata da XXI Assembléia Geral, abril de 1983, Volume I, págs. 55 § 54, 58 § 82, 59 § 92.

ANEXO B - ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO JORNALÍSTICO DA CNBB

Foto 1 – Arquivo com mais cerca de 300 caixas



Foto 2 – Cada caixa comporta em média 500 matérias